



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 97

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 18 de Maio de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila (substituído no decorrer na sessão pelo Deputado José Lima) e Mark Marques*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 11 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político.**

Ao abrigo do artigo 73º. do Regimento da ALRAA, foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Congratulação “pelo facto do Sporting Clube de Guadalupe, em seniores masculinos, ter conquistado o título de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo na época desportiva de 2010/2011”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado José Ávila, o voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Saudação “pela conquista, por parte do Sporting Clube de Guadalupe, do título de campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e a consequente subida à III divisão nacional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado João Costa, o voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação relativo ao Dia da Europa**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado José San-Bento, e tendo usado da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*) e Artur Lima (*CDS/PP*), o voto foi aprovado por maioria.

– **Voto de Congratulação “ao Clube Operário Desportivo pelo facto de ter alcançado a 1.ª Divisão Nacional na modalidade de Futsal”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado Rui Ramos, o voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação ao Clube Operário Desportivo “pelo segundo Lugar na II Divisão Série B, conseguindo assim alcançar o feito histórico para os Açores de ser o primeiro clube dos Açores a disputar, na época 2011/2012, a I Divisão Nacional de Futsal”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, o voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação pela conquista do campeonato nacional da divisão A1 em voleibol masculino, pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado Abel Moreira, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), o voto foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*) e Aníbal Pires (*PCP*) apresentaram declarações políticas, tendo usado da palavra os Srs. Deputados

Zuraida Soares (*BE*), Duarte Freitas (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Francisco César (*PS*) e Clélio Meneses (*PSD*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*). Na sequência da primeira declaração, usaram da palavra para protestos e contra-protestos os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*); e, na sequência da segunda declaração, usaram da palavra para defesa da honra, protesto e contra-protesto, os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação do Projecto de Resolução n.º 37/2011 “Promoção do Voluntariado”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Luís Garcia.

2. Continuação da Discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2011 – “Quadro Legal da Aquicultura Açoriana”.

Após terem usado da palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*) e o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*), o diploma foi aprovado por maioria.

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2011 – “Regula o exercício da actividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores”.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional de Economia (*Vasco Cordeiro*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Cascalho (*BE*), Benilde Oliveira (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Aida Santos (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), José Rego (*PS*) e Jorge Macedo (*PSD*).

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Debate conjunto dos seguintes Projectos de Resolução:

4. Projecto de Resolução n.º 10/2011 – “Acompanhamento do processo de descontaminação de focos de poluição e programa de controlo da qualidade da água na Praia da Vitória”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

O diploma foi apresentado pelo Sr. Deputado José Cascalho.

5. Projecto de Resolução nº. 18/2011 – “Acompanhamento do processo de descontaminação na Praia da Vitória”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O diploma foi apresentado pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

6. Projecto de Resolução nº. 24/2011 – “Criação de uma comissão técnica de acompanhamento do processo de descontaminação na Praia da Vitória”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e BE, e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

O diploma foi apresentado pela Sra. Deputada Carla Bretão.

No debate conjunto, usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Zuraída Soares (*BE*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 11 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia. Vamos iniciar os nossos trabalhos, agradeçia que ocupassem os vossos lugares. Vamos começar, Sras. e Srs. Deputados, com a chamada.

(Eram 10 horas e 11 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
Cláudio Borges **Almeida**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Estão presentes 45 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, com a apresentação dum conjunto de votos que chegaram entretanto à Mesa. Começamos com um **Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS relativo ao Clube Central Recreativo e Desportivo Sporting Clube de Guadalupe.**

Para apresentar o voto, dou a palavra ao Sr. Deputado José Ávila.

(Neste momento, o Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Lima)

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

O Clube Central Recreativo e Desportivo Sporting Clube de Guadalupe foi fundado a 7 de Abril de 1955, sendo sócios fundadores os senhores Gabriel Melo, Elisiário Silva, Reginaldo Silva, Albino Picanço e António das Flores. Esta entidade, no entanto, só iniciou a prática desportiva em 1962, movida por habitantes locais que praticavam futebol na freguesia vizinha e pela vontade dos senhores Gabriel Melo, Luís Oliveira, João Silva (Berto) e Manuel Ramos. O primeiro treinador foi o senhor Vasco Weber Vasconcelos, conhecido entusiasta do futebol, entretanto já falecido.

Localizado na zona central da Ilha Graciosa, este clube sempre rivalizou com os outros congéneres, chegando ao ponto, e já depois de se ter filiado na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, a meados dos anos 70, de ser o que detém mais provas ganhas naquela ilha. Este clube de freguesia tem sido o que tem representado mais vezes o futebol Graciosense em provas de âmbito associativo. Como marcos mais relevantes da sua história tem a presença em três finais da Taça Açores, vencedor da Taça Associação de Futebol de Angra do Heroísmo por duas vezes, duas participações na Taça de Portugal, até à 2.^a eliminatória, e Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo em juniores B.

No passado Domingo, dia 15 de Maio de 2011, a sua equipa sénior, presidida por José Rodrigo da Silva Espínola e treinada pelo técnico Graciosense João Manuel Ávila Picanço, consagrou-se campeã da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, ao levar de vencida as equipas representantes de São Jorge e da Terceira, numa prova que dá acesso à Série Açores da 3.^a Divisão Nacional. Este resultado representa, para os Graciosenses, uma grande vitória perante duas ilhas, Terceira e São Jorge, com uma actividade económica mais capacitada para patrocinar participações em provas desportivas, para além de ambas terem muito mais população e, por conseguinte, um maior campo de recrutamento de jovens para a prática desportiva.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 18 de Maio de 2011, emita o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Sporting Clube de Guadalupe, em seniores masculinos, ter conquistado o título de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo na época desportiva de 2010/2011, conferindo-lhe o direito de participar, pela primeira vez na sua história, na Série Açores da III Divisão Nacional de Futebol.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, equipa técnica, dirigentes, sócios e simpatizantes”.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, além do referido Clube, à Junta de Freguesia de Guadalupe, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Futebol.

Disse.

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, José San-Bento, Francisco César, José Ávila e Vera Bettencourt.*

Presidente: Creio não haver inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de Saudação** cujo objecto é o mesmo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Em Abril de 1962 foi fundado, no seio do Clube Central de Guadalupe, sociedade recreativa que havia nascido em 1955 na freguesia de Guadalupe, concelho de Santa Cruz da Graciosa, o Sporting Clube de Guadalupe.

Depois de jogar de forma puramente particular, como era norma daqueles anos na Ilha Graciosa, onde logo mostrou ser um grupo com dotes de vencedor, em 1975, após a primeira das três digressões já efectuadas aos Estados Unidos da América e Canadá, o Sporting de Guadalupe filia-se na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

É o Clube da Ilha Graciosa que mais provas oficiais conquistou e fruto disso tem sido o representante do futebol graciosense em muitas provas realizadas sob a égide daquela Associação de Futebol, tendo ganho algumas, o que lhe deu o direito de a representar em provas de índole regional, de que é exemplo a “Taça Açores”, onde foi por duas vezes finalista, e até provas de índole nacional, como é a Taça de Portugal, onde participou também por duas vezes.

Também nos escalões de formação o Sporting Clube de Guadalupe tem feito um trabalho digno de registo, destacando-se a conquista, em 2004, do campeonato da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo de juniores B, curiosamente treinado pelo mesmo técnico que hoje orienta a sua equipe sénior.

Agora, à beira do meio século de actividade desportiva, o Sporting Clube de Guadalupe conseguiu no passado fim-de-semana somar ao seu palmarés mais um feito assinalável. Com efeito, no passado dia 15 de Maio de 2011, depois de mais uma vez ter sido o Campeão da Ilha Graciosa, este clube sagrou-se também Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Essa vitória deu a esta colectividade o direito em participar na III Divisão Nacional de Futebol, Série Açores, facto que é motivo de regozijo para toda a sua massa associativa, técnicos, dirigentes, jogadores e adeptos, mas também para toda a Ilha Graciosa, que, pela sua especificidade, assume sempre com orgulho os feitos de qualquer dos seus concidadãos.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **voto de saudação pela conquista, por parte do Sporting Clube de**

Guadalupe, do título de campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e a consequente subida à III divisão nacional (série Açores), saudando todos os seus atletas, equipa técnica, dirigentes, massa associativa e simpatizantes.

Deste voto será dado conhecimento ao Sporting Clube de Guadalupe, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Futebol.

Disse.

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, João Costa, Luís Garcia e Mark Marques.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de Congratulação relativo ao Dia da Europa.**

Dou a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(Neste momento, o Deputado José Ávila voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Deputado José San-Bento, (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

Comemorou-se no passado dia 9 de Maio o Dia da Europa.

Longe vão os tempos em que a celebração desta data simbólica representava um momento solene de afirmação dos ideais que fundaram o pioneiro e inédito processo de integração europeia.

Este ano a data comemorou-se num dos momentos mais difíceis de toda a história da construção europeia.

A ideia de uma união pacífica e voluntária de diversos estados europeus é relativamente recente, a génese do actual processo remonta a 1945 e ao fim da II Guerra Mundial.

Coube à França a iniciativa de resolver uma preocupação geopolítica nacional centenária. Os temores franceses baseavam-se na constatação objectiva, hoje muito actual, de que uma Alemanha unida seria demasiado grande, demasiado próspera e demasiado forte para não dominar a Europa.

A França aproveitou a conjuntura política do pós conflito mundial para tentar enquadrar e resolver o problema alemão. Visando a paz e a prosperidade na Europa, iniciou-se o processo de integração económica impulsionado pela França, seguido pelo Benelux, envolvendo a República Federal Alemã e com o patrocínio norte-americano.

A França pretendia enquadrar a RFA e conter os russos. Os americanos tinham como prioridades usar a NATO para manter os soviéticos a Leste do Reno e aproveitar a integração para reconstruir o continente e anular as influências dos partidos comunistas.

Porém, o pragmatismo degenerou em utopia.

A integração europeia assumiu, sobretudo após Maastricht, uma forte dimensão política, diminuindo a soberania de cada país face aos órgãos comunitários: a Comissão, que representa a União; o Parlamento, em representação da população e dos povos da Europa; e o Conselho, representando os governos dos Estados membros.

A opção tomada acentuou uma tensão na construção europeia que sucessivos alargamentos e Tratados, incluindo o de Lisboa, não resolveram completamente. A UE do futuro seria dominada pela Comissão, numa lógica mais federalista, ou pelo Conselho, num sentido mais inter-governamental?

Infelizmente, o desenrolar da crise financeira internacional de 2008 parece indicar uma solução mais estranha: a aparente preponderância de um directório informal coordenado pela maior economia europeia – algo que nos preocupa e que parece confirmar que certos padrões políticos são recorrentes pela persistência das Nações e pela permanência da geografia.

Face à maior crise financeira dos últimos 80 anos, e perante a eminência do colapso do sector financeiro europeu, a solução preconizada pelas principais potências europeias, e adoptada por toda a União, independentemente da família política do governo em funções, foi a de resgatar o sector financeiro, o coração das economias modernas, através da intervenção estatal e, em simultâneo, promover a maior expansão do investimento público dos últimos 50 anos.

A terapia seguida em 2009 resultou num crescimento brutal dos déficits públicos nacionais, em média em 6% do PIB, em paralelo com o consequente crescimento galopante das dívidas soberanas nacionais.

Assim, a crise financeira de 2008 provocou a adopção de um intervencionismo heterodoxo em 2009 que por sua vez gerou uma nova conjuntura de crise em 2010, desta feita uma crise fiscal e orçamental. A UE passou a ser uma presa dos especuladores que tinham como alvo a solidez do Euro enquanto símbolo da própria construção europeia.

Em 2010 a União resolveu abordar as suas incoerências financeiras internas de forma brusca e radical, impondo o modelo monetarista em voga na União desde os anos 70 do século XX.

A primeira vítima dos ataques especulativos e das incoerências da União foi a Grécia. O resgate deste país do Sul da Europa provocou a criação de um fundo de resgate europeu, não previsto no Tratado de Lisboa, e criado de forma relutante após mais de 4 meses de intenso debate na União.

A segunda vítima foi a Irlanda. O tigre celta vive hoje uma fase inicial de recuperação, embora apresente ainda um grande desequilíbrio orçamental.

A terceira vítima foi Portugal. Um País que juntou a uma situação financeira muito difícil uma crise política evitável, que se viria a revelar de consequências desastrosas, confirmadas pelo suscitado de um efeito dominó que culminou com o pedido de ajuda externa. Estes são dados objectivos.

Portugal foi um dos alunos mais aplicados ao longo dos 25 anos que conta como membro da União Europeia, algo que muita gente pretende ignorar. O

nosso País investiu, endividou-se e convergiu conforme o consenso europeu defendia e incentivava fortemente.

Porém, perante a crise das dívidas soberanas, a União, em linha com os interesses nacionais das grandes potências europeias, adoptou um ajustamento austero, sem margem para crescimento económico, quer dos deficits públicos, quer das dívidas dos Estados. Tratou-se de uma insensata travagem a fundo que no curto e médio prazo trará custos económicos, sociais e políticos tremendos a toda a União. Um grande desafio.

Defender em menos de ano uma viragem de investimento público maciço para a austeridade parametrizada por redução de investimento, diminuição de salários e aumento de impostos é uma imposição que deve ser permanentemente salientada no debate público interno, o que infelizmente não acontece, pelo menos da forma serena e rigorosa que se esperaria.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas celebrar a Europa não pode ser apenas uma avaliação fria e factual da realidade. Celebrar a Europa, numa altura de crise e de dificuldades, pode e deve ser um momento de reafirmação dos grandes desígnios da construção europeia.

Comemorar a Europa obriga também a revisitarmos a proclamação do idealismo, do optimismo e da visão de longo prazo que marcou os momentos fundacionais do processo de integração europeia.

O Mundo sem uma Europa unida, decidida e actuante será mais inseguro, menos sustentável e menos democrático. A regulação da globalização, o combate às alterações climáticas e aos desequilíbrios ambientais, a luta contra o terrorismo e contra a pobreza, a primazia da cooperação e da resolução pacífica de conflitos são, apenas, alguns exemplos de desafios globais cuja resolução será muito difícil, senão mesmo impossível, sem uma União Europeia unida e com relevância para ser um actor global.

A União Europeia é imprescindível para a construção de um Mundo mais equilibrado e justo, pois o projecto europeu assenta nos valores da democracia, da paz, da liberdade, da solidariedade, da tolerância e da prosperidade.

Foi essa referência civilizacional que levou a jovem República Portuguesa democrática do pós-25 de Abril a juntar-se aos grandes da Europa, em 1986.

Celebrar a Europa é por isso, também, celebrar Portugal e a Região Autónoma dos Açores, membros de pleno direito da Europa a que sempre pertencemos geograficamente e na qual queremos continuar a influenciar a construção e a orientação, nomeadamente no que toca à defesa das Regiões Ultra-Periféricas no quadro de uma União com 27 Países e mais de 500 milhões de cidadãos. Um enorme desafio que temos pela frente!

Deputado João Costa (PSD): E instrumentalizar o dia da Europa também é com vocês!

Instrumentalizam tudo para fazer o trabalho do partido!

O Orador: Comemorar a Europa é também perspectivar o futuro a longo prazo, para além da superação da crise actual que, certamente, a União vencerá. Um futuro difícil, complexo e com inúmeros desafios a vencer. Mas esta é também a nossa história: vencer dificuldades e ganhar desafios nos quais não podemos nem queremos fazer-nos substituir.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é um voto? Vota José Sócrates!

O Orador: Antes pelo contrário, é nos momentos mais difíceis e de maior incredulidade de alguns que devemos honrar a construção europeia, herdeira das ideias iluministas e humanistas, referencial da paz, da solidariedade, do multilateralismo, da tolerância e da concertação entre os povos.

Deputado João Costa (PSD): Isso é um voto?

O Orador: Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores, reunida no período Legislativo de Maio...

Deputado João Costa (PSD): Isso é um embuste?

O Orador: ...aprove um voto de congratulação pela passagem da data de 9 de Maio de 2011, Dia da Europa.

Disse.

Os Deputados Regionais, Berto Messias, José San-Bento, Francisco César e José Lima.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Exactamente, é o que está escrito aí!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo...

Deputado Berto Messias (PS): Vai esclarecer?

Deputado Francisco César (PS): É desta.

O Orador: Não gostaria nada de ter de fazer esta intervenção. Sr. Presidente, acho que mais do que um voto, isto foi uma intervenção política e um aproveitamento desta figura regimental para fazer uma intervenção.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu aceito que apreciem tanto o projecto europeu quanto eu, mas não aceito que apreciem mais. É por isso que digo que é com muita tristeza que vi o aproveitamento que o Sr. Deputado José San-Bento fez com este voto. E é com muita tristeza que vou fazer aquilo que nunca imaginei poder fazer um dia: vou ter de me abster em relação a um voto de comemoração do Dia da Europa.

Vozes de Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de relembrar três afirmações feitas neste voto proposto pelo Partido Socialista, sendo que uma delas é esta: “O Mundo sem uma Europa unida, decidida e actuante será mais inseguro, menos sustentável e menos democrático”. É verdade, o Bloco de Esquerda subscreve.

Diz também o voto: “A União Europeia é imprescindível para a construção de um Mundo mais equilibrado e justo, pois o projecto europeu assenta nos valores da democracia, da paz, da liberdade, da solidariedade, da tolerância e da prosperidade”. É verdade, o Bloco de Esquerda subscreve completamente esta afirmação.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas?

A Oradora: “Celebrar a Europa é, também, celebrar Portugal e a Região Autónoma dos Açores, membros de pleno direito da Europa a que sempre

pertencemos geograficamente e na qual queremos continuar a influenciar a construção e a orientação, nomeadamente no que toca à defesa das RUPs no quadro de uma União com 27 países e mais de 500 milhões de cidadãos. Um enorme desafio”! É verdade, o Bloco de Esquerda subscreve esta afirmação.

Acontece que, neste momento, a Europa, tal como está, está completamente longe destas afirmações. A Europa, neste momento, não merece celebração, merece refundação, democratização e ser relembrada da sua razão de ser e dos objectivos da sua construção. Merece que lhe relembrem que solidariedade e coesão é respeitar os mais pequenos dentro das suas limitações e dentro da sua pequenez.

Portanto, esta celebração vem fora de tempo, ou teria de ser antes, ou teremos todos de construir uma nova Europa, porque esta não presta. Assim, o Bloco de Esquerda irá abster-se neste voto.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento**, (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, de facto não tenho por hábito, penso que reconhecerá isso, fazer um tipo de prosa, até porque não faço muitos votos, que seja assim muito inócuo, muito asséptico, tipo refeição de avião. Não é propriamente o meu tipo.

Aquilo que procurei aqui fazer – e foi isso que incomodou o Sr. Deputado, que não teve aqui a coragem de chamar as coisas pelos seus nomes – foi que nós apresentámos aqui um voto que – e é isso que quero salientar em primeiro lugar – traz uma mensagem de esperança e de optimismo no longo prazo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem mais! Ora bem!

Deputado João Costa (PSD): Só faltou dizer: votem no José Sócrates!

O Orador: É isso que é preciso dizer neste momento, no Parlamento numa região ultra-periférica, numa região com apenas 250 mil habitantes...

Deputado João Costa (PSD): É preciso ter lata!

O Orador: ...mas uma região com órgãos políticos próprios, que não prescindem de fazer uma reflexão sobre a construção europeia. Nós estamos preocupados com a conjuntura actual, mas estamos optimistas no longo prazo, porque achamos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Agora fica-lhe bem dar a cambalhota!

O Orador: ...que a Europa terá força e condições para superar as dificuldades. Agora, Sr. Deputado, o que verdadeiramente o incomodou e eu queria aqui sublinhar também, e que é a verdadeira razão da sua abstenção, é que aqui foi feito – e o senhor isso devia ter admitido –, com rigor e com objectividade, aquilo que foi um enquadramento externo provocado pelos órgãos da União às economias periféricas, a que estão a criar enormes dificuldades, entre as quais Portugal.

Deputado Jorge Macedo (PSD): São a incompetência do Governo!

O Orador: Por isso, quando os senhores falam, o discurso irresponsável do PSD...

Deputado João Costa (PSD): Agora está justificada a vossa intervenção.

O Orador: ...que está a ser utilizado na campanha eleitoral, que ignora a situação deste enquadramento externo da economia portuguesa, deve também aqui ser referido. Portanto, isto tudo tem a ver com a Europa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já tínhamos percebido!

O Orador: Por mais indignação que Sr. Deputado Duarte Freitas faça, estamos aqui para tratar destes assuntos. E isto o que prova é que o governo português de José Sócrates, o governo grego e o governo irlandês são governos que têm tomado medidas muito difíceis, que têm criado uma situação complicada, mas que têm tido a coragem de enfrentar os desafios e de apresentar propostas para vencer os desafios.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem mais.

O Orador: E digo-lhe mais, Sr. Deputado: no próximo dia 5 de Junho, os portugueses devem ter isso em conta...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ora, cá está! A boca fugiu-lhe para a verdade! Que tristeza!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É uma coisa impressionante!

O Orador: ...e devem eleger pessoas que tenham essas características, porque são essas características, na governação, que vão permitir ao país vencer a crise e seguir em frente.

Tenho dito.

(Vozes de protesto da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Uma nota muito rápida, efectivamente, para dizer ao Sr. Deputado José San-Bento que se afasta da discussão do voto. Mas, dando-me o ensejo e a oportunidade, V. Exa. mete no mesmo saco a Grécia, a Irlanda e Portugal e continua, hoje em dia, o Partido Socialista, aliás, dos poucos, ou o único governo socialista da Europa, mais aqui a Espanha e a Grécia...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O único, mais dois.

O Orador: ...que estão em regime de extinção. E é por isso que a Europa precisa de ser refundada, é libertar-se do socialismo igualitário que tem levado a Europa à falência. A Irlanda e a Grécia, Sr. Deputado, estão já a crescer. Entre Janeiro e Março, José Sócrates continua a afundar o país, ao fundo, ao fundo, ao fundo!

Portanto, a 5 de Junho, Sr. Deputado José San-Bento, os açorianos que são vítimas do brutal aumento dos impostos, por parte de José Sócrates e do governo socialista dos Açores, vão efectivamente escolher. Vão escolher uma alternativa viável para Portugal, que não passa pelo vosso socialismo, que está a dar cabo da economia regional e nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado, com 28 votos a favor do PS, 14 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos. Vamos passar à apresentação de um **Voto de Congratulação do PSD referente ao Clube Operário Desportivo.**

Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Corria o ano de 1948 quando, a 2 de Janeiro, João do Rego Lopes, Capataz da Fábrica do Álcool, fundava o Clube Operário Desportivo.

O bom relacionamento existente na altura entre Mestre João do Rego e o Director da Fábrica, Eng^o. Pereira e Cunha, fez com que a Administração autorizasse a criação de uma equipa de futebol sénior do Operário no seio da Fábrica do Álcool, equipa por muitos conhecida como Pica Ferrugem, dado o facto de esta ser inicialmente constituída por trabalhadores da fábrica. Deste modo, o Clube esteve inicialmente ligado, ou melhor, integrado na Fábrica do Álcool, funcionando inclusivamente aí a sua Sede Social, posteriormente transferida para uma pequena casa situada na Rua da Fábrica, em cujo terreno está hoje implantada a nova Sede Social.

No plano desportivo, o Operário ganha a sua primeira competição oficial na época de 1968/69, conquistando o Campeonato Distrital da I Divisão assim como a Taça de São Miguel. Na época seguinte atinge o título campeão açoriano.

Na época 1990/91 o Operário ganhou todas as provas a nível de ilha, vencendo também o Campeonato dos Açores, tendo por isso ingressado, na época seguinte, no Campeonato Nacional da III Divisão.

Desde a época 1991/92, o Operário tem participado nos Campeonatos Nacionais de III e II Divisões, tendo obtido a sua melhor classificação na época de 2005/06 onde alcançou o 4.º lugar do Campeonato Nacional da II Divisão – Série D.

Para além do futebol, o Clube Operário Desportivo desenvolve também a sua actividade desportiva noutras modalidades, como são exemplo o Atletismo, o Basquetebol, o Judo, o Xadrez e mais recentemente o Futsal, que teve início na época 2007/2008.

Já nessa mesma época o Clube Operário Desportivo alcança o título não só de Campeão de S. Miguel, como é também consagrado Campeão dos Açores.

Na época 2008/2009 milita a Terceira Divisão Nível Nacional e consegue alcançar um Honroso 4.º lugar.

Na época 2009/2010 continua a militar a Terceira Divisão Nível Nacional e torna-se Vice-campeão, subindo assim à 2.ª Divisão, também ela de Nível Nacional.

Na presente época, 2010/2011, militando a 2.ª Divisão Nacional, o Operário volta a ser Vice-campeão e ascende assim ao expoente máximo do Futsal nacional.

A subida à 1.ª Divisão Nacional corresponde, pois, ao culminar de um trabalho e de todo um esforço que importa destacar e reconhecer.

Num reduzido espaço temporal, o Operário Desportivo consegue fazer um trajecto rápido e consistente, que o levará agora a lutar de igual para igual com clubes como o Benfica, o Sporting, a Académica, o Belenenses, entre outros.

Deste modo, a militância na 1.ª Divisão nacional levará certamente o desporto açoriano mais longe, cumprindo não só os objectivos desportivos delineados pelo clube, como também tornará a Região Autónoma dos Açores mais visível

no plano nacional, contribuindo assim para uma maior divulgação do Destino Açores.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe, neste Parlamento, um Voto de Congratulação ao Clube Operário Desportivo pelo facto de ter alcançado a 1.ª Divisão Nacional na modalidade de Futsal, endereçando os parabéns aos atletas, à equipa técnica, aos dirigentes e aos sócios do Clube Lagoense.

Embora não conste do corpo do texto, o presente voto, a ser aprovado, deverá ser dado a conhecer ao Clube, aos atletas e aos dirigentes.

Muito obrigado.

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, Rui Ramos, Mark Marques e Luís Garcia*.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um **Voto de Congratulação** com o mesmo objecto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

O Clube Operário Desportivo foi fundado no dia 2 de Janeiro do ano de 1948 por João do Rego Lopes. Nesta altura foi criada uma equipa de futebol 11 sénior, formada apenas por trabalhadores da Fábrica do Álcool da Lagoa.

No âmbito desportivo, o Operário ganhou a sua primeira competição oficial na época de 1968/69 com a conquista do Campeonato Distrital da I Divisão, assim como a Taça de São Miguel, sendo na época seguinte campeão açoriano.

A aposta da actual direcção presidida pelo Sr. Gilberto Gouveia Branquinho, na modalidade do Futsal, é sem dúvida alguma uma aposta ganha. Uma aposta que teve início há 4 anos, que se iniciou nos Regionais, sendo campeões açorianos e subindo por mérito próprio à III Divisão Nacional, Série D.

No dia 15 de Maio, no Pavilhão da Secundária da Lagoa, a equipa de Futsal do Operário atingiu a II Divisão Nacional, fazendo história no concelho da Lagoa, no futsal açoriano, ao tornar-se a primeira equipa a conseguir atingir a II Divisão Nacional da modalidade.

Mas o sucesso deste clube não ficaria por aqui, e a história gloriosa continua quando, no passado dia 14 de Maio, o Operário goleia por 2-11 o Centro Popular Cultura Desporto, na penúltima Jornada da II Divisão Série B, garantindo assim a subida ao principal escalão da modalidade, e consolidando o 2.º lugar da Série B da II Divisão, atrás do já vencedor Leões de Porto Salvo. A goleada desta penúltima jornada, obtida na Póvoa de Santa Iria, foi a 15.^a consecutiva dos açorianos no campeonato. Os fabris não perdem desde a décima jornada, sendo a equipa com a melhor segunda volta em todos os campeonatos nacionais de futsal.

Os Açores chegam ao primeiro escalão nacional da modalidade que maior desenvolvimento tem tido nos últimos anos em Portugal, 30 mil atletas federados no país, ficando o Operário o embaixador dos Açores na I Divisão Nacional de futsal.

Importa salientar que há 4 anos o Clube Operário Desportivo militava nos Regionais e desde a chegada do Treinador português Roger Augusto ao clube que a ascensão atinge o mais alto nível do futsal português, onde estará entre os maiores clubes da modalidade em Portugal, como é o caso do Sporting, Belenenses e Benfica. Sendo, assim, um nobre representante açoriano de uma modalidade que, na Associação de Futebol de Ponta Delgada, já possui 54 equipas a competir, com 827 atletas federados.

Com 63 anos de vida, esta pode ser certamente a página mais dourada da história do Clube Operário Desportivo, mas também mais um feito histórico para o desporto açoriano, que enobrece todos os Açores. Fica assim vincado, na história do desporto açoriano, mais um feito inédito, que esta época muitas conquistas tem trazido à Região.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de congratulação pelo segundo Lugar na II Divisão Série B, ainda com uma jornada por cumprir, conseguindo assim alcançar o feito histórico para os Açores de ser o primeiro clube dos Açores a disputar, na época 2011/2012, a I Divisão Nacional de Futsal.

Importa dar conhecimento, além do clube, aos atletas e à Associação de Futebol de Ponta Delgada, reconhecendo o seu papel preponderante no desenvolvimento do desporto no concelho da Lagoa e respectiva Região.

Tenho dito.

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, José San-Bento, Francisco César, Carlos Mendonça, Ricardo Cabral, Piedade Lalanda e Isabel Rodrigues.*

Deputados Berto Messias e José Lima (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um **Voto de Congratulação referente à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo**, apresentado pelo CDS/PP.

Sr. Deputado Abel Moreira, tem a palavra.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, como o nome indica, é mais um grupo de jovens que se decide juntar para colmatar a falta de actividades da sua

freguesia, de apenas 8,90 km² e uma população de pouco mais de 1100 habitantes.

Esta entidade foi fundada em 21 de Outubro de 1975, para a prática da modalidade de voleibol. Alcança o seu primeiro grande título na época de 2004/2005, na divisão A2. Logo no ano seguinte ganha experiência e alcança um surpreendente 5.º lugar no campeonato da divisão A1 e, no ano subsequente, ou seja, na época 2007/2008, o terceiro lugar.

Portanto estamos perante uma equipa que, ano após ano, se vem afirmando no campeonato nacional de voleibol, pela sua qualidade de jogo e empenho. Por essa razão era muito almejada a conquista do 1.º lugar de seniores masculinos, feito notável que alcançaram na época que agora terminou.

Mais uma equipa açoriana alcança um grande feito histórico, que se deve ao esforço conjunto do seu presidente Vitalino Fagundes, do treinador Alexandre Afonso e dos jogadores que demonstraram que o nome dos Açores pode chegar mais longe.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do CDS/PP propõe o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela conquista do campeonato nacional da divisão A1 em voleibol masculino pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, saudando tal feito histórico no desporto regional e nacional.

Deste voto deve ser dado conhecimento à direcção, técnicos e atletas da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

O Deputado Regional, Abel Moreira.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar. Não, não vamos votar ainda.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o Grupo Parlamentar se associa a este voto, e que terá um voto, também, sobre esta matéria, que será lido amanhã no PTAP.

Presidente: Muito bem, vamos então proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos noutro ponto do nosso PTAP, declarações políticas. De acordo com o deliberado em conferência de líderes, para uma declaração política dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP Açores realizou o seu VIII Congresso, no passado fim-de-semana, na Ilha de São Jorge. Foi a primeira vez que uma reunião magna de um partido político nos Açores se realizou fora das Ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Se mais motivos não houvessem, só o facto de um partido político nos Açores descentralizar o seu congresso para uma das chamadas ilhas mais pequenas e o impacto que tal decisão teve na vivência económica e social daquela ilha, bastariam, em nosso entender, para motivar uma cobertura informativa mais abrangente.

Esperávamos, naturalmente, que a cobertura mediática do evento, por parte da RTP/Açores, fosse feita em moldes semelhantes aos de outras forças partidárias, designadamente o PS e o PSD.

Acontece, no entanto, que a RTP/Açores não fez nem sequer a transmissão em directo dos momentos altos do Congresso, a sessão de abertura e de encerramento, censurou uma crítica ao seu papel e relegou a notícia sobre os discursos finais para quinto lugar do alinhamento do Telejornal do passado dia 15 de Maio, que começou pelo PSD, passou pelo PS, avançou para uma notícia autárquica do PS e para uma acção governativa do PS, e só depois o CDS/PP.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Uma acção governativa do PS não, do Governo!

O Orador: Está em causa uma decisão de quem manda na estação que, silenciando...

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Ainda hoje de manhã se via.

O Orador: Vou repetir, para que possam ouvir melhor:

Está em causa uma decisão de quem manda na estação que, silenciando a voz do CDS/PP, pôs em causa a pluralidade democrática na região, pelo que é legítimo concluir pela perseguição, censura e discriminação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS/PP é apologista acérrimo do desenvolvimento harmonioso. Os Açores são nove ilhas. Um serviço público que é pago por todos os contribuintes açorianos tem de servir todos os Açorianos. Não podemos aceitar que uma das justificações apresentadas por um canal de serviço público, soando a desculpa esfarrapada, seja a ilha escolhida para a realização do Congresso do CDS/PP.

É inaceitável e repudiável que uma estação de serviço público alegue também falta de meios técnicos e humanos para não ter assegurado a cobertura informativa em directo dos principais momentos do evento. Hoje, o Estado suporta um serviço público de televisão nos Açores que custa milhões, já para não falar nos milhões de euros pagos pelos açorianos através da taxa audiovisual.

Hoje, a RTP/Açores serve interesses instalados, é mal gerida do ponto de vista técnico, humano e de infra-estruturas. Hoje, existe um clima generalizado de medo e desmotivação nos funcionários desta estação de televisão. Hoje, 36 anos depois da sua instalação nos Açores, a RTP/Açores continua sem possibilitar uma cobertura informativa de todas as ilhas. Hoje, não se cumpre o serviço público de televisão nos Açores!

Com a decisão editorial de não promover uma cobertura informativa equitativa de uma iniciativa do CDS/PP, comparativamente a outras forças políticas, fica provado que a RTP/Açores está controlada por outros interesses e serve quase só para pagar ordenados milionários aos seus cargos de chefia.

Dirijo-me aos açorianos, e pergunto-lhes se sabem quanto ganha o Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão. Diga, Sr. Bicudo, aos açorianos qual é o seu escandaloso ordenado! Diga aos açorianos, Sr. Bicudo, quais são as regalias e os ordenados de que usufruem os profissionais que ocupam cargos de chefia? Diga, Sr. Bicudo!

Aposto que, se os Açorianos soubessem, há muito se teriam manifestado revoltados e indignados com o mau serviço prestado pela RTP/Açores e pela sua direcção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A RTP/Açores é, actualmente, sobretudo, um caso bicudo!

O CDS/PP, em particular, e a Democracia Açoriana, em geral, ficaram a saber, no passado fim-de-semana, que existe nos Açores, para além das candidaturas político-partidárias, mais um concorrente às Eleições Legislativas do dia 5 de Junho. O Partido RTP – Rompe Todos os Princípios.

Estou a falar de uma lista “pirata”, que se está bizarramente a tornar num caso esquizofrénico que põe em causa os mais elementares princípios da pluralidade democrática. A RTP/Açores que, no seu início, se instalou de forma tripolar (São Miguel, Terceira e Faial) é, cada vez mais, um caso bipolar. A RTP/Açores põe em causa a Democracia Açoriana porque, com a sua atitude e acção, esta empresa pública, tenta influenciar os resultados eleitorais.

Antes de terminar, um reconhecimento deve ser feito: há bom e mau jornalismo e o CDS reconhece o trabalho de bons profissionais que se vêem limitados, pelo Director da RTP/Açores, no exercício de tão nobre função. Em síntese, com este director: A RTP/Açores é perseguição; com este director, a RTP/Açores é discriminação; com este director, a RTP/Açores é censura.

Por tudo isto, não está aqui em causa uma discussão exotérica sobre privatizar ou não. O que é preciso é desmontar, limpar e refundar a RTP/Açores. Mas, para isso, primeiro é preciso dar uma vassourada na serviçal camarilha que a está a dirigir.

Termino com uma garantia aos açorianos e aos bons profissionais da televisão: o CDS/PP, e eu próprio, não descansaremos enquanto não tivermos nos Açores um serviço público independente, isento, plural... Numa palavra, livre!

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Deputado Artur Lima, pela sua reeleição no congresso que recentemente se realizou em São Jorge.

Sobre a sua declaração política, queria dizer o seguinte: não a subscrevo na íntegra, mas comungo da preocupação relativamente ao serviço público e à qualidade do serviço público que tem sido realizado pela RTP/Açores, nomeadamente com a direcção do Dr. Pedro Bicudo.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberto o debate, Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(* **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política do CDS é, de facto, uma pedrada no charco, na realidade. Porque era impossível ser mais contundente, directo e assertivo nas afirmações que fez.

Independentemente de subscrever, ou não, na totalidade as afirmações feitas, uma coisa é certa: aquilo que caracteriza qualquer serviço público, independentemente de ser a RTP ou outro serviço qualquer, é exactamente três palavrinhas, no caso quatro, que o Sr. Deputado Artur Lima utilizou durante a sua intervenção: independência, isenção, pluralismo e liberdade. Sem isto, não há serviço público; há outra coisa qualquer, mas não há serviço público.

E a inexistência destas características absolutamente essenciais em qualquer serviço público, no caso na RTP, é que dá razão àqueles que clamam pela sua privatização; é que dá razão àqueles que dizem que não tem qualidade. E isto é verdade para a RTP, como para qualquer outro serviço público. Não tem eficácia, não dá resposta, não é isento, é persecutório, não presta, então vamos privatizar, porque quando privatizarmos é que é bom. Ora, esta situação é

absolutamente perversa, sobretudo para os cidadãos, que têm direito, como em qualquer país civilizado, a uma televisão e rádio pública; não privada, mas pública.

Acho que esta declaração também trouxe a lume uma questão que, na realidade, penso que nenhum de nós ainda viu respondida. Pergunto: como é público e reconhecido, eu não tenho de estar a defender a situação e o congresso realizado pelo CDS na Ilha de São Jorge, mas a minha pergunta é muito clara: se em vez de ser o CDS – a realizar o seu congresso na Ilha de São Jorge, fosse o Partido Socialista ou o PSD, tinha ou não a RTP/Açores meios técnicos e humanos para se deslocar à ilha...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tinha!

A Oradora: ...e acompanhar, ou em direito, ou em diferido, ou um bocadinho de manhã, à tarde e à noite, para dar aos açorianos e açorianas conta do que se estava a passar? Podem chamar-me preconceituosa, mas eu responderei a esta pergunta assim: teria, sim senhor. E é este o problema, este é que é verdadeiramente o problema, é haver dois pesos e duas medidas à luz do mesmo tipo de justificação, que é a falta de recursos técnicos e humanos, inegáveis. Os profissionais da RTP/Açores sabem bem o quanto lhes sai de cima do corpo esta escassez de recursos humanos e técnicos, mas que umas vezes, e para uns, se multiplicam como o milagre das rosas, e, para outros, se desmultiplicam, como o milagre dos cravos (ficaria aqui bem).

Portanto, Sr. Deputado Artur Lima, a sua intervenção pôs o dedo na ferida. Queiramos ou não, há um problema com o serviço público da RTP na nossa região. Não compete ao Bloco de Esquerda assacar responsabilidades nem culpas, mas todos os açorianos e açorianas o constataam, quando sabem que em muitas das suas ilhas nada daquilo que lá se passa chega aos outros açorianos, porque, pura e simplesmente, o serviço público não existe naquela ilha. Nomeadamente, nas Flores, por exemplo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exactamente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E no Corvo!

A Oradora: E no Corvo, e noutras, onde ou existe, ou não existe, tem dias. É de acordo com os interesses do momento, é isto que está errado. É isto que é profundamente criticável e compete-nos a todos nós, e a esta casa também, dar um contributo para a alteração desta situação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, só para trazer a este debate duas ou três notas, que me parecem importantes, sobre a matéria levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Em primeiro lugar, uma constatação: havia de chegar o dia – eu tinha essa esperança – em que os deputados de alguns partidos da oposição nesta casa haviam de dar razão ao Governo e a algumas das declarações que fizemos aqui, há algum tempo, sobre o pronunciamento, sobre a qualidade e a forma como se fazia jornalismo nos Açores e, nomeadamente, ao nível do serviço público, e as razões de queixa que apresentámos nessa altura. Relembro que, nessa altura, nós nos queixámos publicamente, nesta casa, de algum tratamento jornalístico de que tínhamos sido vítimas. E houve uma indignação generalizada das bancadas da oposição, com a excepção, no caso, do PP, sobre o facto de o Governo se estar a pronunciar sobre o jornalismo, sobre como se fazia jornalismo, sobre a forma como isso podia ou não afectar a governação. Nessa altura, achou a maioria da oposição que isso seria “desindicado” do ponto de vista político. Até podia ser uma ingerência...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, é um problema da direcção da RTP! O problema é da direcção!

O Orador: ...sobre os critérios editoriais do serviço público de rádio e televisão, que isso não era admissível.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não esteja a confundir Sr. Secretário!

O Orador: Afinal, é admissível, quando nos toca a nós; ou é mais admissível, quando nos toca a nós. Agora, já o PCP e já o Bloco de Esquerda encontram

razões para duvidar, para pôr em causa, para criticar os critérios editoriais do serviço público de rádio e televisão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está enganado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não são os critérios editoriais, é a forma como a RTP está a conduzir! Não são os critérios, é a direcção!

O Orador: Eu percebo, sempre percebi, os senhores é que não percebiam e passaram a perceber! O que é óptimo e só vos fica bem. A mim não me faz confusão nenhuma, ao Governo não faz confusão nenhuma, nós sempre percebemos! Os senhores é que não sabiam. Afinal, agora já sabem e já percebem. Bem bom, foi uma evolução positiva.

Deputada Zuraida Soares (BE): É a direcção da RTP/Açores!

O Orador: Em segundo lugar, sobre o serviço público de rádio e televisão nos Açores: é unânime, e nós estivemos por diversas vezes nesta Assembleia a apreciar essa matéria, que o serviço público de rádio e televisão nos Açores tem lacunas do ponto de vista técnico. O Governo tem procurado, através dos apoios que concede anualmente a esse serviço público, colmatar algumas lacunas, nomeadamente aquelas que prejudicam, ou não permitem que a acção do serviço público seja feita em todas as ilhas da região. Relembro que existem os meios técnicos para que se faça, para que existam repórteres residentes em todas as ilhas. Os meios técnicos existem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A RTP não diz isso.

O Orador: Os meios técnicos são outra questão, mas os meios técnicos existem e foram possíveis porque o Governo Regional apoiou a aquisição desses meios técnicos. Portanto, esse facto é indesmentível e demonstra o nosso empenho, na medida das nossas possibilidades e responsabilidades. É bom que isso também fique claro: na medida das nossas possibilidades e responsabilidades, o apoio que concedemos para que se garanta uma presença do serviço público em todas as ilhas e para que todas as ilhas dos Açores se possam ver reflectidas na acção desse serviço público. Portanto, gostava de deixar essa nota.

Também reconheço que, do ponto de vista laboral, do ponto de vista dos meios humanos, existem no serviço público de rádio e televisão nos Açores situações

que me parecem difíceis de compreender. Existe precariedade a mais, do meu ponto de vista. Existe uma gestão complexa, desproporcional entre ilhas, que carecia duma acção concertada, carecia duma acção com a previsão necessária para que se garantisse que todas as redacções tinham condições para funcionar e para garantir a presença das respectivas ilhas no produto final do serviço público de rádio e televisão. Aí, estamos também, parece-me, mais ou menos em sintonia.

Por fim, gostava só de dizer que não me parece estéril, Sr. Deputado Artur Lima, que se discuta a privatização ou não privatização do serviço público nos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Continua a mentir!

O Orador: Não me parece nada estéril, parece-me até uma discussão muito importante. Porque, se bem se recorda, por iniciativa do PSD discutíamos há pouco tempo uma resolução sobre o serviço público e, nessa altura, a mensagem dos autores dessa proposta, do PSD, era o serviço público de rádio e televisão nos Açores continuar a ser público. Aliás, até tiraram uma referência que os outros partidos interpretaram como sendo uma abertura à privatização. Tiraram-na da proposta, para que todos pudessem aprovar, porque não era esse o objectivo e porque não havia nada,...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

...não havia intenção nenhuma de privatizar nenhum serviço público. Mas, depois, apareceu o programa eleitoral, e o programa eleitoral já não deixa só a porta aberta, abre a casa toda, escancara as janelas e as portas. E agora a privatização já volta outra vez a ser possível. Esse debate é muito importante. É importante a nível nacional, mas é particularmente importante a nível regional...

Deputado João Costa (PSD): Continua a mentir!

O Orador: ...porque o serviço público de rádio e televisão nos Açores não é, como nós sabemos, apetecível do ponto de vista dos privados. Portanto, toda essa situação tem de ser percebida. Os funcionários, as pessoas que colaboram e

os técnicos da RTP/Açores também têm, legitimamente, direito a assistir a esse debate e a perceber o que cada um defende.

Do nosso lado, do lado do Governo Regional e do partido que o suporta, é muito claro: nós somos contra a privatização do serviço público de rádio e televisão nos Açores! Somos contra, não se deve fazer! O serviço público, para ser bem garantido, tem de ser público! Portanto, não se deve fazer. Agora, outros não são claros, não se percebe o que querem.

Deputado João Costa (PSD): Continua a mentir! Insiste em mentir! É tudo mentira!

O Orador: E era bom que aproveitassem mais esta ocasião para esclarecer os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberto o debate.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

(* **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para repetir aquilo que já afirmei aqui ontem. Não sei se será preciso falar cara a cara com cada um dos açorianos, mas penso que este é o espaço para fazê-lo e repetir aquilo que disse: o PSD entende e garante que deve continuar a haver serviço público. Vai haver serviço público e...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É contra ou a favor da privatização da RTP?

Deputada Zuraída Soares (BE): E quem é que paga?

O Orador: ...vai haver RTP/Açores pública. Este é o primeiro...

Deputado Francisco César (PS): Há uma janela ou não, Sr. Deputado?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas, faça o favor.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É difícil...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores não esclarecem nada!

O Orador: ...quando nós dizemos uma coisa com toda a clareza e, só porque esta afirmação contraria os boatos que querem lançar, faz-se um ruído, para que a mensagem possa eventualmente não passar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quais boatos? Está escrito, não são boatos.

Deputado Francisco César (PS): Não é uma janela? Garante que não é uma janela!

O Orador: A RTP/Açores vai continuar a ser serviço público e isso é uma garantia! A RTP/Açores vai continuar a ser serviço público na Região Autónoma, primeira questão.

Deputada Zuraida Soares (BE): E quem é que paga?

Deputado Francisco César (PS): Garante que não há uma janela?

O Orador: É muito difícil assim, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos numa figura regimental que é a declaração política. Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: É muito difícil assim, porque a fábrica de boatos do Partido Socialista, quando é desmascarada, tem como resposta o ruído e a confusão, para tentar fazer com que a mensagem dos outros não passe!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor vem para aqui fazer contas falsas!

O Orador: Já afirmei ontem, ali daquela tribuna: o PSD garante que vai continuar a haver um canal público...

Deputado José San-Bento (PS): É mentira!

O Orador: ...e que a RTP/Açores continuará a ser serviço público na Região Autónoma dos Açores, ponto um.

Ponto dois: em relação à cobertura das várias ilhas na Região Autónoma dos Açores, é evidente...

Deputado Berto Messias (PS): Tendo em conta o que o senhor disse há meia hora...

Presidente: Faça favor de continuar.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Srs. Deputados... Faça favor de continuar, Sr. Deputado Duarte Freitas.

O Orador: Muito obrigado.

É evidente que temos de defender, e defendemos há muito, que tem de haver uma cobertura...

Deputado José San-Bento (PS): Está a acusar-nos de sermos mal-educados?

O Orador: ...de todos os acontecimentos e de todas as ilhas. A RTP é Açores, os Açores são nove ilhas e tem de haver a capacidade para cobrir todos os acontecimentos. Certamente, há muito a fazer neste aspecto, para garantir que não só existe esta cobertura, mas que existam critérios jornalísticos, naturalmente, que possam equilibrar as várias ilhas e os vários acontecimentos.

Deputados António Marinho e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não disse nada.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero felicitar o Sr. Deputado Artur Lima pela sua reeleição enquanto Presidente do CDS/PP Açores, reeleito muito recentemente no congresso, na reunião magna, do CDS/PP Açores.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Relativamente à sua declaração política, é legítimo e é um direito que lhe assiste querer saber e querer ser informado sobre os critérios que presidem às escolhas da redacção e dos editores da RTP/Açores, nas opções que têm de fazer, no alinhamento dos telejornais e no alinhamento noticioso que entendem fazer.

No entanto, também não posso deixar de lhe dizer que o senhor utiliza – e utilizou nesta declaração política – um registo com o qual nós não nos identificamos...

Deputado José San-Bento (PS): Impróprio!

O Orador: ...fazendo algumas acusações, na nossa perspectiva, de extrema gravidade, que julgo não serem dignas do debate que devemos ter aqui.

Para terminar, tendo em conta a intervenção e a declaração do Sr. Deputado Duarte Freitas, e o nervosismo patente, esta manhã, na bancada do PSD...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é para rir! Como é que diz, nervosismo?

O Orador: ...não posso deixar de dizer o seguinte: os senhores não são – agora, com esta nova liderança parlamentar, tentam mostrar-se – donos da verdade absoluta, os senhores estão muito longe de ser donos da verdade.

E devo dizer também o seguinte: na questão da RTP, e em muitas outras questões que temos tido a oportunidade de debater nos últimos tempos, continuamos à espera dos vossos esclarecimentos. Não somos, e peço-lhe que especifique e concretize com um único exemplo, e esta bancada nunca foi uma máquina ou uma fábrica de qualquer tipo de boato!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Agora cá!

O Orador: Fazemos um debate frontal, olhos nos olhos, colocamos perguntas claras, frontais e sérias. E, infelizmente, há dois meses que fazemos essas perguntas e continuamos sem respostas.

Mas volto a insistir, porque, quando nos acusa de ser uma máquina de boatos, foi o senhor ontem que veio para aqui mostrar contas totalmente erradas e totalmente falaciosas, quando afirmava que...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ...as famílias teriam de pagar mais quatrocentos euros devido à diferenciação fiscal. Isso é absolutamente falso, é absolutamente mentira e o senhor sabe isso tão bem quanto nós!

Deputado Jorge Macedo (PSD): 398!

O Orador: Quanto à questão da RTP, que é a questão que está aqui a ser discutida, volto a perguntar ao Sr. Deputado Duarte Freitas: quando diz que o PSD/Açores, que o PSD, vai garantir um serviço público de televisão nos Açores, está a dizer o quê? Está a dizer que esse serviço vai ser pago pelo Estado, ou que vai ser pago pela região?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Quando diz que a RTP/Açores vai ser incluída no canal público que vai ser garantido pelo PSD, caso seja Governo, está a dizer o quê? Que a RTP nacional vai ter uma emissão no canal público...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...e, a certa e determinada hora, vai ter um telejornal feito nos Açores? É isso que nos está a dizer?

Como vê, são perguntas concretas, frontais e sérias que nós, mais uma vez, fazemos, e continuamos à espera de resposta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não sabem nada.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já respondi ontem!

O Orador: Para terminar, quero dizer que é conhecida a acção do Partido Socialista no âmbito do nosso entendimento sobre o serviço público na região. Aliás, o Sr. Secretário Regional da Presidência já o especificou e explicou muito bem. Portanto, é isso que este grupo parlamentar vai continuar a defender, garantindo um verdadeiro serviço público na região, sendo contra a privatização da RTP enquanto serviço público. E é isso que vamos continuar a fazer...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas isso não basta.

O Orador: ...porque acreditamos que a RTP é um importante pilar da nossa vivência autonómica, tendo em conta as nossas especificidades e a nossa dispersão geográfica.

Muito obrigado.

Presidente: Para encerrar o debate, tem a palavra o declarante. Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, vou deixar acalmar a câmara, e depois falarei.

Presidente: A Câmara não está ardente, Sr. Deputado. Pode continuar.

O Orador: A câmara da RTP!

Presidente: Não percebi bem qual era a câmara. Faça favor!

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Homessa! É preciso ter descaramento! O senhor fez a intervenção que fez e depois quer acalmar a câmara!

O Orador: Eu percebo que a minha intervenção também o incomode.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): A mim? Quando o senhor me incomodar...

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Começo por si, Sr. Secretário da Presidência.

O senhor afirmou aqui que a RTP/Açores dispõe de meios técnicos para trabalhar. É obrigação do Governo exigir à RTP/Açores que trabalhe e faça, com os meios que tem e que lhe foram dados, o seu trabalho. Exijo isso ao Governo e vou continuar a exigir, porque não posso admitir, de uma estação de televisão, que um responsável me diga que “se o Congresso fosse na Terceira ou em São Miguel, faríamos o directo, como é em São Jorge não o fazemos”.

Se outra razão não existisse para completamente desmontar a RTP/Açores esta era suficiente, quando diz que não tem condições para fazer um directo de uma qualquer ilha dos Açores.

Vamos falar das Flores.

Vamos ver se hoje a RTP/Açores manda ou não um repórter acompanhar o Ministro e o Presidente do Governo às Flores.

Deputado José San-Bento (*PS*): Não é comparável!

O Orador: Não é comparável, Sr. Deputado José San-Bento?

Deputado José San-Bento (*PS*): Não se trata de um directo!

O Orador: Que democrata é o senhor, Sr. Deputado José San-Bento?

Deputado José San-Bento (*PS*): Isso é que não é comparável! Obviamente que não é comparável! Não se trata de um directo!

O Orador: Não se trata de um directo. O Bloco de Esquerda esteve nas Flores não esteve lá correspondente nenhum.

Eu estive nas Flores e não tinha lá correspondente nenhum.

Deputado José San-Bento (*PS*): Ohhh!

O Orador: Não é ohhh, Sr. Deputado! É ser democrata, Sr. Deputado José San-Bento.

Sr. Secretário da Presidência, permita-me que lhe diga mais uma coisa.

Em matéria de serviço público e de defesa do serviço público de televisão, o CDS não recebe lições de ninguém.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Em 2006, como o senhor bem se lembra, fomos os primeiros a propor nesta casa, com o apoio do Partido Socialista e, um bocadinho mais contragosto, do Partido Social Democrata, uma resolução para avaliar as condições do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Foram determinados falta de meios técnicos, humanos, de pessoal, de contratação de pessoal, de contratos precários. Tudo isso foi dito.

O que acontece é que tem um director que é um incompetente, que mente compulsivamente a este Parlamento, em todas as comissões que vai, que diz que vai fazer mas não faz, o que comprometeu-se a implementar nunca implementou e põe-se a dividir.

Eu registo o incómodo do Partido Socialista e do Partido Social Democrata.

O que se diz aí é que os dois partidos controlam a comunicação social.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: Isto digo aqui e afirmo-o. São dois partidos democráticos (o Partido Socialista e o Partido Social Democrata), mas não pode cair sobre eles essa anátema. Os senhores têm que ser claros nessa matéria e têm que defender a pluralidade que os senhores não defendem.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que tem que fundamentar as acusações que fez!

O Orador: O Partido Socialista e o Partido Social Democrata não podem estar sujeitos a essa eventual difamação. É um silêncio comprometedor.

Sr. Deputado Berto Messias, quanto à gravidade das afirmações, assumo-as por inteiro, em democracia, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Registo impróprio, Sr. Deputado!

O Orador: Vou citar um camarada seu que os senhores muito prezam: Mário Soares. Apela ao direito à indignação.

Era o que faltava, se um partido político, em democracia, não tivesse direito à indignação, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Mas deve respeitar o nome das pessoas e das instituições!

O Orador: Quem é o senhor para classificar a gravidade ou desgravidade das coisas, Sr. Deputado?

É o direito à indignação de um partido democrático.

Eu percebo que muito o incomode, mas o senhor não nos vai silenciar. É o direito à indignação do CDS!

O direito à indignação contra um serviço público de péssima qualidade nos Açores e com a bênção, muitas vezes (é o que se diz), do PSD e do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, eu não quero silenciar!

O Orador: Digo-lhe mais: os senhores tentaram fazer aqui uma deriva para a privatização, um assunto completamente lateral a esta crítica.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente. Permita-me que hoje ultrapasse um bocadinho o tempo, o que não é hábito.

Srs. Deputados Duarte Freitas e Berto Messias, a questão aqui não é privatizar ou deixar de privatizar.

Deputada Cecília Pavão (PS): É! É!

O Orador: Não é dizer o PSD garante um serviço público nos Açores, como o PS também diz. O que é preciso dizer é que o PSD garante um serviço público, isento, rigoroso e livre.

É isso que o PSD tem que dizer e não diz!

É isso que o PS tem que dizer e não diz!

Deputado Berto Messias (PS): Já disse!

O Orador: Não basta serviço público!

Basta serviço público com qualidade, que sirva todos os açorianos e que fomente a pluralidade democrática.

Não basta vir para aqui enganar os açorianos e enganar os partidos com a metáfora do serviço público.

Queremos rigor, isenção, profissionalismo no serviço público.

Eu desafio os senhores a dizerem que o assumem, tanto o Partido Social Democrata, como o Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma cobardia! O senhor afirma isso numa figura que não podemos usar da palavra!

Presidente: Para um protesto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas. Tem 3 minutos.

(* Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É preciso que fique aqui claro que o PSD não aceita que se diga que este partido controla a comunicação social nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não aceitamos de todo essa acusação!

Protesto na defesa da honra desta bancada.

De resto concordo consigo, Sr. Deputado. Afirmando aqui que o PSD também defende um serviço público na Região, isento, rigoroso e livre e garante-o.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Muitas destas garantias podem-se constatar no programa eleitoral do Partido Social Democrata

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O que não se encontra no programa eleitoral do Partido Socialista é qualquer referência à RTP/Açores!

Presidente: Para um protesto tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Tem 3 minutos.

(* Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu percebo. Vem ainda com o calor do congresso e entusiasmou-se.

Sr. Deputado eu não o quero calar. Quem sou eu para silenciar quem quer que seja.

Eu reconheço e reconheci o seu direito à indignação e a sua legitimidade para trazer aqui esta questão, com a qual, em algumas matérias, no âmbito do serviço público isento e rigoroso e plural, nós concordamos, como já o dissemos variadíssimas vezes.

Simplesmente – e vai reconhecer-me também esse direito – afirmei que esta bancada não se reconhece no registo que o senhor teve nas acusações que fez.

Portanto, também tenho, e esta bancada também tem, com certeza esse direito.

Apenas para especificar esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Para um contra-protesto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem 3 minutos.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou compensar o tempo, com o tempo em excesso que o Sr. Presidente me deu há pouco.

Só para dizer que registo os dois protestos.

Faço então um apelo para que se passe da teoria à prática e passamos todos, daqui para a frente, a exigir um serviço público isento, de qualidade e independente.

Era só para dizer isto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder ao nosso intervalo de meia hora.

Regressamos às 12 horas.

Até já.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Vamos retomar com a declaração política da Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todas as consequências das opções políticas de matriz neoliberal levadas a cabo ao longo dos últimos trinta e cinco anos são agora completamente indisfarçáveis

Deputado João Costa (PSD): Nem o muro de Berlim caiu!

O Orador: Para lá do conhecido desastre das dívidas, públicas e privadas, temos um país marcado pela pobreza, pela desigualdade, pelo desemprego, pelo abandono da capacidade produtiva, pela dependência externa.

Não superámos nenhum dos nossos históricos défices estruturais. Nem na educação, nem no desenvolvimento, nem nas assimetrias regionais, nem na balança comercial. Destruuiu-se a produção nacional, desbaratou-se a capacidade industrial, arruinaram-se as grandes e pequenas empresas do sector produtivo nacional.

PS, PSD e CDS-PP sempre convergiram e continuam a convergir nas opções políticas que nos levaram ao actual estado de ruína. É bom lembrar que estes três partidos subscreveram o “memorando de entendimento” com a troika. É bom lembrar que PS, PSD e CDS/PP, sendo responsáveis pela crise, são os mesmos que “venderam” o país aos oligopólios financeiros. Oligopólios sem rosto, sem pátria e sem legitimidade.

Por outro lado o PS, o PSD e o CDS-PP sempre fizeram gáudio de ignorar olímpicamente os que há muito vinham a alertar para a fragilidade da economia e das finanças nacionais.

O PS, o PSD e o CDS/PP sempre ignoraram os sinais de que uma profunda crise se avizinhava e ignoraram quem há muito clamava por uma mudança de rumo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Pois bem, agora os factos falam mais alto e são inegáveis:

O vosso modelo de desenvolvimento falhou, entrou em falência, não obstante insistem no erro e vergam-se perante uma ingerência externa inaceitável!

Sras. e Srs. Deputados:

Não é, por isso, surpreendente que para o beco sem saída para onde conduziram o país estes três partidos não tenham qualquer solução.

Pelo contrário, o programa que continuam a partilhar, de forma assumida ou não, é a continuação do ataque aos rendimentos dos trabalhadores e do povo, de imposição de mais injustiças e exploração, de comprometimento das possibilidades de crescimento e desenvolvimento económico do país, de abdicação da soberania nacional e de rendição perante os interesses dos oligopólios financeiros e económicos.

Não contentes com a ruína para que conduziram Portugal, pretendem levar agora a exploração do nosso povo para um outro nível. Usando a oportuna chantagem da suposta ajuda externa, preparam-se para ir mais longe do que alguma vez se tinham atrevido, atacando todas as conquistas e direitos e pondo em causa os próprios fundamentos do Estado Democrático.

Depois de terem sido cúmplices activos na liquidação da economia e finanças nacionais, estão agora comprometidos com entidades externas na destruição da Democracia portuguesa!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: O ataque é ao Estado de Direito, à Constituição da República e à Autonomia Regional.

Sras. e Srs. Deputados:

Neste rumo destrutivo, o PS Açores anda cheio de pressa de mostrar serviço e diligente obediência ao banditismo bancário internacional, também conhecido por FMI.

São os primeiros a concordar com o mais grave ataque à Autonomia de que há memória em anos recentes,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem o Jerónimo fala assim!

Deputado João Costa (PSD): Ainda vamos ter a reconstrução do muro de Berlim!

O Orador: ... pela anunciada alteração da diferenciação fiscal, numa atitude que configura uma indesculpável traição aos interesses dos Açores e do Povo açoriano!

Uma atitude que não vai passar em claro nem no plano político, nem no plano eleitoral!

Mas o PS Açores vai ainda mais longe:

Aproveitando o ambiente de preocupação ou se preferirem o “estado de choque”, o PS Açores, introduz taxas moderadoras na saúde, prepara a privatização do sistema de acção social, reduz apoios aos clubes desportivos e veremos ainda que outras medidas têm ainda em carteira para apresentar porventura depois das próximas eleições.

O PS Açores esgotou-se como partido autonomista e está a abdicar de forma subserviente de marcas distintivas que permitiam ao Presidente do PS Açores afirmar que, nos Açores: taxas moderadoras nunca, aqui somos socialistas. Onde está aquele Presidente do Governo que afirmava: Lei das Finanças Regionais é para cumprir?

Deputado Berto Messias (PS): Claro que é!

O Orador: Afinal o que é que V. Ex.as têm de diferente para oferecer às açorianas e açorianos? Eu diria que não é mais do mesmo, é muito pior.

Sras. e Srs. Deputados:

O PS Açores está unido na cegueira do centrão sem projecto a não ser a conquista do poder pelo poder. É esta ausência de esperança que o rotativismo alternante, entre o PS e o PSD que obriga a uma verdadeira ruptura política, levada a cabo por um governo patriótico e de esquerda.

Uma ruptura que passa, no imediato pela renegociação da dívida, mas que aposte no médio prazo no valor estratégico da produção regional e nacional,

aproveitando as potencialidades da Região e do País para garantir um crescimento económico sustentável, a criação de emprego, o combate à dependência e ao endividamento externos, a redução e eliminação dos défices estruturais, no plano alimentar, energético, industrial e tecnológico e educacional, e a afirmação de uma via soberana de desenvolvimento.

A aposta na produção nacional e no crescimento económico é a via mais rápida e duradoura para aumentar as receitas do Estado, e travar e diminuir o endividamento externo.

Mas também uma ruptura política que promova uma justa distribuição da riqueza nacional, através do aumento dos salários e das pensões, melhorando a vida do povo português, também estimulando o mercado interno e o crescimento económico.

Deputado Francisco César (PS): Não está neste mundo, Sr. Deputado!

O Orador: Esta ruptura e estas mudanças não poderão ser levadas a cabo pelos que sempre fizeram e defenderam o contrário e que continuam cegamente a teimar, contra as evidências.

Esta ruptura e estas mudanças só podem vir da livre escolha do povo português e não das imposições do banditismo externo ou da demagogia agonizante de um centrão esgotado e sem projecto que não seja o de continuar a devassar recursos financeiros públicos, alimentar clientelas e a hipotecar o futuro da Região e do país.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Disse, mas disse mal, Sr. Deputado!

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Sabe que tenho todo o respeito e consideração por si, mas a sua intervenção parece que não é deste mundo.

O Sr. Deputado sabe que o Partido Socialista critica um determinado modelo de desenvolvimento em que vivemos, em que achamos que muitos dos problemas

que hoje vivemos têm a ver exactamente com os defeitos deste mesmo sistema económico, mas o que não se pode dizer, com toda a racionalidade, é que este modelo falhou quando se tem um modelo alternativo como o seu.

O modelo comunista já falhou há muito tempo, falhou em 1989 com a queda do muro de Berlim.

Sr. Deputado, quando se começa a fazer críticas devemos ter algum cuidado, porque aquilo que está a propor não é viável neste mundo. Portanto, aconselhava-o a ter alguma prudência nesta matéria.

O que é que os senhores têm proposto nos últimos tempos?

Têm proposto aumento da despesa; têm proposto a nacionalização dos meios de produção.

Vou repetir a pergunta que o meu secretário-geral fez a vosso líder: quais as empresas que nacionalizavam e quanto é que iria pagar para nacionalizar estas empresas?

Acha que isso iria trazer algum retorno económico?

Como é que o Sr. Deputado também justifica a esta Câmara que, estando o país na situação em que está, estando o país necessitado de financiamento internacional, possa dizer agradavelmente a todos os portugueses: Não! Nós não vamos negociar com os credores. Não queremos falar com a “Troika”, para estarmos à vontade para poder criticar, ou seja, sem propositura.

A crítica que lhe faço nesta matéria também a estendo, obviamente, ao Bloco de Esquerda.

Deputada Zuraida Soares (BE): A declaração do Bloco de Esquerda é amanhã, Sr. Deputado!

O Orador: Nesta matéria devemos ter em atenção o momento em que vivemos. O momento em que vivemos é de sermos concretos e realistas nas nossas propostas.

O Partido Socialista (honra lhe seja feita nesta matéria) sempre foi claro naquilo que defende para os Açores...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não desfazendo!

O Orador: ...em termos de modelo de desenvolvimento para o país.

Muitos dos Srs. Deputados podem até não concordar. É normal. É assim em democracia, mas não podem é acusar o Partido Socialista de não esclarecer as suas propostas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quais propostas? É o Programa Eleitoral?

O Orador: Não podem acusar o Partido Socialista é de quando negoceia com a “Troika” obter um mau resultado. Mas depois alguns dirigentes do Partido Social Democrata vêm dizer que os bons resultados são da nossa responsabilidade (PSD, entenda-se) e que ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem mais!

O Orador: ... os maus resultados são da responsabilidade do PS.

Não se compreende também como é que o Partido Social Democrata dos Açores critica o Memorando de Entendimento por ser muito austero, por criar muitas dificuldades aos Açores e depois vêm apresentar um programa eleitoral ainda mais austero.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Austero para o lado do Estado!

O Orador: Isto tem que ser esclarecido, Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados têm obrigação, perante todos os cidadãos, de esclarecer por que é que defendem um programa eleitoral que é mais austero para os portugueses.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para o lado do estado!

O Orador: Os senhores falam em taxas sociais únicas, que é uma coisa que muitos portugueses não percebem bem.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PSD e o Sr. Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Srs. Deputados, eu gostaria de falar. Depois podem intervir, mas permitam-me que explique o meu raciocínio.

Os senhores não explicam por que é que as vossas propostas implicam um aumento de impostos, nomeadamente do IVA.

Os senhores não explicam por que é que, estando tão preocupados em emagrecer o Estado, em que as pessoas supostamente não ficam tão prejudicadas por esta crise, vão dar cabo do modelo educativo. Vão privatizar!

Para que os açorianos nos percebam, aquilo que estamos a falar é de criar um modelo alternativo, privado, onde os ricos têm acesso à escola privada, onde podem pagar.

Deputado João Costa (PSD): Não é verdade!

Deputada Benilde Oliveira (PS): É verdade!

Deputado João Costa (PSD): Hoje é que é assim!

O Orador: Portanto, ficam com uma boa qualidade educativa.

Os mais pobres, que têm hipóteses de ir para o privado, têm que ir para o ensino público, descapitalizado e abandonado, na vossa forma, pelo Estado.

Os senhores arrogam-se e criticam o Partido Socialista por, contra a nossa vontade, é certo, introduzir taxas moderadoras na saúde. Já explicámos isso por diversas vezes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está muito mal explicado!

O Orador: Não queríamos aplicar essas taxas moderadoras mas tivemos que o fazer, que fique claro e os Srs. Deputados percebam de uma vez por todas, se quiserem o esclarecimento, se não quiserem mesmo assim acho que os açorianos merecem.

Cortaram verbas aos Açores no âmbito da Lei de Finanças Regionais. Vamos receber menos.

Os senhores também sabem que o Memorando da “Troika” aconselha e recomenda a introdução e o aumento de taxas moderadoras, bem como...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

Deputado João Costa (PSD): E a privatização da ANA?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Onde o senhor já vai!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Gomes, vou até onde quero.

... verificar o regime de isenções no caso da saúde. Aliás, o vosso programa é muito claro sobre esta matéria, os senhores não esclarecem.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se é claro não é preciso esclarecer!

O Orador: Nós somos claros. Consideramos que neste momento de dificuldade é normal sermos obrigados a introduzir uma taxa que não penaliza muito as pessoas.

Compreendo que eu – e os açorianos devem perceber isto – quando vou a uma urgência posso pagar 6 euros.

Deputado João Costa (PSD): Onde é que está a gratuitidade da saúde?

O Orador: Esse sistema também permite àquelas pessoas que não têm rendimentos elevados e que não podem pagar, estarem isentas de pagar essas taxas moderadoras.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está enganado, Sr. Deputado!

O Orador: Isto é progressivo...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente. Peço desculpa, Sr. Presidente, mas têm-me interrompido por diversas vezes.

Assumimos controlar o estado social.

O que não se compreende é que da vossa parte queiram privatizar parte da saúde, passar para os privados.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: As pessoas têm que perceber isto, é que podem vir a pagar muito mais pelo acesso à saúde.

Srs. Deputados, os senhores têm que vir esclarecer a situação e as vossas propostas ao nível da ANA e da RTP/Açores.

Só para terminar, Sr. Presidente.

Não custa nada, Sr. Deputado Duarte Freitas. Basta dizer aos açorianos e aos trabalhadores da RTP que esperam por esta notícia, porque não sabem o resultado das eleições...

Deputado Berto Messias (PS): Não esclarecem! Não vale a pena!

O Orador: ... como é que vai ser o modelo da RTP/Açores? É uma janela no âmbito do Canal 1?

Vão manter a RTP/Açores no modelo actual?

Explique! Não custa nada!

Acho que se os açorianos acham que o Memorando da “Troika” implica um determinado rumo, também sabem que há formas de chegar exactamente a este caminho.

Há o Partido Socialista que pretende chegar a um modelo de desenvolvimento...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual é?

Deputado João Costa (PSD): O maior aumento do desemprego do país!

O Orador: ...com igualdade de oportunidades, com justiça social, e há aqueles que querem utilizar o Memorando da “Troika” para impor o seu modelo ideológico de dar cabo do Estado Social.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Será talvez escusado dizer que também tenho apreço por si e uma excelente relação, mas o que é facto é que a sua declaração política me parece raiar o inadmissível em termos de linguagem e de tom.

O Sr. Deputado, entre outras aleivosias, diz que o Partido Socialista nos Açores, enquanto partido do Governo, promoveu a traição do povo açoriano, a traição dos Açores, e outros epítetos do mesmo género.

Do nosso ponto de vista, e julgo que do ponto de vista dos açorianos, aliás é avaliado pelo “score” eleitoral do Partido Socialista e do Partido Comunista nos Açores, isso é perfeitamente inadmissível pelo próprio povo açoriano.

Também tinha mais que ver que o PCP quisesse ser agora, com o historial que tem ou com o historial recente que tem, o partido da autonomia nos Açores, Sr. Deputado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não pode?

O Orador: Pode-se arrogar. Agora não tem é substância, não tem sustentação.

É um partido que tem uma lógica e uma organização centralizada a nível nacional; um partido que tem muitas poucas opiniões regionais sobre matérias regionais...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não parece, Sr. Deputado!

O Orador: ... um partido que quando se fala de Estatuto Político-Administrativo ou quando se fala de Lei de Finanças Regionais está sempre mais do lado dos que não são açorianos do que do lado dos que são açorianos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também não me parece! O histórico não é esse!

O Orador: ...e agora vinha aqui dizer que era o partido da Autonomia.

Não me parece e isso não tem qualquer tipo de sustentação, como se sabe e como a história comprova.

Diz o Sr. Deputado na sua declaração política que a traição feita pelo Governo Regional foi ao nível da Lei de Finanças Regionais.

Sr. Deputado, vamos ser claros:

A Lei das Finanças Regionais, na negociação entre o Governo e a “Troika” foi mantida, não foi eliminada.

Por aí o Sr. Deputado já vê que não houve nenhum intuito, nem se chegou a nenhuma traição.

Mais claro ainda:

A redução que se prevê é uma redução que já se previa na Lei de Finanças Regionais e que tem a ver com a nossa evolução económica. Há uma redução de verbas porque progredimos e convergimos no todo nacional, Sr. Deputado.

Portanto, não foi porque nos portámos mal. Foi porque nos portámos bem na governação, a região avançou, teve progresso e desenvolveu-se, Sr. Deputado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exactamente!

Deputado João Costa (PSD): E a taxa do desemprego então tem sido um sucesso! É campeã das campeãs!

O Orador: Os açorianos precisam de saber isso, precisam que isso fique claro.

Há outra alteração prevista que resulta do facto do diferencial fiscal entre a Região e o Continente ter diminuído em 10% por imposição e por consequência das negociações com a “Troika”.

Relembro aos açorianos e aos Srs. Deputados que o PCP demarcou-se, absteve-se de participar em reuniões com a “Troika”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E muito bem!

O Orador: O PCP renegou a sua função de representante do seu eleitorado para dizer com esses senhores não falamos, mesmo em prejuízo de Portugal, mesmo em prejuízo dos Açores.

Agora, que é a altura de vir aqui dizer, “nós não negociamos, mas temos ideias, temos projecto, queremos isto, isto e aquilo”... Não! O que é que o senhor vem fazer? Vem gastar 10 minutos a dizer que a negociação foi mal feita, que não era assim que se fazia, que traímos os Açores, que não fomos capazes de defender os Açores.

Então o senhor e o seu partido fizeram algum esforço para defender os Açores?

Os senhores nem foram às reuniões. À partida, disseram que não falavam com aqueles senhores que falavam estrangeiro. Não quiseram ir lá e agora vêm aqui dizer como é que se fazia. Não! Não podemos aceitar esse tipo de lição.

Aproveito para ajudar a clarificar de algum modo a questão das taxas moderadoras.

Disse o Sr. Deputado Francisco César, e muito bem, que vamos aplicar taxas moderadoras contra a nossa vontade...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exactamente!

O Orador: ... contra a nossa ideia, a nossa posição de princípio em relação às taxas moderadoras.

É verdade! Tivemos que fazer opções.

Deputado João Costa (PSD): Tiveram um *brainstorming!*

O Orador: O actual contexto obriga a fazer opções. Governar é decidir!

Os açorianos sabem que connosco há uma tomada de decisão e a decisão foi num sentido muito claro: para manter o compromisso assumido (eventualmente

outros compromissos ao nível do Serviço Regional de Saúde), que foi a criação do Centro de Radioterapia nos Açores, permitindo aos açorianos...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso é uma hipocrisia! Isso não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é ilegal!

Deputado Costa Pereira (PSD): É vergonhoso utilizar a doença dos outros para justificar isso!

Deputado João Costa (PSD): As taxas moderadoras são para os doentes oncológicos! Deviam ter vergonha! Ao que isto chegou!

O Orador: Não é hipocrisia. É a verdade!

... doentes oncológicos, que se deixem de deslocar ao exterior para serem tratados na sua doença, houve que tomar opções e a opção é garantir uma verba não que sustente o Serviço Regional de Saúde, porque não sustenta (todos sabemos que não sustenta)...

Presidente: Sr. Secretário, tem que terminar.

O Orador: ... representa uma percentagem mínima dos custos do Serviço Regional de Saúde, mas representa o valor necessário para se garantir aquele compromisso que queremos manter.

Mais: 40% dos açorianos estão isentos de taxas moderadoras. Aqueles que mais precisam em termos económicos, em termos sociais e em termos de saúde, estão isentos de taxas moderadoras.

Segundo: só se vão aplicar nos Açores 40% das taxas existentes a nível nacional.

Não aplicamos as taxas todas. Tivemos o cuidado de seleccionar os actos que seriam objecto de taxa.

Portanto, não é verdade que se aplique nos Açores o sistema que se aplica a nível nacional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Por isso é que são mais altas!

O Orador: Houve também essa preocupação. Porquê? Porque não somos a favor dessas taxas.

Vimo-nos forçados pela conjuntura a tomar uma decisão. Tomámo-la e assumimo-la.

Não viemos aqui dizer que agora somos a favor. Não!

Deputado João Costa (PSD): Então se não são a favor, por que é que são mais altas?

O Orador: Somos coerentes. É esta a justificação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem dois minutos.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Uma nota breve.

As taxas moderadoras não são introduzidas nos Açores contra a vossa vontade, mas por vossa vontade. É essa a realidade.

O Sr. Secretário fez aqui afirmações que me parecem complicadas. O senhor afirmou que as taxas moderadoras servem para financiar o Centro de Radioterapia (foi o que o senhor disse) que é uma parceria pública privada. Eu duvido da legalidade disso e por isso vamos averiguar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E depois não usam demagogia nos Açores!

Deputado João Costa (PSD): Devia ter vergonha disso ficar no diário das sessões!

O Orador: De resto, é por vossa vontade – e é bom que se diga – que a “Troika” não impunha a introdução de taxas moderadoras. O que a “Troika” impunha era a redução de despesa...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O aumento das taxas moderadoras!

O Orador: ... que os senhores não foram nem são capazes de fazer e resolveram taxar os açorianos com mais uma taxa, com mais um imposto.

Sr. Deputado Aníbal Pires, muito rapidamente devo-lhe dizer o seguinte:

A última criação do comunismo, como V. Exa. bem sabe, foi o capitalismo.

Basta ver pos capitalistas soviéticos que saem da ex-União Soviética.

O que os senhores criaram quando libertaram o comunismo, o muro de Berlim e desabrochou aquele comunismo todo, deu em capitalismo. Portanto, Sr. Deputado, é para reflectir.

Quando o PCP presidiu ao Governo de Portugal (o Partido Comunista já presidiu ao Governo de Portugal, mas o CDS nunca presidiu a nenhum Governo), quando expulsou e espancou empresários, perseguiu pessoas, por que é que não expulsou os bandidos do FMI? Admira-me!

Faz 50 anos que Portugal é membro do FMI. Por que é que os senhores não correram com o banditismo? Por que é que não os puseram a andar de Portugal, Sr. Deputado Aníbal Pires? Porquê?

Vem agora com demagogia, Sr. Deputado Aníbal Pires? Tivesse corrido com os bandidos, mas não foi capaz de o fazer.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, o Partido Comunista anda com estrabismo: não foca onde deve focar os seus ataques.

O CDS nunca presidiu a nenhum Governo!

O CDS votou contra o PEC I, o PEC II e o PEC III!

Quem negociou com a “Troika” – que aliás vem de Perestroika, palavras simpáticas ao seu ouvido, Troika/Perestroika – o acordo foi o Governo da República que é, segundo a Constituição, quem negocia tratados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): O Catroga não diz isso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A propósito de uma declaração política do PCP, que não fazia qualquer referência específica ao PSD, o Grupo Parlamentar do PS fez aquilo que é habitual.

Deputado Berto Messias (PS): É habitual pedir esclarecimentos ao PSD!

O Orador: Na sequência de uma intervenção do PCP?

Deputado Berto Messias (PS): Também!

O Orador: A questão é exactamente essa: é habitual.

Parece que o plenário está a descair para um lado. Hoje é dia de futebol e há aqueles campos de futebol que estão a descair para um lado. Mesmo que os jogadores queiram olhar para um lado, descaem para o outro lado.

É o que acontece com o PS. Estava a olhar para o Deputado Aníbal Pires, mas depois foi descaindo, descaindo, descaindo e acabou por falar no PSD.

É a prática habitual deste Grupo Parlamentar do Partido Socialista e deste Partido Socialista. Estão sempre a descair.

A questão, no fundo, é esta:

É absolutamente ridículo e impensável que o Partido Socialista que tem governado o país nos últimos anos, durante vários anos, que governa a Região vai para 16 anos, esteja sempre com essa conversa: tem que explicar, não esclarecem, não explicam.

Os senhores é que têm que explicar!

Deputado Francisco César (PS): Já explicámos!

O Orador: Os senhores é que têm que esclarecer o que fizeram ao país e o que estão a fazer à Região.

É isso que tem que ser feito. É esse dever de explicação que os senhores têm que fazer ao país, aos portugueses e aos açorianos, mas não fazem, porque tem a consciência pesada.

Como sabem que têm que dar explicações, estão sempre a exigir explicações aos outros.

É ridículo que os senhores inventem esses factos políticos, esses boatos, essas mentirinhas.

Depois dizem: os senhores não esclarecem.

Como se o PSD é que tivesse que...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, nós desistimos!

O Orador: ... explicar aquilo que não fez, de explicar aquilo que nem sabe se vai fazer, porque não é governo, e até de explicar aquilo que sabe que não vai fazer.

Até aquilo que o PSD sabe que não vai fazer os senhores querem que o PSD explique.

Os senhores é que têm que dar essas explicações.

Estado social – na tal cartilha de cassete, falam em estado social, estado social, estado social.

Quem rebentou com o estado social foi o Partido Socialista.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Educação, vamos falar da educação.

Hoje em dia há alunos nas escolas públicas cujos pais têm que pagar as fotocópias.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vêm falar em estado social?

Hoje, em dia, nas escolas públicas, há alunos em que os pais têm que pagar para eles terem aulas de música. E os senhores vêm falar em estado social?

Deputado Francisco César (PS): Os senhores querem acabar com o ensino público!

O Orador: Os senhores têm a cara, o descaramento, a distinta lata de vir falar em estado social? É preciso ter descaramento!

Eu sei, e sinto porque tenho filhos no ensino público, e conheço muitos açorianos que têm filhos no ensino público que sentem isso na pele e ficam abismados com as exigências que lhes são feitas a esse nível.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que disse que íamos fazer isso? Nem acredita no que está a dizer!

O Orador: Por outro lado, e a nível da saúde, quando vivemos numa Região que nem é grande, não vivemos propriamente na cidade do México ou num sítio qualquer que tenha milhões de pessoas, que seja muito difícil gerir os problemas sociais. Vivemos numa Região pequena, mas só nos Açores temos

mais de 50 mil açorianos sem médicos de família e os senhores vêm falar em Estado Social?

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Apresente soluções. Diga como é que faz! Diga como é que recruta!

O Orador: O PSD é que tem que explicar? O PSD é que tem que esclarecer? É preciso ter descaramento!

O PSD é que tem que esclarecer, é que tem que explicar.

Ainda a nível da saúde os senhores vêm dizer que o PSD quer rebentar com o estado social, quer acabar com a saúde pública gratuita, mas quem implementa as taxas moderadoras para os açorianos que não têm médico de família e que não têm outro recurso senão recorrer à urgência, é o Partido Socialista. E os senhores falam em estado social? O PSD é que tem que explicar? O PSD é que tem que esclarecer? É preciso ter descaramento.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quanto às taxas moderadoras, os senhores ainda vão mais além do que aquilo que Sócrates fez ao país (estão a fazer pior, estão a rebentar ainda mais o estado social), quando vemos que estão previstas taxas moderadoras nos Açores superiores às taxas moderadas a nível nacional.

Por exemplo, nos hospitais centrais, a nível nacional, é 4 euros e 60 cêntimos. Nos Açores vão ser 5 euros.

Nos centros de saúde, são 3 euros e 80 no Continente e nos Açores vão ser 4 euros, mais 5,2%.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): E naqueles em que é mais barato?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor é um mentiroso. Até agora tinha nível, mas deixou de ter!

O Orador: Até prevêm taxas moderadoras mais altas do que a nível nacional.

Por outro lado, vêm com essa conversa de que o PSD vai aumentar impostos. Queriam que o PSD esclarecesse aquilo que o PS não quer esclarecer.

Deputado Berto Messias (PS): Tem que esclarecer sim senhor!

O Orador: Os senhores é que têm que esclarecer, porque aumentaram os impostos.

Os açorianos e os portugueses hoje já estão a pagar mais impostos do que pagavam porque houve uma governação socialista na República e na Região. É esta a verdade.

Quem aumentou os impostos foi o Partido Socialista. E o PSD é que vai ter que explicar.

Os senhores querem esclarecimentos do PSD.

Quem aumentou os impostos foi o Partido Socialista!

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente, se me permite.

Deputado José San-Bento (PS): E a RTP Açores? E a ANA?

O Orador: Já chego lá.

Quem aumentou os impostos foi o Partido Socialista, depois de todos os açorianos e portugueses se lembrarem dos grandes cartazes de Sócrates a dizer que não ia aumentar impostos, depois de Sócrates prometer que ia criar milhares de empregos.

Deputado Luís Garcia (PSD): E os 150 mil desempregados?

O Orador: Hoje assistimos nos Açores (notícia fresca!) à maior taxa de desemprego da Região, 9,5%. O PS vai batendo recordes atrás de recordes a nível do desemprego e os senhores falam em estado social. E o PSD é que tem que explicar?

É essa incoerência de discurso, de ter que explicar e exigir explicações aos outros, que revela de facto a vossa postura política e a fragilidade dos vossos argumentos.

Deputado José San-Bento (PS): Esclareça! E a ANA?

Presidente: Para terminar, Sr. Presidente, a questão da RTP.

É ridículo que um partido que, a nível regional e nacional, tenha feito o que fez, criando dificuldades pelas quais passa o serviço público de rádio e televisão nos Açores, neste momento exija explicações aos outros que não tiveram responsabilidades governativas. É essa a verdade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é demagogia da mais barata que pode haver!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores rebentaram com o país, rebentaram com o estado social, rebentaram com a RTP e os outros que não governaram o país é que têm que dar explicações. Isto revela, de facto, a fragilidade dos vossos argumentos. Pior do que isso tudo é quando o PS nem diz uma palavra sobre a RTP, sobre o que quer fazer à RTP, mas exige explicações a um partido que assume claramente que de facto quer um serviço público de rádio e televisão nos Açores. Exige essas explicações mais uma vez demonstrando a fragilidade, a fraqueza e o enorme desnorte do Partido Socialista que nem consegue explicar aquilo que fez.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Clélio Meneses acusou esta bancada e o Partido Socialista de apoiar a sua acção política em mentiras, até referiu mentirinhas.

Deputado João Costa (PSD): É o mínimo que se pode dizer!

O Orador: Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Clélio Meneses quais são essas mentiras e que concretize quais são as mentiras que temos dito no âmbito da acção política e no âmbito do debate político.

Estamos num processo pré-eleitoral. Estamos num processo eleitoral.

Temos colocado várias perguntas concretas e frontais ao Partido Social Democrata e continuamos sem obter qualquer resposta.

Deputado Luís Garcia (PSD): Expliquem a vossa acção! Os senhores é que têm que explicar!

O Orador: O Sr. Deputado Clélio Meneses vem aqui fazer uma cortina de fundo, apoiado na mais básica e na mais barata demagogia,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Demagogia? Nisso somos aprendizes!

O Orador: ... criando uma manobra de diversão e mais uma vez não esclarece absolutamente nada àquilo que é perguntado ao PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses, para responder à defesa da honra. Tem 3 minutos.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o Sr. Deputado Berto Messias não quer a resposta. A resposta foi dada na minha intervenção.

O Sr. Deputado Berto Messias quer disfarçar o incómodo que a minha intervenção causou ao Grupo Parlamentar do PS.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: As mentiras são aquelas que muitos portugueses, os que estão atentos, percebem.

Os senhores dizem que o PSD vai acabar com o estado social. Mentira!

Quem acabou com o estado social foi o Partido Socialista com a sua des governação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Explique a vossa posição sobre a RTP e a privatização dos Aeroportos da ANA na Região! Continuamos a aguardar!

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias continua na incoerência. Pede explicações, mas não quer que eu fale.

Deputado Berto Messias (PS): Faça favor, Sr. Deputado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O problema é que não esclarece!

O Orador: Perguntou quais eram as mentiras. Eu estou a demonstrar.

O Partido Socialista diz que o PSD vai extinguir o Ministério da Agricultura. Mentira! O PSD diz que não vai extinguir o Ministério da Agricultura.

O Partido Socialista diz que o PSD vai fechar a RTP/Açores. Mentira! O PSD não o vai fazer.

Só aqui disse 3.

Deputado Berto Messias (PS): Então esclareça!

O Orador: O senhor quer que eu diga mais alguma coisa que demonstre a mentira em que os senhores assentam a sua acção política!

Deputado Berto Messias (PS): Quero! Explique o que é que os senhores vão fazer à RTP/Açores!

Deputado Francisco César (PS): É uma janela!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é uma janela!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, lembrava que não estamos num debate.

Estamos numa declaração política que tem regras regimentais. O Sr. Deputado Clélio Meneses está a responder, porque tem direito regimentalmente, a uma defesa da honra.

Faça favor.

O Orador: Agradeço, Sr. Presidente, e acho que fez muito bem em fazer essa sua intervenção porque, de facto, o Partido Socialista fez uma defesa da honra que não era defesa da honra. O Partido Socialista não sabe o que é que está a fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Chamou-nos de mentirosos!

O Orador: Depois faz perguntas, às quais o PSD responde, mas também não quer que o PSD responda.

Os senhores não sabem o que é que querem.

Deputado Berto Messias (PS): Sabemos! O senhor responda! O senhor não esclarece!

O Orador: Entendam-se!

O senhor perguntou qual era a mentira. Eu já aponteí 3 e o senhor não se envergonhou com 3 mentiras que acusei o PS de dizer.

Deputado Berto Messias (PS): Quais mentiras? O senhor continua sem esclarecer!

O Orador: Quer que o envergonhe ainda mais?

Os senhores assentam a sua acção política na mentira. Eu desmontei isto de forma clara e absoluta.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é que é mentira!

O Orador: De facto, a interpelação do Sr. Deputado Berto Messias está profundamente esclarecida.

Deputado Jorge Macedo (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Presidência pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo vê-se obrigado a recorrer à figura do protesto e curiosamente fá-lo na primeira intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses nesta sessão plenária.

Deputado João Costa (PSD): Isso é uma obsessão pelo Sr. Deputado Clélio Meneses!

O Orador: Até agora o Governo não tinha encontrado nenhuma razão para fazer um protesto contra a bancada do PSD, por muito que tivessem dito e disseram coisas que não merecem a nossa concordância. Agora, a questão é a maneira como se diz e como se ataca despudoradamente e mentindo (o Sr. Deputado mentiu e vou provar-lhe já como mentiu) de uma forma completamente desabrida, sem nenhum problema, julgando que assim está a cumprir o seu papel de representante dos açorianos nesta casa.

A sua mentira é muito fácil de provar.

O senhor disse que não só tínhamos adaptado o sistema de taxas moderadoras na Região...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A mentira é isso?

O Orador: Não! Espere! Ainda não acabei. Essa parte era verdade, a mentira vem a seguir.

Disse que não só tínhamos adaptado como ainda tínhamos sido mais rigorosos, aplicando taxas maiores (e deu dois exemplos) do que as nacionais.

Deputados Luís Garcia e João Costa (PSD): E era mentira?

Deputado João Costa (PSD): Até agora não disse mentira nenhuma!

Presidente: Srs. Deputados...

Sr. Secretário, faça favor de continuar.

O Orador: Esses dois exemplos são de arredondamento.

Um desses exemplos, o senhor referia-se aos hospitais, que passou de 4.60 para 5 euros. Deu um outro exemplo, de 3.80 para 4 euros.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E é mentira?

O Orador: Não! É verdade! A mentira é o resto.

Depois dá exemplos ao contrário.

Deputado Costa Pereira (PSD): Ele só disse isso! Não disse mais nada!

O Orador: Taxas moderadoras nas urgências:

A nível nacional são de 9 euros e 60 cêntimos. A nível regional 6 euros.

Deputado António Marinho (PSD): Ele falou nisso!

Deputado Luis Garcia (PSD): Ele disse alguma coisa contrária a isso?

O Orador: Menos 3 euros e 60 cêntimos.

Consultas nos Centros de Saúde.

Taxa nacional: 2.25.

Taxa na Região: 2 euros. Mais baixa!

Essas o senhor não disse.

Deputado António Marinho (PSD): Então não mentiu!

O Orador: Ainda não acabou. Tenha calma.

Taxas que se aplicam a nível nacional e que não se aplicam na Região. Quer ouvir?

Fazer uma TAC a nível nacional custa 19 euros e 20 cêntimos. Na Região, zero!

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas o Sr. Deputado disse o contrário.

O Orador: Fazer uma ressonância magnética. A nível nacional 21 euros e meio. Na Região, zero!

Deputado António Marinho (PSD): Mas ele disse isso?

O Orador: Fazer uma simples ecografia. A nível nacional custa 3 euros e 70. Na Região, zero!

Portanto, é mentira que as taxas na Região sejam mais elevadas do que as taxas a nível nacional.

Mais: 60% dos actos médicos que são taxados no Continente, não são taxados na Região! Mentira do Sr. Deputado.

Deputado João Costa (PSD): Não é mentira! A verdade é que eram 100%!

Presidente: Tem que terminar, Sr. Secretário.

O Orador: Na Região as taxas são mais baixas do que são a nível nacional.

No cômputo geral, os actos que são taxados no Continente e na Região são mais baratos na Região do que no Continente.

Portanto, Sr. Deputado, para ter razão e para fazer essa figura que o senhor gosta de fazer, não precisa dizer mentiras, não precisa enganar os açorianos.

Pode fazê-lo dizendo a verdade.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Secretário.

O Orador: Termino já.

Para apurar a verdade, para saber quem fala verdade neste plenário, eu tive que recorrer à figura do protesto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamentavelmente uso da palavra por mais um número de circo que o Sr. Secretário da Presidência fez nessa sua relação muito especial comigo, que eu não percebo, não entendo porque não é recíproca.

(Risos da Câmara)

Essas coisas para terem algum efeito, como em qualquer relação, têm que ser recíprocas.

Neste caso, lamento dizer-lhe, o senhor está votado ao insucesso.

Sr. Secretário, eu estou aqui a aguentar-me para não me rir muito, porque era uma questão séria.

Veio o senhor fazer aquele número: mentiu, mentiu, mentiu! Vou dizer a mentira!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E mentiu!

O Orador: Mas não consegui em momento nenhum, dizer qual o momento que disse algo que não correspondesse à realidade.

Eu disse que havia taxas...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mentira! O senhor não disse que havia taxas! O senhor disse que cá as taxas eram mais elevadas do que a nível nacional!

O Orador: Está gravado.

Há taxas moderadoras que são mais altas. Foi isso que foi dito.

De facto, eu percebo o incómodo dessa baralhação de utilizar a defesa da honra ou o protesto, querendo fazer tudo para aparecer, para ver se se aguentam acima de água, mas sentem que estão de facto a afundar-se.

Neste caso ainda é mais gritante, porque ainda há dois anos o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, garantiu a pés juntos e a pés firmes, que não queria taxas moderadoras.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Isso foi há dois anos atrás!

Deputado João Costa (PSD): Foi há dois anos, mas podia ter sido ontem!

O Orador: Dois anos depois o Partido Socialista vê-se na obrigação de explicar os números para baixo e para cima, de explicar a sua incoerência, sobretudo explicar aquilo que é a contradição absoluta com aquilo que os senhores próprios disseram.

Por aqui também fica claro quem é que na verdade diz a verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração política do PCP trouxe a lume algumas questões prementes e graves da nossa vida colectiva, quer regional, quer nacional.

Esta minha intervenção resulta também de alguns comentários que foram tecidos a esta declaração, nomeadamente pelo Sr. Deputado Francisco César e pelo Sr. Secretário Regional da Presidência.

Refiro-me concretamente ao seguinte:

É público que três partidos se sentaram, como eles dizem, e falaram com a “Troika”. Foram eles o PS, o PSD e o CDS.

Deputado Francisco César (PS): Essa a senhora não consegue explicar!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É indiscutível!

A Oradora: Dizem estes três partidos que fizeram um “acordo com a Troika”.

Utilizam ainda outro termo, disseram que “negociaram com a Troika”.

Conclusões a retirar desta afirmação: é completamente falsa!

Estes três partidos não negociaram coisa nenhuma, não acordaram coisa nenhuma. Assinaram um documento que ficou inalterado, quer antes dos encontros com estes 3 partidos, quer depois dos encontros com estes 3 partidos.

Nem uma vírgula se alterou naquele encontro.

Portanto não houve acordo, não houve negociação. Houve imposição de um documento, com medidas gravíssimas para a nossa vida, sobretudo para os mais desprotegidos, que os partidos assinaram. Vamos chamar as coisas pelos nomes.

Nem outra coisa seria de entender, porque se tivesse havido negociação e acordo, nenhum açoriano ou açoriana acreditaria que o Governo Regional, que fez exactamente das taxas moderadoras uma marca do socialismo puro, tivesse acordado com o FMI a imposição dessas taxas moderadoras na Região. Esta é a prova de que não houve acordo, nem negociação.

Quando estes partidos, que se sentaram e falsamente afirmam que negociaram e que acordaram, acusam os outros de não o ter feito (o PCP e o Bloco de Esquerda), é muito simples de explicar:

O Bloco de Esquerda recusou-se a ir assinar um documento com o qual não concorda. É tão simples quanto isto.

Deputado João Costa (PSD): Podiam pelo menos ter negociado!

A Oradora: Eu não vejo qual é o espanto e qual é o escândalo.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para em nome dos açorianos e açorianas fazer aqui uma pergunta que ainda não vi respondida em nenhum local, até hoje, na nossa Região:

Quem, em nome do Governo Regional dos Açores, é que negociou com a “troika”?

Sabemos que houve uma deslocação de representantes do Governo Regional a Lisboa para se encontrar com a “Troika”, mas até hoje os açorianos e açorianas não sabem quem foi, em seu nome, em nome de todos nós, fazer essa negociação e qual foi o resultado da mesma. É esta a primeira questão.

Deputado Berto Messias (PS): Não sabe qual foi o resultado dessa negociação?

A Oradora: Saúde, vamos à saúde.

É indecente que os senhores, e quando digo os senhores digo o Governo Regional e o Partido Socialista, digam que as taxas moderadoras que vão ser sujeitas aos doentes que entram nos nossos hospitais e centros de saúde, são para pagar o centro de radioterapia. É indecente por duas razões.

Primeiro, porque as pessoas mais necessitadas não têm que pagar as parcerias público privadas estabelecidas pelo Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E não pagam!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não tenho que pagar! Já pago os meus impostos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Os senhores façam-me o favor de reconhecer que eu ouvi os senhores com toda a calma. Agora gostaria que fizessem a mesma coisa comigo.

Outra coisa que é indecente é que os senhores põem doentes, contra doentes.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Os senhores estão a dizer a alguém que para tratar um canceroso na nossa Região é preciso ir buscar dinheiro a outro doente que entra nos nossos hospitais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não seja demagógica!

Deputado João Costa (PSD): Foi o que o Sr. Secretário disse em aparte!

A Oradora: Isto não é socialismo, não é ética e não é socialismo.

Para falar verdade, Sr. Secretário Regional, diga também aos açorianos e açorianas, porque isso está no tal acordo que os senhores dizem que negociaram, que as isenções vão diminuir drasticamente.

Aquilo que é hoje isenção...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Onde é que isso está!

A Oradora: Amanhã terei oportunidade de lhe dizer, apontar no acordo o sítio onde isso está, para o senhor não ter a mínima dúvida e os açorianos e açorianas também não.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não está lá que é gratuitamente!

A Oradora: Está sublinhado.

Diga-lhes que essas isenções vão ser diminuídas.

Finalmente, registo, comovida, a preocupação do Sr. Deputado Francisco César, em nome da bancada do Partido Socialista, com as dificuldades dos alunos das escolas públicas e com a descapitalização das escolas públicas no nosso país. Tem toda a razão, Sr. Deputado. Pena que o Partido Socialista e o Governo não se tenham lembrado, quando investiu milhões de euros num colégio privado,

quando comparticipa propinas desse colégio privado que são mais do que a maioria dos açorianos e açorinas ganham ao fim do mês nesta Região.

Essa sua preocupação com a escola pública, Sr. Deputado é falsa.

Se fosse verdadeira os senhores teriam sido os primeiros, como socialistas e Governo da Região Autónoma dos Açores a investir e não a descapitalizar a escola pública, em vez de apoiar colégios privados.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada que não seja a mais correcta é uma coisa! Agora que é falsa é outra!

A Oradora: Estado social? O Partido Socialista e o PSD discutem entre si o estado social?

Meus senhores, o Partido Socialista, na República (o Governo Socialista), abriu completamente a porta à direita através da destruição do estado social.

É por isso que os senhores agora apontam o dedo uns aos outros: Quem destruiu foste tu! Quem destruiu fui eu!

Não! Não!

Um abriu a porta e os senhores aproveitaram a entrada.

Palavras, para quê? Os açorianos que tirem as suas conclusões.

Muito obrigada.

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem 2 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor fugiu da “Troika”. Não foi lá defender o seu eleitorado!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, vou prescindir de fazer comentários sobre algumas questões a que aludiu, porque isso apenas denota o seu incómodo relativamente às responsabilidades que o CDS tem e a falta de argumentação, isto quanto ao CDS e ao PS, mas já lá vamos.

No entanto, quero dizer-lhe o seguinte:

O PCP, relativamente a esta situação, reuniu e colocou as questões e as suas propostas a quem de direito, a quem representa o povo português: ao Governo e ao Presidente da República. Nunca ao banditismo do FMI, para que fique claro. Relativamente àquilo que o Sr. Secretário Regional da Presidência disse, é evidente que para o Sr. Secretário isto pode ser inadmissível, mas há uma coisa que as açorianas e os açorianos, o povo açoriano, têm de perceber. É que para diminuir a diferenciação da carga fiscal só pode ser feita de duas maneiras: ou por iniciativa própria desta câmara, porque foi esta câmara que tomou a decisão de abdicar de alguma receita no fim da década de 90, ou então, por revisão da Lei das Finanças Regionais.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Foi o que eu disse!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, V. Exas. aceitam essa imposição, mas entretanto não disseram como é que o querem fazer. Aceitaram! Pura e simplesmente aceitaram essa imposição!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A questão não é essa!

O Orador: É uma questão de princípio, Sr. Secretário.

O Governo Regional podia chegar a esta câmara e propor, “neste momento necessitamos de aumentar a receita e como tal vamos a esta margem que temos e vamos fazê-lo”. Mas não! Os senhores de forma subserviente, de cócoras, aceitaram sem nenhum pejo aquilo que lhes foi imposto.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor sabe lá o que é que foi imposto!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, esta coisa do raiar o admissível, se calhar aplica-se mais à bancada do Governo do que à Representação Parlamentar do PCP.

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado Francisco César disse, é evidente que o meu mundo é um mundo diferente do Partido Socialista.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor não é, é deste mundo!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

É que o vosso mundo, o mundo de José Sócrates, é o mundo virtual.

José Sócrates fala de um país virtual.

O PCP fala de um país real, do país que sobre as opções políticas...

Deputado Francisco César (PS): Quanto é que custam as nacionalizações?

O Orador: ... que V. Exas. tomaram ao longo dos anos.

É desse país real que o PCP fala.

Deputado Francisco César (PS): Quanto é que custam as nacionalizações?

O Orador: É evidente que não é do seu mundo, porque o seu mundo é como o mundo de José Sócrates, é um mundo virtual.

Deputado Francisco César (PS): Quanto é que custam as nacionalizações?

O Orador: Ouça, Sr. Deputado!

Quanto à sua alusão a 1989, só lhe posso dizer relativamente a isso, o seguinte:

...

Deputado Francisco César (PS): E as nacionalizações?

O Orador: Já lá vamos.

Essa alusão só aparece quando há falta de argumento. Quando há falta de argumento vem a cassete, a cassete do antigo comunismo.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, venha falar do novo modelo!

O Orador: Isso fica-lhe muito mal, porque o senhor é um jovem. Esse preconceito já lhe devia ter passado há muito tempo.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Relativamente às propostas do PCP elas são conhecidas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu não conheço nada!

O Orador: E não são tão conhecidas porque alguém se encarrega de as esconder e não é o PCP.

Vejamos: o PCP, há muito tempo, até antes do contexto que vivemos actualmente, vinha alertando e vinha propondo medidas alternativas.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

No contexto actual, as medidas que propôs foram várias, desde logo a renegociação da dívida, mas não só, a procura de fontes de financiamento diversas.

Deputado Francisco César (PS): E as nacionalizações, Sr. Deputado?

O Orador: Mais. O Banco de Portugal tem 55 mil milhões de euros a rolar livremente no sector financeiro internacional, que muito bem podia ter sido utilizado para esta situação de emergência. Mas afinal de contas temos Banco de Portugal para servir quem? Para andar a comprar dívida pública dos outros países e deixar o país ao abandono?

Esses 55 mil milhões de euros do Banco de Portugal se calhar serviam para alguma coisa.

Quanto às nacionalizações eu só lhes posso responder da seguinte maneira: quando V. Exas. e o vosso Governo, na República, nacionalizaram os passivos do BPN não houve problemas com nacionalizações.

Mas relativamente às nacionalizações, efectivamente há alguma necessidade de fazer algumas nacionalizações. Há, sim senhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, vamos ficar por aqui em termos de PTAP.

Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas com a Agenda.

Agradecia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário que se aproximassem da Mesa.

Até logo.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo muito boa tarde.

Eram 15 horas e 14 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos entrando na Agenda.

Temos como primeiro ponto a **apresentação do Projecto de Resolução nº. 37/2011 “Promoção do Voluntariado”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Conselho de Ministros da União Europeia declarou oficialmente 2011 como o “Ano Europeu do Voluntariado”.

“Voluntariado” designa toda a actividade livre e exercida de forma totalmente desinteressada e gratuita em prol de outros indivíduos e da sociedade, normalmente mais associada e direccionada para o apoio a pessoas com maiores carências e vulnerabilidades, mas podendo hoje igualmente procurar dar respostas a preocupações de outra índole, como sejam, preocupações ambientais, culturais, desportivas ou outras.

Com a instituição deste Ano, a União Europeia pretende, entre outros objectivos, valorizar e promover o trabalho de voluntariado e também mobilizar mais cidadãos para esta causa aumentando o número de voluntários.

Actualmente existem cerca de 100 milhões de voluntários na Europa e a Comissão Europeia pretende aumentar significativamente este número neste ano.

Em Portugal e nos Açores desconhece-se o número de voluntários.

Os desideratos fixados pela Comissão Europeia para este Ano do Voluntariado só serão alcançados se cada País, Região Europeia ou mesmo cada Comunidade assumir como seus estes propósitos e desafios.

Esta é, no nosso entendimento, uma oportunidade crucial para incentivar a prática e para que a problemática do voluntariado, seja pensada e reflectida na nossa Região, identificando, desde logo, os problemas e constrangimentos com que se depara a prática do voluntariado nos Açores, dando um contributo para termos um voluntariado mais organizado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Para além disso, esta é também uma preciosa oportunidade para dar mais visibilidade, valorizar, promover e incentivar o voluntariado como uma forma salutar de exercermos uma cidadania mais activa e de contribuirmos para a construção de uma sociedade mais solidária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma interessante reflexão e resposta aos desafios e objectivos lançados pela União Europeia no âmbito do Ano Europeu do Voluntariado foi dada pelos jovens de várias escolas da Região que, no passado dia 5 de Maio, participaram no “Plenário Jovem” da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

E a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em cuja sede se realizou a XII Sessão daquele “Plenário Jovem” não pode, ou pelo menos não deve, ficar indiferente ao que foi discutido e proposto por aqueles jovens “Deputados por um dia”.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, primeiro órgão da nossa Autonomia, deve, no nosso entendimento, no âmbito das suas competências, procurar dar visibilidade e consequência a algumas das preocupações e recomendações que aqui foram deixadas por aqueles jovens açorianos.

Esta é também uma forma de aproximarmos os eleitos dos eleitores.

Entre as várias propostas e reflexões feitas, uma delas merece rápido acolhimento e concretização, pela sua importância e adequação ao tempo presente: a necessidade de desenvolver, com carácter continuado, acções e campanhas de divulgação e promoção das virtualidades do trabalho voluntário nos órgãos de comunicação social, mas também nas nossas escolas.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD deu entrada na Mesa da Assembleia de um Projecto de Resolução que pretende que ainda no decorrer deste ano, o Governo Regional dos Açores promova uma campanha de sensibilização/divulgação e promoção das virtualidades do trabalho voluntariado, nos órgãos de comunicação social dos Açores públicos e nos privados que a ela queiram aderir graciosamente;

Propomos que essa campanha possa, também, fazer-se, de modo mais específico e direccionado, nas escolas da Região, promovendo a sua ligação às comunidades envolventes e estimulando uma acção generosa e solidária sempre pronta e disponível dos nossos jovens.

A apresentação deste Projecto de Resolução é ainda reforçada e fundamentada pelo contexto social e económico de particulares dificuldades em que vivemos, onde se acentuam fragilidades a vários níveis, e onde a importância do voluntariado é ainda maior e mais decisiva e por isso o apelo ao voluntariado torna-se ainda mais pertinente.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Saibamos todos, de uma forma positiva, como fizeram os deputados por um dia do referido Plenário Jovem, dar um contributo sério a esta reflexão sobre uma temática importante e tão actual como esta.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa Agenda da Reunião: **continuação da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 1/2011 – “Quadro Legal da Aquicultura Açoriana”.**

Ontem quando interrompemos estávamos no debate e votação na especialidade, mais concretamente no seu artigo 5º.

Ainda tenho as inscrições dos Srs. Deputados que estavam inscritos e que não falaram no debate deste artigo.

Por isso tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vem na sequência da justificação que o Sr. Deputado José do Rego trouxe ontem na sua intervenção, relativamente à discussão das propostas de alteração do Grupo Parlamentar do PSD para o debate e melhoria deste Quadro da Aquicultura Açoriana.

Relativamente ao artigo 21º...

Deputado José San-Bento (PS): Do que é que o senhor está falando?

O Orador: Ontem, se o Sr. Deputado não sabe (se calhar estava desatento), falámos nas propostas de alteração apresentadas, na sua globalidade.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não falou nisso ontem!

O Orador: O senhor estava desatento e por isso não percebeu o que se disse. Relativamente à questão da composição da Comissão, o nosso artigo 21º. pretende que sejam incluídos os potenciais investidores. Eles entendem que devem participar, na medida em que serão os primeiros a apostar e a apresentar a suas considerações e vão estar sujeitos a todas as condicionantes que a legislação prevê.

Temos que analisar isto de acordo com aquilo que se passa e que é corrente.

Por exemplo, a Comissão de Incentivos prevê que um representante dos empresários deve estar presente nesta Comissão. De facto, este representante dos empresários não condiciona as decisões colectivas, daí não termos percebido a justificação dada pelo Sr. Deputado relativamente a essa situação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não percebe nada disto!

O Orador: Percebo um pouquinho mais que o senhor. Como já lhe disse, o senhor há-de ir para a pesca da salmonela.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Salmonela?

O Orador: Exactamente, porque ela não existe no mar dos Açores.

Relativamente à proposta de um representante dos produtores, achamos que há investidores e potenciais investidores que se vão direccionar especificamente para a área da aquicultura, mais concretamente aqueles que não fazem parte da Federação das Pescas. Daí que seja importante para nós que um representante dos investidores esteja nesta Comissão.

Achamos importante, até porque é uma resposta àquilo que os potenciais investidores para esta área acham, que seria bom que houvesse essa representatividade.

Relativamente à questão do seguro, achamos que esta situação devia estar contemplada, até porque o que se pretende com este quadro legislativo é

congregar toda a legislação dispersa sobre a aquicultura. Achamos que seria uma melhoria se neste caso o Decreto Legislativo que estamos a analisar prevê-se esta situação. Ficaria contemplado o seguro que já está noutra legislação, que é o Quadro Legal de Pescas.

Estando aqui ficaria melhor enquadrado e na nossa perspectiva estamos exactamente para contribuir, para melhorar este Decreto Legislativo.

Obrigado.

Deputados Duarte Freitas e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(* Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à matéria referida consideramos que o próprio artigo 21º. já prevê essa possibilidade. É mais abrangente.

No que respeita aos seguros eles estão previstos no Quadro Legal da Pesca Açoriana, no regime de incentivos a serem criados por Resolução do Conselho do Governo.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): E os seguros, já pagaram?

Presidente: Creio não existir mais inscrições.

Assim sendo, vamos passar à votação da proposta de aditamento do BE para o artigo 5º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 5º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º. foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra o PCP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do PCP para o artigo 6º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do BE para o artigo 6º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 6º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º. foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto contra o PCP, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar de seguida dos artigos 7º. a 10º., inclusive, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do PCP para o artigo 11º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 11º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 11º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 11º. foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto contra o PCP, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Se não houver oposição da câmara colocaria à votação em bloco os artigos 12º. a 17º. da proposta, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar de seguida a proposta de alteração apresentada pelo PSD para o artigo 18º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 18º., da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria à votação em bloco os artigos 19º. a 20º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pela Comissão e subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista para o artigo 21º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do PSD, para o artigo 21º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 17 votos a favor do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento para o artigo 21º. apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para a proposta de aditamento e de eliminação (são duas propostas), apresentadas pelo BE, para o artigo 21º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas apresentadas foram rejeitadas com 28 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 21º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar de seguida o artigo 22º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de eliminação do nº 3 do artigo 23º., apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Artigo 23º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Dos artigos 24º. ao 41º. da proposta, não há propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso pôr à votação conjuntamente.

Não havendo oposição, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PSD para o artigo 42º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 42º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar desde os artigos 43º. ao 48º. já que não há propostas de alteração para os mesmos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 49º., temos uma proposta de eliminação apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 49º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 49º. foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar desde os artigos 50º. ao 52º. que não são objecto de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação para o artigo 53º., advinda da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 54º. a 75º. não há qualquer proposta de alteração.

Se não houver oposição da Câmara coloco à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do PSD, para o artigo 75º.-
A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 76º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 10 minutos.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 21 minutos.

Vamos prosseguir na nossa Agenda com o ponto nº 3: **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 5/2011 – “Regula o exercício da actividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores”.**

Vigora a grelha e os tempos normais que temos vindo a usar ultimamente: 25 minutos para o PS, para o Governo e para o proponente; 19 minutos para o PSD; 13 minutos para o CDS/PP; 11 minutos para o Bloco de Esquerda; 10 minutos para as Representações Parlamentares, cada uma respectivamente.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta proposta que o Governo submete à apreciação do Parlamento Regional, que visa regular a actividade dos profissionais de informação turística, vem na sequência de um conjunto de contactos que foram estabelecidos com os profissionais deste ramo e sobretudo com a constatação, na sequência desses contactos, da necessidade desse regime jurídico ser aperfeiçoado do ponto de vista a garantir, em relação a esses profissionais, e também em relação àquilo que é o serviço que neste âmbito é proporcionado aos turistas que nos visitam e

que recorrem a este serviço, melhores condições e garantias de qualidade, de eficácia e de satisfação daquilo que nesse âmbito se considera como imprescindível.

O diploma acaba por fazer uma intervenção, do ponto de vista das condições de acesso a esta profissão, dos requisitos que são necessários para o exercício desta actividade, a referência a uma matéria que nos parece sobremaneira importante que tem a ver com a qualificação e formação desses profissionais no âmbito daquilo que é o funcionamento referente a esta actividade e também o estabelecimento de um regime transitório e de manutenção de direitos que visa salvaguardar situações que neste momento já estão em vigor e que não se compreenderia que uma intervenção legislativa neste sector pudesse fazer perigar.

É criado um regime segundo o qual as pessoas que mesmo não possuindo as habilitações que o diploma passa a exigir como necessárias possam, em virtude daquilo que é a sua actividade desenvolvida neste processo, dar conta da sua qualificação, da sua experiência nessa matéria e que por essa via possam obter o devido certificado.

Não se põe em causa a actividade e o exercício da actividade dos profissionais de informação turística que já sejam titulares de carteira profissional anteriormente emitida.

Entendemos que com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, e com as propostas que substantivamente a mesma contém, daremos um passo significativo no sentido de reforçar a importância que este sector de actividade tem para o desenvolvimento de um sector turístico que se quer cada vez mais forte, cada vez mais eficiente e que do ponto de vista de satisfação dos turistas que nos visitam acaba por ter como pedra de toque a qualidade do serviço prestado, a certificação de que os profissionais que desenvolvem a sua actividade nesta área estão devidamente habilitados a fazê-lo.

São fundamentalmente essas duas pedras de toque que gostaria de salientar nesta apresentação do diploma, a preocupação com a qualidade dos serviços prestados no sector turístico e na qualificação dos profissionais dessa área.

Entendemos que as soluções que aqui estão propostas constituem um bom contributo para a mesma.

Muito obrigado.

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda faz uma apreciação globalmente positiva desta proposta. Aliás, também subscrevemos as alterações que foram realizadas em sede de comissão.

No entanto apresentamos algumas alterações que vão ao encontro de algumas propostas que são feitas pela AGIRA.

Queria apenas referir a que propomos no artigo 8º. e que tem a ver com o acompanhamento das práticas de actividade turística naquilo que está referido como alínea c), que são as áreas protegidas classificadas como reservas naturais.

A nossa proposta no nº 2, do artigo 8º. pretende esclarecer a seguinte questão:

Pretendemos que apenas em situações que definimos como actividades de turismo activo é que as empresas de turismo levarão consigo um guia com certificação específica na área do turismo ou, em sua substituição, um guia da natureza, desde que este esteja ao serviço de entidade licenciada, isto é, um guia que tenha o curso de guia da natureza e que acompanhe especificamente os turistas nessa prática de actividade de turismo activo.

Entendemos que a prática de turismo activo é aquele turismo no qual os turistas entram no espaço natural, vão desfrutar desse espaço e têm actividade realizadas, neste caso, no espaço que está classificado como reserva natural e como é óbvio terá que ser submetido a um conjunto de restrições.

Parece-nos que não faz nenhuma confusão que esteja este termo turismo activo no diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

(*) Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Proposta de Decreto Legislativo Regional aqui presente gostava de dizer o seguinte:

A legislação que presentemente regula a actividade dos profissionais de informação turística regionais encontra-se regulada por diploma de âmbito nacional tendo sofrido adaptações regionais dispersas e não actualizadas, o que prejudica o exercício adequado desta actividade compatível com a qualidade do serviço que a Região procura promover.

A acentuada sazonalidade do fenómeno turístico na Região Autónoma dos Açores, associada à ainda reduzida actividade turística, determinaram uma significativa carência de profissionais de informação turística itinerante, facto que compromete o desejado desenvolvimento harmonioso do sector.

Assim sendo, no contexto das estruturas turísticas actuais, avulta a necessidade de serem reformulados os suportes legislativos do sector dos profissionais de turismo regionais, será possível reformar desde já, através do presente diploma e seu regulamento, a legislação respeitante aos profissionais de informação turística.

Esta iniciativa demonstra que o Governo dos Açores aposta na qualificação do potencial humano como capital de futuro, garantindo a certificação de profissionais cujo exercício obriga à detenção de certificação específica e ao mesmo tempo que se reforce a sustentabilidade do sector do turismo na Região e incrementa a sua importância na sua estrutura económica.

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional procede também à revogação dos seguintes diplomas:

- o Decreto Legislativo Regional nº 8/2004/A, de 23 de Março, o qual manteve um regime transitório para o exercício da actividade de assistente de turismo;
- a Portaria 79/2004, de 23 de Setembro, a qual define os procedimentos para a equiparação da formação profissional necessária para emissão de carteira profissional dos profissionais de informação turística.

Na certeza de que as medidas ora adoptadas terão reflexos extremamente positivos na qualidade do serviço turístico na Região, espera-se ainda que venha a ter uma função dinamizadora e motivadora para o exercício das profissões e informação turística.

Importa por fim salientar que a Comissão de Economia pediu parecer à AGIRA – Associação de Guias de Informação Turística, a qual se congratulou por esta iniciativa e manifestou de uma forma clara e inequívoca a sua concordância com o teor geral deste diploma, apresentando algumas alterações para a especialidade que foram em parte acolhidas.

Face ao supra exposto os Deputados do PS vão votar favoravelmente a proposta apresentada.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve para salientar a importância que o sector do turismo tem, sendo uma das actividades mais importantes e que contribui para o nosso crescimento económico.

Ter serviços que não sejam de qualidade e de excelência é penalizador para o destino Açores, é mau para a imagem e para o desenvolvimento dos Açores.

A actividade de Guias Intérpretes na Região tem sido exercida ao longo dos últimos anos por profissionais não habilitados, não possuidores de carteira profissional ou com competências desadequadas e desactualizadas, que têm posto em causa a qualidade dos serviços.

Por isso, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo apresenta neste momento vem também, no nosso entender, fazer ultrapassar esta grave lacuna num sector tão importante e vital para o nosso crescimento.

A necessidade da formação e a posse de uma carteira profissional deve ser, de facto, emitida a quem tem as devidas competências, a quem tenha o devido *know how*, para exercer um serviço a quem nos visita, a quem pretende daqui tirar uma imagem muito positiva e no futuro (até quem sabe?) cá voltar.

Na globalidade o CDS aprova este diploma. Pensa que ele é muito positivo, como atrás já disse, para o desenvolvimento de uma actividade que é essencial, porque é um rosto muito importante para quem nos visita, que é a imagem das nossas gentes, a imagem de quem transmite a nossa cultura, as nossas paisagens. É essencial que as pessoas, de facto, tenham uma formação adequada para o efeito.

Entrando muito rapidamente na nossa única proposta de alteração, que incide sobre o artigo 8º., parece-me que aqui tem que se precaver uma outra situação, que tem a ver com o facto de nas áreas protegidas classificadas como reservas naturais, a passagem de grupos de turistas por estas zonas, pode não implicar uma efectiva actividade nestes locais, nomeadamente uma visita ao miradouro e integrados até num circuito mais abrangente e para outros locais.

Atendendo à nossa realidade, atendendo ao conjunto de profissionais que existe actualmente na Região Autónoma dos Açores, para não criarmos um entrave muito grande ao prosseguimento desta actividade com este diploma, penso que é essencial abrir essa excepção, uma vez que não fere nada com a questão dos Guias da Natureza, ou com os guias com certificação para a natureza, e com a actividade específica nessas áreas.

Assim, penso que ficam todos abrangidos. Cada um dentro do seu campo de actuação pode exercer estas competências na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos.

Deputada Aida Santos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, entende que esta proposta que vem regulamentar o exercício da actividade dos profissionais de turismo na Região, não só dignifica a actividade, como também definir regras próprias e uma disciplina neste sector.

Os profissionais de turismo tem como função específica acompanhar os turistas em viagens e visitas a locais de interesse (museus, monumentos), zelando pelo

bem-estar, bem como prestar informações de carácter histórico, cultural, entre outros.

O mercado de trabalho dos profissionais de turismo é cada vez mais selectivo e exigente, os profissionais de turismo têm necessidade de investir constantemente na sua formação técnica, bem como na aprendizagem de línguas menos tradicionais, a pensar nos novos mercados que se abrem.

No entanto, não podemos esquecer que o sector do turismo é um dos vectores por onde passa o crescimento económico nacional e regional. É de prever que a situação dos profissionais de turismo venha a disciplinar a sua actividade. No entanto, o Partido Social Democrata, entende que o diploma tem lacunas que serão objecto de propostas de alteração que passo a apresentar e explicar.

Entendemos que neste ponto, **artº. 2, ponto 1**, uma das lacunas que o Partido Social Democrata identificou, foi o facto de apenas estar contemplado como profissionais de turismo a função de Guia-intérprete e Correio de Turismo. Entendemos tal como assiste na legislação Nacional e da Madeira, que os profissionais de turismo englobam também:

-MOTORISTA DE TURISMO

-TRANSFERISTA

A outra alteração é no **Artigo 8º., ponto 2**. É nosso entender que se o Governo Regional está a formar Guias da Natureza, que estes possam acompanhar os grupos, segundo a alínea do artº. 8 do ponto 2.

Por último, apresentamos uma proposta que vai ao encontro do **Artigo 15º., ponto 1, alínea a)**.

Neste artigo entendemos que para além dos indivíduos que sendo titulares de formação superior, devem estar englobados os indivíduos com o curso de formação profissional nível IV (e não nível III, foi um erro de redacção).

Quando a Região investe nos cursos de nível IV na área do Turismo, entendemos que estes profissionais devem ser incluídos na norma transitória.

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o apoio inequívoco, porque considera...

Deputado José San-Bento (PS): Vota a favor?

O Orador: Disse alguma coisa que não devia?

Presidente: Sr. Deputado pode continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Não!

O Orador: Pensei! É frequente. Desta vez a coisa acertou.

Como dizia, a Representação Parlamentar do PCP vai dar o apoio inequívoco a esta iniciativa do Governo Regional, porque considera:...

Deputado José San-Bento (PS): O Manuel Monteiro é que não dava apoio!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Inequívoco?

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

Orador: Primeiro: vai de encontro a uma necessidade ...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Ao encontro. De encontro, não vai!

Deputado Rui Ramos (PSD): Vai ao encontro! De encontro, é contra a parede!

O Orador: Sr. Presidente...

Presidente: Não se deixe destabilizar, Sr. Deputado. Faça favor de continuar.

O Orador: Assim não há condições. Não estão a ser dadas as condições necessárias à Representação Parlamentar do PCP para poder expor os motivos por que vai votar favoravelmente esta iniciativa do Governo, o que acontece pela primeira vez neste plenário.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Imagine se votasse contra!

O Orador: Não percebo, de facto, esta inquietação.

... vai ao encontro das necessidades sentidas pelos profissionais desta área.

Consideramos também, em segundo lugar, que é um importante contributo para a elevação da qualidade do serviço prestado, o que só pode redundar numa

melhoria no funcionamento da actividade turística, que é um sector importante da economia regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, caríssimos colegas, por me terem dado espaço para eu poder dizer os meus motivos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar para a votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao debate e votação na especialidade.

Está aberto o debate para o artigo 1º..

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(* **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às propostas de alteração que foram feitas pelos diversos partidos, o Partido Socialista poderia pronunciar-se globalmente sobre elas.

Quanto à primeira proposta apresentada pelo Bloco Esquerda relativa ao artigo 1º., que estamos neste momento a votar, entendemos que a profissão de Guias de Informação Turística é uma actividade que continuará a ser liberal, em que as pessoas não têm que obrigatoriamente inscrever-se como empresários em nome individual ou estar dependentes de uma outra entidade, ou seja, trabalhar para uma empresa.

Há ilhas até que as pessoas prestam um serviço ou dois por ano, individualmente, mas estão inscritas nas Finanças. Não têm que ser necessariamente empresários em nome individual, pelo que o Partido Socialista irá votar contra a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda para o artigo 1º..

Relativamente às propostas apresentadas para o artigo 2º. pelo PSD, quer a profissão de Transferista, quer a de Motorista de Turismo, que estão definidas no diploma nacional, hoje a prática corrente da actividade de transferistas, que é

quem acolhe os turistas à chegada à nossa Região, é desenvolvida muitas vezes até por Guias de Informação Turística. É aí que muitos deles têm o seu ganha pão, ir buscar os turistas ao aeroporto, sem serem transferistas, ou pelos agentes de viagem nos quais compraram o respectivo serviço, sendo muitas vezes até substituídos por alguns taxistas nas nossas ilhas.

Entendemos que estas duas actividades, quer de motorista quer de transferista, para serem integradas aqui teriam que sofrer outras alterações no diploma porque nele não estão previstas a integração dessas duas actividades.

Nos Açores, e esta era uma dúvida que o PSD me tinha colocado, passa a haver como Técnicos de Informação Turística os correios ou os Guias de Informação Turística. Transferistas ou Motoristas do Turismo não existe nos Açores. Nos Açores são só essas duas profissões, o que não quer dizer, como está aberto no próprio artigo 2º., no ponto 3, que não possam ser criadas outras actividades de informação turística, se for entendimento no futuro criar.

Relativamente ao artigo 8º. existem algumas propostas, uma apresentada pelo CDS e outra do PSD.

Entendemos que a proposta do CDS vai ao encontro de alguma dificuldade que havia em termos de interpretação: quando um Guia de Informação Turística vai a uma reserva natural (ex: a lagoa do Fogo em São Miguel ou ir aqui à Caldeira) se terá que ser certificado por fazer essa visita quando vai só visitar em termos da vista ou a paisagem daquela reserva e não tem uma prática de turismo activo nessa própria reserva.

A proposta que o CDS apresentou espelha mais ou menos essa preocupação que havia na interpretação dessa alínea c). Portanto, o PS irá votar favoravelmente.

Relativamente à última proposta que o PSD também faz, de modo a integrar pessoas que tenham o Curso Técnico Profissional, que hoje são classificados de nível IV (os cursos técnicos profissionais nível III, por Portaria passaram a ser classificados nível IV) terá que haver uma alteração na redacção final.

É nosso entendimento que não só as pessoas com curso universitário que tenham tido prática de 4 anos, mas que as pessoas que tenham um Curso Técnico Profissional na área do Turismo e tenham exercido essa prática, que

nesse regime transitório possam vir a beneficiar ou a obter a carteira de Guias de Informação Turística.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma dúvida que nos suscitou as propostas de alteração do CDS/Partido Popular.

No artigo 8º., na vossa primeira proposta de alteração, referiam, no nº 2, a prática de actividades do turismo activo. Aliás, como foi referido pelo Deputado José Rego, entende-se turismo activo aquele que interage de uma maneira activa com a natureza.

Na proposta de alteração final retiraram o turismo activo e fica uma redacção que, na nossa opinião, pode suscitar muitas dúvidas, porque referem que “o acompanhamento de turistas nos locais de interesse público referidos na alínea c) do número anterior fica condicionada, excepto...” essa foi a vossa última alteração, deixando cair a questão do turismo activo, “... no caso de visitas integradas em circuitos que abranjam outros locais de interesse turístico”.

Vou imaginar por exemplo a situação de que temos um grupo de turistas jovens que vão englobados num autocarro, que para além de visitarem o miradouro descem à Lagoa do Fogo; para além de verem apenas a Caldeira, fazem uma parte do trilho da Caldeira, onde é que se encaixa esse tipo de turismo? É preciso ou não os Guias Intérpretes estarem certificados, ou na nossa proposta serem acompanhados por Guias da Natureza, ou não?

Eu, claramente, preferia a vossa primeira proposta de alteração, admitindo-se que se entende por turismo activo aquele turismo que interage de uma maneira activa com a natureza.

Não sei se será possível juntar as duas propostas de alteração e concretizar de que a certificação dos Guias Intérpretes para a visita desses locais ou o seu acompanhamento com Guias da Natureza é apenas necessário quando existe de facto essa interactividade com a natureza, nessas zonas de parques naturais, que naturalmente deverão ser preservados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para em sede de especialidade participar no debate e dizer que do ponto de vista de todas as propostas de alteração que são apresentadas a este diploma, o Governo acolhe-as com satisfação, porque do ponto de vista, nuns casos do debate, elas permitem esclarecer por onde, na nossa opinião e no nosso entendimento, devemos ir, como também nos permitem esclarecer por onde não devemos ir.

Desse ponto de vista as propostas apresentadas por todos os partidos acabam por dar um contributo positivo para o debate sobre esta matéria.

De uma forma muito rápida e em termos de debate na especialidade, gostaria de começar por salientar aquilo que já foi referido aqui pelo Sr. Deputado José Rego quanto à proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente ao artigo 1º..

O facto é que tudo o que está incluído na formulação proposta pelo Governo para o artigo 1º. inclui aquilo que o Bloco de Esquerda pretende que esteja incluindo, mas nem tudo o que está na proposta do Bloco de Esquerda está incluído na proposta que é apresentada pelo Governo.

Daí que a proposta apresentada pelo Governo, por ser mais abrangente, por abarcar um maior número de profissionais ou um maior número de possibilidades de intervenção desses profissionais e por essa via permitindo uma maior integração desses profissionais nessa disciplina legal, acaba por efectivamente ser a proposta que consideramos a mais adequada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas o que é que falta?

O Orador: Em relação à proposta do PSD apresentada para o artigo 2º., aquilo que o Governo propõe à Câmara é ligeiramente diferente. Entendemos que não faz sentido submeter, por exemplo, um taxista ou alguém que se inclui na categoria, por exemplo, de Motorista de Turismo, como é referido na proposta do PSD, ou de Transferista, sujeitar, sobretudo pela configuração e pelo âmbito

de actividade que tem na nossa Região, a essa disciplina. Não é essa a ênfase que queremos colocar do ponto de vista da certificação.

Entendemos que, em primeiro lugar, devemos ir àquilo que constitui o grosso da coluna, se me permitem a expressão, dos profissionais que estão ligados a essa área.

Esta formulação adoptada pelo PSD, que é aliás a mesma do diploma nacional que vigora desde 1977, julgamos que deve ser adaptada no sentido que é proposto.

Relativamente ainda à proposta do PSD para o artigo 8º., ela vem alargar o âmbito e faz todo o sentido desse ponto de vista, de não limitar, de não constringer a um regime legal que acaba, pese embora os objectivos de certificação, mas que com esta proposta acaba por ser mais flexível, (não diria maleável, mas acaba por ser mais flexível) do ponto de vista de acolher aquilo que é a oferta que existe neste momento e a disponibilidade que temos.

Temos depois a proposta de alteração apresentada pelo BE quanto ao artigo 8º.. Sobre essa matéria eu gostava de referir o seguinte: o que a proposta do BE faz, relativamente ao artigo 8º., é regular as actividades de turismo activo, porque diz que essas actividades devem ser acompanhadas por um guia turístico.

Ora, não é disto que nós estamos a falar aqui. O que estamos a regular é a actividade de guia turístico, portanto não me parece que esta seja uma boa formulação, tal como a proposta inicial, apresentada pelo CDS/PP.

Nós não estamos a dizer que quando houver a prática de turismo activo este turismo activo deva ser acompanhado por um guia certificado.

O que estamos a regular é que o ponto de partida para essa disciplina é outro, não é do ponto de vista da actividade, mas é do ponto de vista do guia, ou seja, quando há uma intervenção do guia, essa intervenção deve processar-se nos termos do diploma, não é a partir da actividade dizer que deve haver intervenção do guia. Pelo menos é esta a abordagem que o governo propõe que se siga.

Daí que, haja toda a diferença entre aquilo que é a proposta que foi apresentada pelo CDS/PP, relativamente a esta matéria e que é a proposta também

apresentada pelo BE e aquela segunda formulação, porque a segunda formulação o que faz é exactamente restringir o efeito deste diploma àquilo que é verdadeiramente importante e verdadeiramente essencial.

Não faz sentido que numa situação em que exista por exemplo, um percurso que visita miradouros, pelo simples facto de visitar o miradouro numa reserva natural que pela sua delimitação está incluído esse espaço do miradouro, seja necessário recorrer a um tipo diferente de guia.

Agora, já faz sentido quando com uma predominância da visita a essa reserva natural, haja uma intervenção dum guia com essas características.

Daí que me parece, tomando a liberdade de contribuir para o debate, relativamente à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, o facto de não podermos esquecer, pelo menos é a abordagem que consta da proposta (outras abordagens são certamente legítimas) mas a que consta da proposta é esta: é partir do ponto de vista da intervenção do guia e não do ponto de vista da actividade em que podem estar envolvidos os turistas.

Por último, a proposta de alteração apresentada pelo Grupo parlamentar do PSD, quanto à parte do artigo 15º. faz efectivamente todo o sentido. Aliás, é uma proposta que vem reforçar a articulação e a coerência da intervenção legislativa nesta medida, com aquilo que é a intervenção a nível global, do ponto de vista de política de turismo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desafiava o Sr. Deputado José do Rego e já agora o Sr. Secretário da Economia que me explicassem o que é que fica de fora relativamente ao artigo 1º. e como estamos aqui para aprender alguma coisa, talvez possa ser agora o momento de aprendizagem.

Finalmente, no que respeita ao artigo 8º. eu não percebi bem a questão que o Secretário da Economia colocou.

Com esta alteração proposta agora pelo CDS, em que se faz a excepção no caso de visitas integradas em circuitos que abrangem outros locais de interesse turístico, o Secretário Regional disse: “estas não têm a predominância de visita a esta área natural”. Mas podem ter. Quem é que não diz que eles vão visitar dois ou três locais e também não vão lá dentro ver e desfruir? Tem um percurso pedestre, vão descer, vão à Lagoa do Fogo, vão a outro local. Quem é que nos diz que isso não acontece?

Portanto, a nós, parece-nos que a nossa proposta de acompanhamento de prática de actividade de turismo activo é talvez aquela que salvaguarda melhor a situação que nós pretendemos aqui salvaguardar, que é precisamente a situação em que nós vamos para um local que está referido na alínea c), de protecção, e na qual nós garantimos que em situações em que nós vamos desfrutar da natureza, ou seja em que vamos fazer rapel, em que vamos fazer uma caminhada, em que vamos andar de canoa, em que vamos fazer outro tipo de actividades, nessa altura nós precisamos de um guia que tenha uma certificação específica na área de turismo da natureza. Acrescentámos esta questão de existir um Guia da Natureza que não tendo a tal certificação esteja ao serviço duma entidade licenciada, isto é, que faça parte dum grupo de animação turístico ou outro e tenha esse curso de Guia da Natureza.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Jorge Macedo e em relação às suas dúvidas quanto ao texto inicial, à substituição e ao objectivo final.

A nossa preocupação, aliás como fiz referência, aquando da apresentação da alteração, centraliza-se na pessoa do guia, enquanto pessoa, enquanto profissional.

Nós sabemos que na RAA isto é uma área muito insípida em relação a esses profissionais, onde não há ainda muita gente qualificada, principalmente na área da natureza.

O que o CDS quis precaver é que numa visita, exactamente como foi exemplificado a vários miradouros, a vários locais de interesse turístico, onde não seja efectivamente praticado um turismo activo naquela zona, o guia generalista possa fazer esta actividade.

Desta forma e nessa redacção final desse articulado, é de facto a melhor excepção e só poderia ser essa. É generalista e depois não se coloca aqui em causa o facto deste guia exercer essa actividade dentro da própria natureza, nomeadamente fazendo uma observação de pássaros ou indo para trilhos pedestres, porque aí existe uma acção fiscalizadora e o agente fiscalizador se encontrar um desses guias fora do âmbito das suas funções, aliás o próprio diploma é muito explícito em relação a essa matéria, tem toda a autoridade para actuar nesta matéria.

Não vejo que por aí alguém possa fugir a este circuito.

Desta forma há aqui uma garantia que de facto o guia generalista, possa numa viagem a vários circuitos integrados, visitar pontos turísticos esporadicamente, nomeadamente os miradouros e outros locais de interesse genérico da nossa natureza.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Cascalho, julgo que o Sr. Deputado ao escrever na sua proposta que “o presente diploma regula o exercício da actividade dos profissionais de informação turística, que operem enquanto empresários em nome individual, ou por contra de outrem...

Deputada Zuraida Soares (BE): E/ou!

O Orador: ... e/ou por conta de outrem”, está a excluir aqueles que queiram exercer a sua actividade sem serem empresários em nome individual.

Fui claro, há bocado, a dizer, que para ser empresário em nome individual, tenho que me inscrever nas Finanças como empresário em nome individual e posso inscrever-me nas Finanças com uma actividade liberal sem ser empresário. Eu não tenho necessariamente que ser empresário.

Faço uma prestação de serviço com aquela actividade, que até é difícil nas Finanças inscrever-se com esta actividade, todos nós sabemos, mas não é aqui que se trata esta matéria, e não sou necessariamente empresário em nome individual. Não sou empresário, tenho profissão liberal, faço 2 ou 3 trabalhos nessa matéria, tenho um livro de recibos verdes ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): É uma prestação de serviços!

O Orador: Faço uma prestação de serviços, mas não sou empresário em nome individual.

Está a excluir uma pessoa em S. Jorge ou noutra ilha, que obrigatoriamente tem que ser empresário em nome individual.

Portanto está excluir pessoas de exercerem actividade sem serem empresários.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Mas que estão incluídas na proposta do Governo!

O Orador: Mas de qualquer maneira quando eu digo que é para regular a actividade dos profissionais, inclui quem não é empresário, quem é empresário e quem possa estar a trabalhar em todas as empresas, não só em agências de viagens, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Os que passam os recibos não são profissionais!

O Orador: Eu estou a regular a actividade.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Um prestador de serviços não pode ser um profissional?

O Orador: Quando presto um serviço sou ou não profissional nessa matéria?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas não pode ser excluído por isso. Desde que tenha a formação não deve ser excluído por isso.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pode vender galinhas!

O Orador: Posso vender galinhas e não ser comerciante nem empresário em nome individual.

Não vamos discutir o que é acto de comércio ou não é acto de comércio.

A senhora sabe perfeitamente que aquilo que eu disse, tenho razão. Posso prestar esse serviço sem ser empresário em nome individual e sem trabalhar por conta de outrem.

Deputado Lizuarte Machado (PS): E tem esse direito!

O Orador: A senhora percebe perfeitamente que não está aqui incluído isso.

Portanto, a proposta que é feita pelo Governo é ampla, abrange todas as pessoas que queiram trabalhar em nome individual, sem serem empresários, e outros que possam estar integrados em empresas, sem ser só aqueles dois tipos de empresas, podem até ser empresas mais latas.

Relativamente á proposta do artigo 8º., eu gostaria de dizer que aquilo que disse o Sr. Secretário, relativamente à proposta do PSD, que nós estamos de acordo com aquela proposta e estando de acordo com a proposta do CDS, a fusão das duas propostas deve ser feita no sentido de que o que o PSD acrescenta é “com o Guia da Natureza”, relativamente ao anterior.

O CDS o que é que inclui? Inclui ali no meio que “no caso das vistas serem só tipo ao miradouro”... aquela acrescenta ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O problema é tipo ao miradouro!

O Orador: Pedia a liberdade ao Sr. Presidente da Assembleia que o PS ao votar as duas propostas quer dizer que se vão fundir numa só.

Presidente: Para que artigo?

O Orador: Artigo 8º..

Presidente: Do PSD?

O Orador: Do PSD e do CDS. Portanto “ou Guia da Natureza”.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Artigo 8º., nº 2, não é?

O Orador: Sim! Sim!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Cascalho, certamente a falha é minha e a incapacidade de explicar é minha, mas vou tentar explicar doutra forma.

O Sr. Deputado disse na sua intervenção que quando houver um grupo de turistas que, por exemplo desça a Lagoa do Fogo, para praticar qualquer actividade de turismo activo, canoagem, deve ir acompanhado por um guia que esteja devidamente certificado.

Bom, dito dessa forma, é que o diploma não diz claramente isso, nem pode dizer, porque eu não posso obrigar um turista ou um grupo de turistas que desça a Lagoa das Furnas, suba a Lagoa das Sete Cidades, ou faça o que fizer, a irem acompanhados por guia.

Não é isso que esse diploma faz.

O que esse diploma faz é: sendo necessário um guia, esse guia deve ter essas qualificações, por isso é que eu há bocadinho dizia que o ponto de partida não é o da actividade, é do guia, ou seja, quando se torna necessário a intervenção de guia turístico, esse guia deve ter determinadas qualificações que estão aqui fixadas.

A proposta que o BE apresenta, parece-me que vai mais no sentido em que o Governo não pretende que o diploma vá, ou seja, não pretende que se diga que quando descerem às Sete Cidades, ou à Lagoa do Fogo, devem ir acompanhados por um guia turístico.

Isso pode ser feito noutra diploma, não neste.

Portanto isso apenas para dizer a diferença de entendimento que existe quanto a este artigo 8º., nº. 2.

Ainda em relação ao artigo 8º., nº.2, no sentido de reforçar, dada a impossibilidade do Governo apresentar propostas de alteração, considerámos válida a proposta apresentada pelo PSD quando refere a substituição por um Guia da Natureza.

Do ponto de vista prático e formal não sei como se poderá fazer, mas gostaria de transmitir à câmara o entendimento do Governo, que as duas propostas complementam-se, pelo menos na perspectiva do Governo.

Reiterar por último aquilo que foi dito em relação ao artigo 1º. A proposta apresentada pelo BE é mais restritiva do que a proposta apresentada pelo Governo. Deixa gente que pode ser guia turística e que fica de fora e não

percebemos por que razão o BE quer deixar essas pessoas de fora. É uma pergunta que fica.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queremos eternizar esta discussão, mas já que estamos numa de fusão e de redacção oral das propostas de alteração, eu sugeria o seguinte: na proposta final do CDS/PP, artigo 8º., quando diz “o acompanhamento de turistas aos locais de interesse turístico, referidos na alínea c), para a prática de actividades de turismo activo, fica condicionada, excepto no caso de visitas integradas”, tal como está na vossa proposta, a seguir da alínea c), incluir o turismo activo, porque se bem percebemos, o próprio Deputado José Rego, teve dificuldade em explicitar oralmente o que é que significava visitas integradas, em circuitos que abrangem outros locais de interesse turístico, “tipo miradouros”.

O “tipo miradouros” é o que todos nós queremos escrever aqui neste diploma, mas podemos falar do contrário, ou seja aquilo que não é visita a miradouros, que é aquele turismo típico de pessoas que vão em autocarros e que param aqui nesta vista, param noutra vista, é ter o turismo activo que interage activamente com a natureza.

Fiz-me entender? A ideia é retirar a questão do “tipo miradouro” e incluir aquilo que é o condicionamento ao acompanhamento de um Guia Intérprete, devidamente certificado, quando se justificar. Quando é que se justifica? Não quando vão ver “tipo miradouros”, mas sim quando vão fazer turismo activo nessas reservas naturais e zonas protegidas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Há aqui uma situação, e de acordo com a disponibilidade da parte do Governo e do PSD, que nós podemos chegar a um entendimento.

Se o problema aqui é adicionar a questão do Guia da Natureza, ele pode vir muito bem na redacção do texto que nós elaborámos, logo a seguir à menção da questão do guia com certificação específica na área do turismo da natureza, ou acrescentar Guia da Natureza e fica o resto do texto igual.

Aí, nós de certa forma concordamos, agora mudar outra vez o texto para turismo activo e baralhar aqui a questão, não, porque o objectivo final deste artigo vai precaver as situações dos tais guias que passam nos locais de uma forma de visita.

A questão do turismo activo, por definição, não tem a ver com o passar no local e tirar fotografia. A questão do turismo activo é a questão da natureza, tem a ver com a actividade em si neste local, nomeadamente a observação de pássaros, os trilhos pedestres, etc., etc.

Da maneira como o texto está feito, acrescentando a questão dos Guias da Natureza, em substituição dos guias certificados, da nossa parte pode haver um entendimento para esta situação.

Presidente: Já agora um esclarecimento da Mesa.

A mesa entende que no caso do artigo 8º., as propostas do PSD e do CDS/PP, não são inconciliáveis, nem incompatíveis, nem se prejudicam.

Terá que haver ao nível da redacção final uma harmonização ortográfica, digamos assim, mas elas no seu sentido não se prejudicam uma à outra, nem são incompatíveis.

Portanto cabe à distinta câmara aprovar as duas. Serão ambas colocadas à votação.

Não sei se há mais intervenções neste debate.

Não havendo vamos passar à votação.

Coloco exactamente à votação a proposta de alteração do artigo 1º., apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1º., da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PSD, para o artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 2º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 3º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, advinda da Comissão de Economia e subscrita pelo PS para o artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 4º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Se não houver oposição da câmara, colocaria à votação os artigos 5º. a 7º., inclusive, da proposta que não são alvo de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da Comissão de Economia para a alínea c) do nº.1 do artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o nº. 2, do artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 8º. da proposta com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Colocaria à votação em conjunto os artigo 9º. e 10º. da proposta, já que não são objecto de qualquer alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 11º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração advinda da Comissão, para o artigo 12º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 12º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 13º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração advinda da Comissão, para o artigo 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 14º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração advinda da Comissão, para o artigo 15º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 15º., apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 15º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da Comissão, para o artigo 16º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 16º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação em conjunto os artigos 17º. a 19º., inclusive, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Faça favor Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 35 minutos.

(Eram 17 horas e 19 minutos)

Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 52 minutos)

Vamos reiniciá-los de acordo com o combinado em conferência de líderes, com três projectos de resolução. São os três pontos seguintes da nossa ordem de trabalhos e têm todos o mesmo objecto.

A apresentação será feita individualmente. Será feito o debate em conjunto. Será feito natural e obviamente as votações dos 3 em separado e sucessivamente e deliberou-se que cada Grupo e Representação Parlamentar, bem como o Governo, teriam cada um 30 minutos.

Portanto, o primeiro é o **Projecto de Resolução nº. 10/2011**, do BE.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José Cascalho para a apresentar o diploma.

Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projecto de resolução do Bloco de Esquerda “Acompanhamento do processo de descontaminação de focos de poluição e programa de controlo da qualidade da água na Praia da Vitória” é muito claro nos seus objectivos:

Garantir que o processo de descontaminação se realize, seguindo de perto as conclusões apresentadas pelo estudo do LNEC, encomendado pelo Governo Regional, e pago com o dinheiro dos Açorianos e Açorianas.

Defendemos a oportunidade que o resultado deste estudo trouxe à Região, para negociar com as forças militares norte-americanas, as acções que conduzem ao processo de descontaminação, e que, segundo o princípio poluidor-pagador, serão obrigadas a financiar.

O LNEC é uma entidade internacionalmente reconhecida pela sua competência. E as conclusões do seu estudo apontam, de forma simples e concisa, quais as acções que se devem tomar no sentido de:

Garantir a qualidade da água que abastece as populações, com o reforço da monitorização nos diferentes furos dos valores de metais pesados e de hidrocarbonetos;

Evitar futuros derrames de combustíveis com o reforço das infra-estruturas, tendo em conta, entre outros factores, a sismicidade da ilha;

E aponta a necessidade de iniciar o processo de reabilitação das áreas identificadas como poluídas, e tendo em conta o princípio poluidor-pagador, que os militares assumam os custos relativamente às acções apropriadas para essa despoluição, como já foi referido.

Mas refere mais. Aponta para a necessidade de este processo de despoluição ser acompanhado por uma equipa Portuguesa, que possa supervisionar o trabalho a realizar no processo de descontaminação.

Este é um aspecto que, reafirmamos, consideramos essencial para que o processo de despoluição se realize de forma a que se atinjam os objectivos a que se propõe: A total descontaminação de uma zona altamente poluída, que resultou de uma prática displicente durante muitos anos por parte dos militares norte-americanos instalados na base das Lajes.

Mas existem mais aspectos que consideramos igualmente importantes e que estão contemplados neste projecto de resolução. É que, tal como afirma o relatório do LNEC:

- É fundamental investigar outras áreas potencialmente contaminadas;
- É necessário garantir a remoção dos pipelines que ligam as zonas dos antigos parques de combustível, bem como o que resta dos antigos tanques, efectuando nessas zonas, a descontaminação do solo e subsolo;

Sras. e Srs. Deputados:

Não nos podemos esquecer que muitas decisões acordadas relativamente a problemas ambientais na Ilha Terceira e nos Açores, estabelecidas no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, ao longo dos últimos

anos, não têm tido resultados práticos nenhuns, como atestam descrições retiradas de dois jornais da Ilha Terceira.

Assim no âmbito do “Acordo de Cooperação e Defesa”, acordo de 1995 (repito, de 1995) e conhecido como acordo da base das lajes, apontam-se como objectivo:

“- MEIO AMBIENTE - através de um intercâmbio nas áreas dos recursos hídricos, preservação das espécies, prevenção da poluição de hidrocarbonetos, e cooperação no domínio do tratamento de resíduos; para além disso, as “USFORAZORES” manterão o seu empenhamento quanto à actual política do meio ambiente, colaborando com as autoridades regionais;”

E refere-se, mais à frente, este outro objectivo:

“- Cooperar com o Governo Regional para prosseguir o esforço acordado por ambas as partes para a supressão e quarentena do escaravelho japonês na Ilha Terceira (...) Esta cooperação incluirá consultas de peritos, material, equipamento e acções de treino. Ambas as Partes procurarão completar esta tarefa em 1998.” (“25/02/2007, Diário Insular)

Ainda no âmbito do acordo, acordou-se a cedência de um Rebocador para o Porto da Praia da Vitória. Anotem a seguinte descrição:

“A aquisição do rebocador para o Porto da Praia da Vitória foi decidida depois de falhadas diversas tentativas de cedência à região pelos norte-americanos de um equipamento do género em contrapartida pela utilização das Lajes pelos Estados Unidos.” (União, 31/03/2004)

Em qualquer um dos casos, o acordo serviu de pouco e não se pode confiar naquilo que ele estipula.

Perguntamos então, como devemos actuar para resolver o problema da contaminação dos aquíferos?

Parece-nos a nós, Bloco de Esquerda/Açores, que só a supervisão do trabalho de descontaminação realizado com equipa independente, que inclua investigadores do LNEC e da Universidade dos Açores, garante que o processo de descontaminação bem como as demais medidas consideradas essenciais por essa mesma equipa para o processo de descontaminação, se concretizem.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Eu pedia agora à Sra. Deputada Isabel Rodrigues para apresentar o seu Projecto de Resolução.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta minha intervenção por reafirmar a defesa, pelo Partido Socialista, da transparência neste processo e da importância do cabal esclarecimento da população, mas, também, do sentido de responsabilidade que deve assumir toda a nossa actuação neste domínio.

Perante as dúvidas e até alarme que se suscitou com a divulgação do Estudo elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o Partido Socialista entendeu requerer a audição das entidades envolvidas no processo de elaboração deste estudo, por considerar ser essencial que os protagonistas prestassem, perante a Comissão Parlamentar competente em matéria de Ambiente, todos os esclarecimentos que cada uma das forças políticas entendesse necessários e, por esta via, esclarecer também a população.

Quero também reafirmar o entendimento do Partido Socialista nesta matéria, que é de que devem ser reabilitados todos os locais reconhecidamente contaminados, a expensas das entidades norte-americanas, e que o Governo Regional deve acompanhar a situação e avaliar os resultados, informando esta Assembleia em conformidade e decidindo, a cada momento, os passos que devem ser dados. A reabilitação destes locais é a primeira prioridade.

Devo ainda sublinhar, a importância do estudo realizado pelo LNEC, para a assumpção de responsabilidades pelas entidades norte-americanas, mas não só. O conhecimento científico alcançado e a duplicação da reserva estratégica de abastecimento de água são outros ganhos cuja importância deve ser aqui evidenciada.

Aliás, os Partidos presentes na audição ao Professor Lobo Ferreira foram unânimes em reconhecer a importância e a qualidade do estudo.

Importa, também, lembrar uma das mais importantes conclusões que extraímos deste processo: a água de abastecimento público da Praia da Vitória é uma água de qualidade e pode ser consumida pela população sem qualquer receio.

Contudo, existem locais contaminados e existe, ainda, o perigo de migração. Este perigo de contaminação deve merecer uma reacção ponderada, e lembro aqui as declarações do Prof. Lopo Ferreira e o próprio conteúdo do estudo, quando refere que não há perigosidade de avanço da pluma mas há contudo uma questão que devemos ter presente e que se prende com os níveis de sismicidade das nossas ilhas.

Afiguram-se, assim, essenciais, as medidas preventivas que estão a ser adoptadas pela Praia Ambiente:

- Realização das análises recomendadas pelo LNEC, que foram anunciadas pelo seu Presidente do Conselho de Administração, mais amplas do que aquelas cuja realização é obrigatória por força da legislação nacional e comunitária em vigor;

- Reforço da capacidade de armazenagem de água e constituição de uma reserva estratégica de abastecimento.

O Projecto do Partido Socialista funda-se no reconhecimento, ao Governo Regional, de toda a competência e capacidade para gerir esta matéria, não o eximindo, porém, de prestar contas públicas:

- seja, através da inclusão, no Relatório do Estado do Ambiente, de um capítulo sobre a evolução e resultados do processo de descontaminação e reabilitação das zonas identificadas no estudo do LNEC, garantindo o acesso do público à informação, porque se aplicam as regras de disponibilização do relatório que estão previstas na lei;

- seja da prestação da informação referida no âmbito do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

- seja pela audição anual do GRA pela Comissão especializada permanente competente em função da matéria;

O CRADS, pela sua composição, garante a desejável independência e imparcialidade na análise do relatório e pode emitir as recomendações e pareceres que entenda convenientes. Se analisarmos a composição deste Conselho, verificamos que uma pequena minoria dos seus membros é designada pelo Governo Regional e que estão presentes todos os sectores da sociedade civil com intervenção na área do ambiente, bem como representantes do poder autárquico.

A proposta do Partido Socialista recomenda, ainda, a realização de uma avaliação técnica do estado ambiental das zonas identificadas como poluídas e locais descritos como eventualmente contaminados, logo que concluídos os trabalhos de descontaminação, e a apresentação imediata dos resultados dessa avaliação a esta Assembleia.

Entendemos que esta é a proposta que melhor se adequa às circunstâncias que o caso apresenta e confiamos nas palavras do Secretário Regional do Ambiente e do Mar, proferidas nesta Câmara, em 23 de Fevereiro, quando assumiu que o Governo Regional dos Açores fará a monitorização e o acompanhamento deste processo.

Assumido isto pelo Governo, não subsiste qualquer razão objectiva para a recomendação da metodologia desse acompanhamento e monitorização.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados segue-se o projecto conjunto dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP, BE, e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de Resolução conjunta apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP, BE e Representações Parlamentares do PCP e do PPM, tem um objectivo fundamental.

Esse objectivo é o da criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento que permita, acima de tudo, ser o garante do desenvolvimento de todo o

processo de descontaminação que é exigido no problema que todos nós já conhecemos.

Para além disso assegurar a celeridade que todo este processo determina, para além de ter que instituir um princípio fundamental nesta Região, que é o princípio da precaução do nosso território.

O nosso espaço tem que ser acautelado, por isso mesmo esta comissão poderia ter este intuito.

Nesta medida esta comissão tem que avaliar não só os procedimentos, como também os processos que serão utilizados em todo este processo de descontaminação, para além de acompanhar toda a monitorização que se exige, até aos trabalhos, durante os trabalhos e após esses mesmos trabalhos.

Esta Comissão deverá elencar também uma série de locais, que apesar de terem ficado de fora do estudo que foi feito, poderão estar potencialmente contaminados e deverão ser analisados e eventualmente ser alvo duma futura descontaminação.

Esta Comissão também deverá propor a necessidade de algum tipo de estudo complementar relativamente ao processo de descontaminação e eventualmente também sugerir acções de prevenção de futuros focos de contaminação.

Por fim, deve informar a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, do andamento de todo o processo, porque impõe-se que esta Assembleia acompanhe todo este processo de perto.

Todo este trabalho que tem sido desenvolvido e todo o debate que tem sido gerado à volta deste assunto, mostra-nos que se torna imprescindível a criação desta Comissão, para que seja assegurado tecnicamente todo este processo de descontaminação.

De outro modo o Governo Regional deixará nas mãos do poluidor todas as decisões, todas as decisões do como, onde, quando e com que celeridade tudo isto será feito. Estará, no fundo, o Governo Regional a demitir-se do seu dever, o dever de acautelar e salvaguardar o nosso território, o ambiente e a qualidade de vida dos seus habitantes.

Estará, no fundo, o Governo Regional, a deixar nas mãos de um poluidor aquele que já conhecia este assunto há muito tempo e nada fez, a deixar nas mãos dele o livre arbítrio da decisão, quanto a todo o desenrolar deste processo.

É necessário que esta Assembleia tenha a garantia que é um acompanhamento técnico com pessoas que falam a mesma linguagem, que saibam o que estão a estudar, que saibam o que estão a avaliar e que possam garantir ao Governo Regional, a todos nós e a esta Assembleia que tudo será feito como deve ser.

Não podemos nem devemos, acima de tudo, a custo de estarmos a ser irremediavelmente irresponsáveis, deixar a salvaguarda dos nossos interesses em mãos alheias.

Por isso mesmo, toda a oposição tem a certeza que este é um contributo importante. Que a formação desta Comissão Técnica de Acompanhamento poderá efectivamente trazer um grande benefício aos Açores.

Impõe-se, um acompanhamento técnico de todo este processo. De outra forma não irá funcionar como deve ser.

Obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário recém-chegado das Flores, espero que tenha tido boa viagem.

Temos hoje aqui, não por acaso, 3 projectos de resolução, que se não fosse a importância do tema e actualidade do mesmo, certamente não teríamos aqui três projectos de resolução (poderíamos ter um, talvez).

Três projectos de resolução que conseguem unir toda a oposição, isolando o partido dois projectos de resolução, um apresentado pelo BE que nós concordamos na sua generalidade, como já aqui o dissemos e até achávamos que deveria ter sido discutido na altura em que foi apresentado, por isso aprovámos a urgência, mas o PS, sempre na sua velha tática da finta, foi atirando para a frente aquilo que não queria discutir, à procura de uma solução.

A primeira coisa que eu queria lamentar é de facto o comportamento do Presidente da Comissão e dos Deputados da Comissão do PS, porque se refugiaram num formalismo, para não aceitarem uma proposta do CDS, para serem ouvidos alguns cidadãos independentes, da sociedade civil, que poderiam dar o seu contributo.

Tínhamos razão naquilo que dizíamos, e essa razão foi-nos dada pelo gabinete jurídico desta casa, que categoricamente diz que o Presidente da Comissão e os Deputados Socialistas da Comissão não tinham razão na sua exigência. Fica aqui, infelizmente, esse reparo quando o PS se refugia num formalismo, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sem razão!

O Orador: ... sem razão formal e jurídica para não ouvir cidadãos da sociedade civil. Não tinha nenhuma razão para o fazer. Nós estávamos certíssimos.

Agora, é preciso que fique aqui bem claro e é preciso sabermos hoje quais são os avanços em relação a dois meses atrás.

Eu pergunto, Sr. Secretário: que novidades existem para nos trazer a esta casa? Quando irá ser iniciado o processo? Que *feed-back* já teve das forças americanas e o que é que há em relação ao passado? O que é que já foi feito? A empresa que ficou de fazer o estudo, quais os resultados?

O assunto é muito importante e nós não vamos deixar esquecer.

Tivemos serena e ponderadamente à espera desta discussão.

A Resolução do PS é pura e simplesmente lamentável. Não defende os interesses dos praienses, não acautela os interesses da população e apenas defende política partidária pura e simples, pondo acima dos interesses das pessoas, os interesses partidários e governamentais.

É verdade que foi muito útil ouvir o Prof. Lopo Mendonça ouvi-lo na Comissão porque esclareceu muita coisa inclusivamente ao PS.

O que eu disse deve estar gravado, embora também tenha tido *feed-back*, que não fui eu que pedi, que não podíamos ter acesso à gravação... Ora bem, a gravação é da Comissão e os membros da Comissão podem ter acesso ao que lá

está gravado. Eu, ainda não senti necessidade disso, mas quando sentir vou pedir a gravação e espero que ela esteja guardada.

Existem de facto dúvidas que levantamos, alarmes que levantamos.

Depois das declarações do Sr. Presidente da Praia Ambiente que num dia disse uma coisa e no outro dia foi completamente desmentido em relação aos nitratos, que afirmava categoricamente que não havia infiltração de nitratos no aquífero basal, foi completamente desmentido pelo relatório do LNEC.

Portanto, é essa confiança, dessa administração que nós não temos.

Ficou bem claro, quer aqui, quer na audição do Sr. Presidente da Praia Ambiente, quer na audição que a CAPAT fez ao Prof. Lopo Mendonça, que há determinados compostos que a Praia Ambiente não analisa.

A pergunta é: já estão a fazer essa análise na casa das pessoas? Na altura não estavam.

Já começaram a fazer a análise a esses compostos?

O próprio Prof. Lopo Mendonça deu-me razão nessa matéria, como me deu razão nos *pipelines*. Deu-me razão que era preciso remover os *pipelines* que lá estão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estamos de acordo!

O Orador: Não estava. No debate aqui o senhor não estava de acordo com coisíssima nenhuma. Não estava!

Aliás, isso é a prova que o Governo Regional não serve de garante aos interesses dos praienses e o senhor tem particulares responsabilidades nisso porque faz parte da Comissão Bilateral Permanente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já não faço!

O Orador: Já não faz? É uma novidade. Mas estive lá até há bem pouco tempo.

Quando foi acordado remover o tanque do Cabrito, foi acordado na mesma altura remover os *pipelines*.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não sabia!

O Orador: O senhor sabe! O Governo sabe e o Governo não exigiu que os americanos cumprissem a sua parte.

Portanto o Governo não é de confiança para fiscalizar esta parte também.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Até parece que não fomos eleitos! Só os senhores é que foram! O Governo não!

O Orador: O Governo foi eleito para defender os interesses das pessoas. Exercer as suas funções é defender os interesses, a saúde e o bem-estar das pessoas, Sr. Secretário. Essa é que é a função de qualquer governo e com certeza também do Governo Regional dos Açores.

É preciso tomar medidas preventivas.

O Prof. Lopo Mendonça admitiu a migração e é preciso perceber que o aquífero basal não tem comportas. Ele admitiu que pode haver contaminação de mais zonas do aquífero basal. Ele admitiu tudo isso!

O que ele disse é que não havia um perigo imediato potencial, mas era preciso precaver o futuro. Foi isso que ele disse.

Agora, os senhores não conseguem negar a presença de alguns metais pesados na água da Praia. Oxalá que daqui a uns anos não haja surpresas bem desagradáveis, nomeadamente na incidência de algumas doenças.

Deputado Francisco César (*PS*): O que vale é que o senhor não é nada realista!

O Orador: Não, Sr. Deputado. Eu sou realista e defendo os interesses das pessoas e da Praia e sobretudo a sua saúde e quero tomar medidas preventivas nesse sentido que é isso que parece que os senhores não querem, por puro tacitismo político, por pura defesa política de protecção partidária e política governamental.

Como também o Sr. Prof. Lopo Mendonça deu-me razão noutra coisa. Eu perguntei-lhe: então por que é que os americanos têm uma central de osmose inversa? Os senhores sabem a resposta.

Então se a água é tão boa, se não tem problema nenhum, porque é que os americanos não a bebem?

O Sr. Secretário do Ambiente abana a cabeça, mas depois vai abanar aí a língua.

Secretário Regional do Ambiente (*Álamo Meneses*): Deus nos dê muita paciência!

O Orador: É, muita paciência! A nós Sr. Secretário do Ambiente! Paciência a nós e aos praienses.

O senhor vai explicar por que é que os americanos têm uma central de osmose inversa.

Secretário Regional do Ambiente (Álamo Meneses): Já expliquei uma vez. Posso explicar duas, as vezes que o senhor entender!

O Orador: Por que é que têm? É por protecção em caso de ataque inimigo, para terem a protecção da água da Base da Lajes?

O Bin Laden, coitado, parece que aquele senhor dos Estados Unidos já matou o homem.

Quanto se desperdiça de água e quantos furos já fizeram, estão tapadinhos, salinizados, que custos têm para o ambiente dos Açores?

Secretário Regional do Ambiente (Álamo Meneses): Essa é outra questão, que é muito interessante discutir, mas não tem nada a ver com este assunto!

O Orador: Essa é outra questão que também temos que debater. São as questões todas ambientais de um recurso extraordinário, que é a água, que nos começa a faltar e portanto o assunto é o mesmo, é preciso explicações do Governo. A central de osmose inversa, o Sr. Prof. também deu-me razão e estranhou a sua existência (quem estava na CAPAT, lembra-se).

Deputado José San-Bento (PS): Mas isso já foi explicado!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, o senhor com as suas teorias, que é um geoestratega, não convence ninguém!

Deputado José San-Bento (PS): Eu?

O Orador: O senhor com as suas teorias de geoestratégia e das bases americanas que todas têm, não convence ninguém. Convença-se disso, duma vez por todas!

O senhor preocupe-se com os interesses das pessoas.

O senhor sabe o que é uma central de osmose inversa? Sabe como é que funciona e sabe por que é que ela lá está?

Porque há alguns furos dentro da Base das Lajes, portanto altamente protegidos, que não era necessário osmose inversa.

Mais, outra questão que o Sr. Mayer da Praia não responde, é por que é que os americanos não pagam a água e os praienses pagam-na a peso de ouro. A peso de ouro que os praienses pagam água na Praia.

Porque é que os americanos não pagam?

É tudo isso que vos envergonha! É tudo isso que os senhores não defendem!

É tudo isso que é preciso saber, da contaminação e do perigo potencial para a saúde do consumo da água.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não agudo, não imediato, mas potencial!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o Governo associa-se a um debate, com inteira disponibilidade, aliás, no cumprimento do seu dever perante esta Assembleia, sobre esta matéria, sobre a questão dos aquíferos da Praia da Vitória e da sua contaminação potencial e efectiva, dos casos que nos estamos a referir.

Felizmente nesta fase, este debate já não é uma questão fulanizada, sobre quem é que tem responsabilidades, como é que se resolve. Esta fase já é sobre o acompanhamento que se deve fazer do próprio processo de descontaminação, o que significa que já evoluímos, que já avançámos, que houve progressos e felizmente já não estamos no ponto inicial, a questão está em vias de solução. Isso é bastante positivo e parece-me de salientar.

Por outro lado, ainda antes de entrar na apreciação concreta das propostas que estão aqui em debate, parece-me importante que relembre a esta casa e aos açorianos que a questão dos aquíferos da Praia tornou-se um tema de debate público e político, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E vai continuar!

O Orador: ... a partir do momento, é certo, em que a imprensa divulgou a existência do tal estudo inicial, feito por encomenda das forças norte americanas, mas também tornou-se público, político e conhecido de todos a

partir do momento em que o Governo Regional teve intervenção directa neste processo. Essa questão é indesmentível e fundamental.

Até aí sabiam, presumimos, da questão, da existência do estudo e quem o encomendou, obviamente, a empresa que o realizou e quem através de um subcontrato fez o trabalho de campo na Ilha Terceira sobre essa matéria. Esses, temos a certeza que sabiam.

Como estamos a falar de uma infra-estrutura partilhada, eventualmente mais alguém saberia.

O facto é que o Governo Regional dos Açores, como já disse em Comissão e volto a confirmar, soube em Abril de 2008, e se forem ver, se fizerem um histórico do debate, foi a partir de Abril de 2008, que o assunto se tornou um assunto público, conhecido e acompanhado de forma cíclica, recorrente por esta casa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga lá o que é que dizia na altura a Sra. Secretária do Ambiente!

O Orador: Sem qualquer tipo de rodeios, sem qualquer tipo de opacidades, sem qualquer tipo de secretismos, até a este momento foram dados passos fundamentais nesta matéria e não devem ser aqui esquecidos.

Avaliou-se concreta e tecnicamente de forma (penso que todos consideraram) bastante evidente e com qualidade científica e de forma reputada, a dimensão do problema, avaliaram-se as responsabilidades e estabeleceram-se os termos genéricos de resolução do problema.

Quais são os termos genéricos? Como eu já disse também aqui nesta casa, e como é público, a responsabilidade foi assumida pela parte do poluidor. Portanto será o poluidor a resolver o assunto e a assumir os encargos dessa resolução.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Não é falso, é verdade Sr. Deputado! Será o poluidor a assumir os encargos da descontaminação e do processo de descontaminação.

Eu também já disse aqui nesta casa, julgo que em Fevereiro, que o calendário previsível apontava, neste momento, o início do processo de selecção da

tecnologia que iam usar e que depois disso seria concluído no último trimestre deste ano. Isso também foi dito naquela altura, portanto não me parece que esteja a transmitir aqui nenhuma informação nova.

Este é o contexto que nos leva a este conjunto de propostas que hoje estamos a analisar.

Estas propostas, se me permitem, vou aproveitá-las para esclarecer um outro equívoco que muitas vezes tem surgido no debate desta matéria e que é a questão de ter sido o Governo o primeiro a falar, na existência ou na necessidade duma comissão de peritos, isso com base no debate inicial que houve nesta casa em Abril de 2008.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ana Paula Marques, Sr. Secretário!

O Orador: É verdade. De facto, na altura o Governo falou em 3 medidas que previam e as acções que achava que deviam ser tomadas.

Nessa altura o Governo falou “na existência duma comissão de peritos, constituída por especialistas de reconhecido mérito em hidro-geologia” (estou a citar).

Foi isso que foi dito na altura. Nessa mesma altura foi também fixado o leque de funções ou de competências que esses instrumentos de apoio, a acção do Governo teria, e aí definia-se as seguintes funções: avaliação dos estudos pré-existentes conhecidos (o tal estudo que está na base de toda esta questão); definir os termos de referência dum futuro estudo especializado a realizar e avaliar os resultados desse estudo.

Ora, essas funções foram perfeitamente desempenhadas por equipas técnicas reputadas, nomeadamente a equipa do LNEC que os senhores tiveram oportunidade de ouvir no prazo que foi considerado possível fazer o estudo. Aliás esse estudo foi adiado, é um facto, não foi realizado no tempo previsto, pelo próprio LNEC. Não foi por imposições governamentais, como o Sr. Deputado aqui uma vez disse, foi pelo próprio LNEC, que pediu uma prorrogação do prazo para poder concluir os estudos e as acções que tinha que fazer no terreno.

Portanto, desse ponto de vista parece-me que o assunto é bastante claro.

Foi assim que as coisas se processaram, nós apoiamos a contratação do estudo, o estudo foi feito com qualidade, de forma reconhecidamente isenta e tecnicamente habilitada, por isso foi possível saber-se que por um lado a água de consumo público da Praia da Vitória tem qualidade, pode ser consumida, por outro existem duas zonas contaminadas as quais devem ser objecto de acções de reposição da situação ambiental pré-existente.

É por isso que nós consideramos que o assunto tem tido um desenvolvimento positivo. Mais lento do que o que seria ideal, porventura, mas positivo, no caminho certo.

Chegados a este ponto o que nos compete, do ponto de vista do Governo, o que nós consideramos que se justifica é manter aquilo que foi feito, no sentido de prestar esclarecimentos às entidades que têm o direito de serem esclarecidas, nomeadamente esta casa, a comissão especializada onde estas matérias são tratadas e por essa via, também, os açorianos em geral.

Por isso parece-nos que se justifica completamente o projecto que está em debate e que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Mais, para garantir a transparência, para garantir a participação cívica das várias entidades, associações ligadas a esta matéria, também prevê o PS que este assunto seja objecto de debate no conselho regional especializado na matéria, agregando aí, algumas das instituições que os Grupos e Representações Parlamentares da oposição consideram que deviam fazer parte da tal comissão que os senhores queriam criar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não queríamos! Queremos!

O Orador: Por outro lado ainda o Governo compromete-se a juntar um capítulo específico ao relatório, que faz chegar a esta casa, sobre o estado do ambiente, sobre o acompanhamento desta matéria, sobre aquilo que já foi feito, fazendo o balanço específico das acções que entretanto forem desenvolvidas.

Isso significa muito claramente a manutenção do compromisso da transparência deste processo, da prestação de informação a esta casa.

Portanto por essa via julgo que o que encontram da parte do Governo é uma clara disponibilidade e uma manifestação de boa fé.

Não percebo por isso, que se diga, como disse a Sra. Deputada Carla Bretão, que sem essa comissão o processo não existe, não tem condições de transparência, não é célere, não é tecnicamente válido, como se o Governo não dispusesse de serviços de ambiente, como se o Governo não dispusesse de serviços técnicos especializados nessa área, como se esses serviços técnicos não existissem na Ilha Terceira e como se não tivessem a obrigação, até, de acompanhar aquilo que lá é feito, de forma habilitada tecnicamente.

Pergunto eu, serão só essas entidades, algumas das quais nem percebo porque é que se considera útil a sua presença numa comissão deste género, mas isso é uma discussão que nós poderíamos ter eventualmente, que não tem se calhar grande interesse, mas há algumas que eu não consigo perceber porque é que se lembraram dessas entidades e dessas pessoas para fazerem parte dessa comissão.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Diga quais são?

O Orador: De qualquer forma o que nos preocupa é que os nossos serviços procedam ao acompanhamento devido, que o façam de acordo com os deveres que têm de prestação de contas aos açorianos e que isso garanta a acção de supervisão do Governo Regional nessa matéria.

É com esse espírito que nós abordamos a questão.

Depois há algo também de contraditório na vossa proposta, é que para ser mais célere o processo, os senhores criam uma estrutura intermédia que vai avaliar, analisar e pré-analisar tudo o que acontece no processo.

Para mim, no meu fraco entendimento...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É fraco, é!

O Orador: ... isso dificulta a celeridade do processo.

Quando se cria mais uma estrutura intermédia que vai avaliar, que vai analisar, que vai debater, o que os senhores estão a pôr é um grão de areia na engrenagem. Não me parece nada que a engrenagem assim funcione de forma mais célere. Mas é só uma opinião, não quero de maneira nenhuma que considerem definitiva esta análise.

Por outro lado, não consigo perceber muito bem, por que é que a criação duma comissão deste género permite que se faça uma avaliação mais competente, do que aquela que pode ser feita pelos serviços técnicos do Governo; que se faça uma análise mais independente do que aquela que pode ser feita pelo conselho regional especializado na área do ambiente; que essa comissão garanta o cumprir duma função de informação ao Parlamento, quando essa função de informação é um dever do Governo Regional e não dos membros dessa comissão.

O dever de informar este Parlamento sobre a matéria compete-nos a nós, Governo Regional, que já demonstrámos por diversas vezes a nossa boa fé e disponibilidade para o fazer.

Fomos a todas as audições que os senhores entenderam convocar; participámos em todos os debates que os senhores entenderam fazer; pronunciámo-nos sobre todas as iniciativas que os senhores trouxeram a esta casa, mas mesmo assim o que é preciso é criar uma comissão para informar os senhores Deputados do andamento do processo.

Não consigo perceber por que é preciso essa comissão, aliás é mais um afloramento daquela síndrome das comissões...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não leu a proposta!

O Orador: ... que é quando não há uma comissão deve-se criar, quando há, é mais uma, deve-se tirar.

Portanto continuamos no mesmo âmbito das comissões: criar quando o Governo não as quer ou não as prevê e eliminar quando o Governos quer criá-las.

Para terminar gostaria de dizer que, isto não é propriamente uma ocasião, Sr. Deputado Artur Lima, de inquérito ao Governo sobre esta matéria. Perguntou-me o Sr. Deputado que avanços e que novidades é que existiriam no processo? De qualquer forma aproveitando a circunstância e além de reforçar ou de voltar a lembrar aquilo que já disse e que já tinha dito em Fevereiro, sobre qual era o calendário previsto, estamos dentro do calendário, não tendo por isso grandes desenvolvimentos a salientar. Isso é público, foi o comunicado final da última

reunião da Comissão Bilateral, que aconteceu em Washington (não queria falhar na data, se me permite), no dia 5 de Maio, dia 5 deste mês.

No capítulo específico “Cooperação com os Açores”, diz primeiro que “as delegações portuguesa e americana tomaram nota das conclusões do relatório do estudo do LNEC” (este que temos estado a falar), e depois acrescenta, nomeadamente, a confirmação da boa qualidade da água para consumo público. Conclui dizendo (esta parte é que é relevante): “ a Comissão Bilateral mandatou a comissão técnica para acompanhar de perto e informá-la sobre os resultados do programa de reabilitação das zonas poluídas, a ser implementado pelo 65.^a Air Base Wing nas áreas identificadas como poluídas e sobre outras medidas preventivas”.

Estamos a falar nas estruturas de acompanhamento do Acordo Bilateral, do Acordo de Cooperação de Defesa de Portugal e Estados Unidos, que já não só tomaram conhecimento oficial e analisaram o estudo, o relatório do LNEC, como já mandataram uma dessas comissões para ser o interlocutor e o fiscalizador, se assim quiser, do processo de descontaminação.

Portanto, já não é só o Governo Regional que o está a fazer, já não é só o Estado Português, são as partes, no âmbito do acordo que têm, que decidiram acompanhar o processo de perto e fiscalizá-lo.

Acho que demos mais um passo. Este é um desenvolvimento desde a última vez que falámos sobre esta matéria nesta casa, até hoje.

Para terminar, eu gostaria de deixar a seguinte mensagem: independentemente da solução que cada um de nós pode preconizar para que o processo chegue a bom porto, o que interessa é que ele chegue de facto a bom porto.

Nessa medida julgo que estaremos todos mais ou menos no mesmo barco, todos mais ou menos com as mesmas preocupações e isso é que me parece de salientar, renovando-se o desejo, a disponibilidade e boa fé do Governo de sempre que necessário, sempre que solicitado, prestar esclarecimentos a esta casa sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Presidência, antes de fazer uma análise às outras duas propostas que estão em cima da mesa, vou apenas recordá-lo que o Governo Regional, apesar do senhor não o assumir, sabe desta matéria desde 2003.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sra. Deputada, já disse “n” vezes que não!

A Oradora: Em 2003, o Sr. Secretário do Ambiente da altura, Prof. Helder Silva, perante notícias de que existiria uma pluma de combustível, sobrenadante, nos aquíferos suspensos da Praia da Vitória, dizia à comunicação social que iria contactar, ou já teria contactado a Base da Lajes para esclarecer o assunto.

Por isso o Governo Regional já sabe desta matéria desde 2003.

No último debate que tivemos sobre esta matéria, o Sr. Secretário, Álamo Meneses, referiu que já todos sabiam deste assunto há muitos anos (eu penso que até disse, há anos).

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Desde sempre!

A Oradora: Por isso quanto a esta matéria, e quanto à teoria de que o Governo Regional actuou aquando do conhecimento da matéria, essa teoria é falsa!

Os senhores dentro do Governo Regional não se entendem quanto a esta teoria, porque a verdade é que o Governo Regional quando teve conhecimento da matéria, não actuou.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: Essa é que é a verdade! Por isso mesmo, como é que o Sr. Secretário quer que tenhamos confiança no Governo Regional e nos tantos serviços que diz ter do ambiente, se até agora nunca fizeram nada.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Desde 2003 que já fizemos muito!

A Oradora: Neste assunto, o Governo Regional só toma uma atitude, a sua primeira atitude, quando o estudo americano é tornado público e quando se gera uma discussão pública sobre a matéria e quando o PSD traz a esta casa, em

2008, esta matéria, que suscitou uma comunicação do Governo, da Sra. Secretária do Ambiente, na altura, Secretária Ana Paula Marques, em que anunciaram que iriam fazer o estudo do LNEC.

Mas daí até agora, que conversações é que foram encetadas com os americanos? O que é que foi feito?

O Sr. Secretário diz que o poluidor irá assumir todos os encargos. Será que há alguma novidade que não tenhamos conhecimento? Até há pouco tempo essas garantias eram sustentadas apenas numa conferência de imprensa do cônsul americano.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E não serve? É pouco? Já vi que nem o cônsul americano serve!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ah, não! Esse não serve!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É melhor o Obama!

A Oradora: Sr. Secretário e com esta entro na avaliação das propostas que estão em cima da mesa.

A Proposta do BE tem este mérito: exige a necessidade de estabelecimento do protocolo, escrito, entre o Governo Regional e as entidades americanas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estamos em Maio!

A Oradora: Sr. Secretário, o senhor sabe muito bem que os compromissos públicos feitos através de conferência de imprensa, e o Governo Regional é perito nesta matéria, são apenas intenções, porque mais tarde é preciso ver se elas são concretizadas como deve ser.

Sr. Secretário, o Governo Regional é perito nesta matéria, ao nível de compromissos públicos através de conferências de imprensa e depois levam anos a concretizá-los!

Por isso, não me venha dizer que a única garantia que o Governo Regional tem, é uma conferência de imprensa do cônsul americano, porque a nós não nos serve, efectivamente.

Por isso mesmo a Proposta do BE tem esse mérito e concordamos com a mesma.

Relativamente à proposta apresenta pelo PS.

A proposta do PS é desde logo minimalista. É minimalista e redutora de tudo aquilo que tem que ser feito no âmbito deste processo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É porque os amigos dos senhores não foram à Comissão!

A Oradora: Quanto a confiança Sr. Secretário, acho que já deixei aqui muito claro por que é que nesta matéria não podemos confiar no Governo Regional e nos tantos serviços que diz ter.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A senhora não confia estruturalmente!

A Oradora: A nós, Deputados, a esta casa, a esta Assembleia, perante os dados conhecidos e perante a inércia do Governo Regional, porque houve efectivamente inércia, houve irresponsabilidade...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Só a partir de 98 é que o Governo soube!

A Oradora: Sr. Secretário, entenda-se com o Sr. Secretário do Ambiente e eventualmente converse com o seu ex-colega Prof. Helder Silva, porque a verdade é que o Governo sabe disto há muito mais tempo.

... exige-se fazer muito mais do que isto, muito mais do que esta proposta do PS propõe.

Exige-se que tomemos uma atitude, uma atitude que garanta que todo este processo irá até ao fim, conforme aquilo que deve ser, ou seja, salvaguardando os interesses da nossa Região, salvaguardando a qualidade de vida dos seus habitantes.

Não nos podemos contentar com a informação do Governo Regional e já deixei aqui muito claro o porquê de não podermos confiar nessa informação.

Por isso, o que é certo e o que vemos é que o Grupo Parlamentar do PS, actua sempre como força de bloqueio a tudo o que deve ser feito.

A maioria confortável do Governo Regional serve para tapar os buracos e a inércia do Governo Regional.

Por isso mesmo não fazem o seu papel de fiscalização da acção governativa.

Deputado Berto Messias (*PS*): Qual foi a proposta que entrou primeiro!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas foi a reboque, Sr. Deputado!

A Oradora: Digo mais: o Grupo Parlamentar do PS fica assim co-responsável, por toda a inércia que o Governo Regional teve até este momento com este assunto, por entregar nas mãos do poluidor todas as decisões essenciais no processo de descontaminação, por não zelar pelo nosso território e pelo bem estar dos seus habitantes, enfim, pela não salvaguarda dos interesses dos Açores e do povo açoriano.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção, e não quero que se prolongue por muito tempo, queria começar por afirmar que relativamente a esta situação, o Grupo Parlamentar do PS teve uma atitude lamentável.

Lamentável, porque recusou um convite, ainda que informal, ...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Qual convite? Qual informal? É preciso ter lata!

O Orador: ... feito durante a audição do coordenador do estudo, Prof. Lopo Ferreira.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Diga a verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Houve efectivamente esse convite, os partidos da oposição anunciaram, demonstraram intenção de o abrir ao PS, até por isto: a necessidade da constituição duma comissão técnica ocorreu durante o processo de audição.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Não foi nada que estivesse planeado! Não foi nada que estivesse na mente, da Deputada Carla Bretão, do Deputado Artur Lima, do Deputado Paulo Estêvão, da Deputada Zuraida, na minha própria intenção. Decorreu, exactamente, porque se viu a necessidade de criar uma Comissão Técnica de Acompanhamento, durante o processo de audição do Prof. Lopo Mendonça.

A verdade é esta: o PS pura e simplesmente ignorou esta questão. Ignorou-a! É por isso que a afirmação do ter ido a reboque constitui de facto uma verdade.

O PS não atendendo aos interesses da Região e em particular aos interesses dos praienses, mas sim para satisfazer uma necessidade que tem a ver com as incongruências e com as discrepâncias do Governo Regional relativamente a esta matéria, aliás como já ficou provado, foi a correr tentar resolver o problema, propondo a criação duma comissão, não para defender os interesses da Região, não para defender os interesses dos praienses, mas sim para salvaguardar o posicionamento do Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não! As vossas comissões é que defendem os interesses da Região!

O Orador: Nesta matéria, Sr. Secretário, a actuação do Governo Regional não é coincidente com a defesa do interesse público.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah, é, é!

O Orador: Se fosse o Grupo Parlamentar do PS, só teria uma coisa a fazer, era subscrever a criação duma Comissão Técnica de Acompanhamento.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não fomos convidados para isso!

O Orador: Foram, sim senhor!

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): Não fomos!

O Orador: Fizeram ouvidos de mercador, como V. Exas. entenderam, mas isso ficou clarinho como água e sem nenhum tipo de poluição.

É evidente que V. Exas. entenderam fazer esse golpe e ir a reboque para protecção do Governo Regional, contrariando aqui aquilo que é verdadeiramente importante, que é a defesa do interesse público regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vai ser defendido por essa comissão!

O Orador: Sr. Secretário diga-me uma coisa, por que é que...

Presidente: Faça favor de continuar, não entre em diálogo, Sr. Deputado, se faz favor.

O Orador: Sr. Presidente vou atender isso. Farei a pergunta doutra maneira.

Já veio aqui nalguns apartes a terreiro, o facto de se estar a propor no Projecto de Resolução, subscrito por todos os partidos da oposição, a integração de uma

personalidade indicada por esta câmara. Por que é que essa comissão técnica não há-de ter alguém indicado por esta câmara? Porquê?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É indicado pelos açorianos para fiscalizar o Governo!

O Orador: Mas porquê? Não sei qual é o medo que o PS e o Governo Regional têm, de que na criação duma Comissão Técnica de Acompanhamento, se encontre alguém que esteja mandatado por esta Assembleia.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor nem foi mandatado, que fará para mandar os outros!

O Orador: Aliás, os senhores têm aqui a maioria, não percebo qual é a vossa relutância relativamente a isso.

Quanto aos projectos em apreciação, dizer o seguinte: a Representação Parlamentar do PCP considera que o Projecto de Resolução apresentado pelo BE não é de todo incompatível com os outros projectos e vai merecer a aprovação da Representação Parlamentar do PCP.

Quanto ao Projecto de Resolução apresentado pelo PS, pelo que já aqui foi dito, nomeadamente pelo facto de ser redutor, de ser minimalista e, digamos, de ter um objectivo associado, que não defende o interesse público, vai merecer a rejeição do PCP.

Por outro lado e relativamente ao Projecto de Resolução que é subscrito pelos partidos da oposição dizer que, na nossa opinião, esta comissão técnica proposta é aquela que, quer pela sua forma, quer pelo seu objecto, quer pela sua própria constituição, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, é a mais adequada para acompanhar o processo de descontaminação dos aquíferos do concelho da Praia da Vitória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvindo o Sr. Secretário Regional da Presidência falar sobre esta matéria, nesta sua primeira intervenção, fico na dúvida, por que é que na realidade o nosso Projecto de Resolução, não mereceu o voto favorável do PS.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ainda não se votou!

A Oradora: Vou explicar porquê.

Sr. Secretário, as pretensões do Governo e aquelas que são propostas ao Governo pelo nosso Projecto de Resolução, são no limite exactamente as mesmas, ou seja “realizar a contenção e a reabilitação das áreas poluídas identificadas no relatório do LNEC e definir e implementar medidas de reforço das infra-estruturas de armazenamento e/ou transporte de produtos perigosos”. Fiquemos por aqui.

Não há nada de muito diferente.

No entanto, nem o Governo Regional, nem o PS querem o nosso Projecto de Resolução e não aceitam aquilo que nós recomendámos ao Governo. Daí terem vindo à pressa apresentar um Projecto de Resolução diferente.

Eu ponho-me a pensar o que é que terá este Projecto de Resolução de especial (porque os objectivos, como aliás ainda agora o Sr. Secretário Regional foi o primeiro a admitir quando disse “pretendemos todos chegar a bom porto, sobre esta matéria”, se calhar vamos divergir é naquilo que entendemos por bom porto, aquilo que é o bom porto para o Governo Regional, é capaz de não ser para o BE, mas estamos de acordo, pretendemos todos ir na mesma direcção), que cria tanto incómodo ao PS e ao Governo Regional?

E descubro o quê?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Diga para podermos saber!

A Oradora: Vou dizer-lhe Sr. Secretário. É a constituição de uma equipe portuguesa, com investigadores do LNEC e da Universidade dos Açores, que supervisionam o trabalho realizado pela equipe responsável pelos processos de contaminação, que nós propomos.

E é mais: é o estabelecimento de um protocolo, não é uma conferência de imprensa, não é um role de boas intenções, não é um almoço ou um jantar de

confraternização, é um protocolo escrito, assumido entre o Governo Regional e as forças militares norte americanas para se comprometerem a fazer aquilo que têm obrigação de fazer, isto já para não falar da maravilhosa e absolutamente incrível justificação dada em sede de Comissão da CAPAT para o chumbo do nosso Projecto, que é chumbado porquanto o mesmo não considera o trabalho que foi desenvolvido pela Comissão, designadamente no âmbito das audições realizadas pela mesma Comissão.

Srs. Deputados, é exactamente ao contrário, é exactamente porque nós tivemos no âmbito do bom trabalho feito por esta Comissão, as audições que tivemos, que o nosso Projecto de Resolução e o seu conteúdo tem ainda mais cabimento e mais justificação.

Portanto chumbar o Projecto por causa das audições é a inversão total do mais elementar bom senso e da lógica.

Mais uma vez nós, BE, concluímos que o Governo Regional e PS não querem mesmo nem o protocolo, nem uma comissão independente que acompanhe os trabalhos de descontaminação.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Independente, de quê?

A Oradora: E depois lá vem o Projecto de Resolução do PS.

Agora, começamos a perceber, depois deste processo lógico, o Projecto de Resolução do PS.

Quando olhamos para ele com atenção o que é que nós vemos? Quem é que assume a responsabilidade da descontaminação? O Governo Regional.

Quem é que avalia o resultado deste trabalho e deste processo de descontaminação? O Governo Regional.

Quem é que transmite a esta casa as conclusões desta avaliação? O Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E quem é que fiscaliza esse processo? Os senhores! Em vez de irem para comissões, fiscalizem aqui!

A Oradora: O BE não está a pôr em causa a idoneidade do Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah, não! Que ideia!

A Oradora: Ouça-me com atenção, porque entre o discurso que foi feito anteriormente e aquele que eu estou a fazer, o senhor em nome da honestidade intelectual, tem que ver quais são as diferenças, tal como já o deveria ter feito quando este assunto foi trazido pela primeira vez a esta câmara e a posição do BE foi diferente daquilo que tinha sido trazido primeiramente a esta casa.

Se o senhor não consegue fazer essa distinção só está a dar-me mais uma razão para eu não confiar na honestidade intelectual do Governo Regional, o que eu não queria fazer.

Deputado Berto Messias (PS): As coisas por serem ditas muitas vezes não se tornam verdades!

Deputado João Costa (PSD): Essa foi direita para aí! Fez ricochete!

A Oradora: Sem pôr em causa a idoneidade do Governo Regional, é muito Governo, é tudo Governo e muito pouca independência e muito pouca isenção.

Vou dizer-lhe porquê, Sr. Secretário.

Este assunto, até à boca pequena já é falado há anos, e anos, e anos, como aliás, admitiu nesta câmara o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Há tantos anos que eu até me atrevo a dizer que o falar à boca pequena já é anterior à tal data sagrada, que é 1996.

Se calhar até está para trás disso, já antes se falava, o que não desresponsabiliza este Governo, porque já era há tanto tempo que este Governo tinha obrigação de ter feito alguma coisa.

A verdade é que ao fim de tantos, tantos, tantos anos, em 2008 é que o Governo resolve fazer, de facto, alguma coisa, tomar uma iniciativa.

Portanto, eu pergunto-lhe? Como é que nós, neste caso o BE, pode confiar no Governo Regional, ou seja, em que todo o processo seja depositado nas mãos do Governo Regional, sem nenhum outro tipo de acompanhamento, ou fiscalização, quando os senhores fingiram que não viram aquilo que existia, fingiram que não sabiam, que desconheciam o que se estava a passar, aceitam uma conferência de imprensa como forma de compromisso das autoridades norte-americanas e, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso demonstra um desconhecimento grave!

A Oradora: ...resumindo, o Projecto de Resolução do PS, pretende apenas uma coisa, é mudar alguma coisa para que fique tudo na mesma.

Isso nesta matéria, como noutras, o BE não aceita.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Bom, bom, era uma comissão para discutir isso!

A Oradora: Nós sabemos Sr. Secretário Regional que esta proposta de protocolo e esta proposta duma comissão independente que junte o LNEC com a Universidade dos Açores, é isto que cria o problema no Governo e no PS.

Se nós, no nosso Projecto, tirássemos estes dois bocadinhos, provavelmente os senhores tê-lo-iam votado favoravelmente e não tinham ido à pressa fazer um que não pretende mais nada do que limpar a face daquilo que neste momento, tal como os aquíferos da Praia da Vitória, estão bastante sujos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por referir as questões do convite informal, da elaboração à pressa, que não foi pelo Governo, foi pela bancada parlamentar do PS dum Projecto de Resolução.

A história está contada ao contrário, porque o que aconteceu aqui, foi que a oposição se uniu para elaborar um projecto que não pudesse ser nunca subscrito pelo PS, porque isso iria contra as vossas estratégias políticas na Ilha Terceira.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não é verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: Foi! Foi! Cuidaram a todo o custo de ter esta proposta subscrita por todos os partidos, menos pelo PS.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não é verdade!

A Oradora: Aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires, abusivamente, classificou de convite informal, traduz-se na seguinte declaração do Sr. Deputado Artur Lima, quando já estava a terminar a audição. Disse que: "...colocar o assunto

na ordem do dia, para que se previna o futuro” e que “os partidos da oposição...” (ouça-se bem, os partidos da oposição, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim senhora, mas antes já tinha sido ao PS!

A Oradora: ... e ainda não tinham terminado as audições que estavam a decorrer), “...vão propor a nomeação de uma equipa de peritos num processo de diálogo, em que cada um há-se sugerir os seus nomes, onde se verá se realmente há ou não vontade de esclarecer, para o Deputado. Fica o desafio ao PS e vamos ver o que é que faz nesta matéria”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fica o desafio para o PS!

A Oradora: Isto não é nenhum convite, Sr. deputado.

Mais, o PSD nesse dia ainda decorriam os trabalhos da comissão e a Sra. Deputada Carla Bretão já tinha feito chegar ao site do PSD a notícia de que iam propor esta Comissão.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: É verdade!

Deputada Carla Bretão (PSD): Isso foi muito mais tarde!

A Oradora: Ora, se estivessem interessados em construir uma solução com o PS, não era essa a metodologia e não quiseram isso porque isso estragava a vossa estratégia na Ilha Terceira, não podiam aparecer do lado do PS.

(Aplausos do PS e do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Para não aparecer ao lado dos outros partidos!

A Oradora: Diga, Sr. Deputado. É algum aparte que eu tenha que ouvir ou não tem interesse? Não tem interesse, bem me parecia.

Quanto ao PS não querer discutir, o PS foi o primeiro a requerer as audições dos intervenientes no processo de elaboração do estudo.

Da parte do Governo Regional, que é sustentado pelo PS, houve sempre toda a disponibilidade de prestar todos os esclarecimentos que foram solicitados.

Há aqui uma divergência de fundo, e eu disse isso na intervenção que fiz na tribuna, nós confiamos no Governo e sabemos que o Governo vai fazer o que tem que fazer e é esta a diferença que nos separa, além da questão das

estratégias partidárias, são duas diferenças: as estratégias de cada partido e o facto de confiarmos no Governo.

Deputado João Costa (PSD): É confiança enviesada!

A Oradora: Além disso a proposta do PS não invalida que nenhum passo venha a ser tomado. O que nós deixamos é ao bom critério do Governo Regional.

Não há nada de objectivo, e eu também disse isso na minha intervenção, que nos diga que devemos neste momento recomendar ao Governo Regional para fazer desta ou daquela maneira.

Estamos todos de acordo relativamente àquilo que pretendemos, que é a descontaminação, a recuperação dos locais. Estamos todos de acordo.

Agora, nós não temos é que acompanhar os senhores na desconfiança que demonstram, em relação ao Governo Regional e não o faremos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Aproveitando que o Sr. Deputado Artur Lima já voltou, eu queria esclarecer algumas questões que foram por si suscitadas.

Relativamente à questão da rejeição do vosso requerimento (eu não encontro agora a acta, mas também não tem importância) queria dizer-lhe que ficou na acta uma declaração que por acaso até foi proferida por mim, onde se dizia o seguinte: “independentemente da questão formal, para o PS, o importante é o esclarecimento das pessoas, que o Governo esteja habilitado à tomada de decisões e que a Assembleia tenha a oportunidade de esclarecer quaisquer questões suscitadas pelo relatório que é público.

Que o PS considera que o relatório em causa foi elaborado por uma entidade, cuja credibilidade é insusceptível de ser questionada e que apenas devem ser ouvidas personalidades envolvidas na elaboração do estudo ou no processo e procedimento que levou à sua realização.

Que é legítimo aos partidos terem as suas estratégias, mas que o PS não tem que os acompanhar, que aceita o requerimento do PSD, pois trata-se de pessoas directamente envolvidas no processo, o que não acontece com o requerimento do CDS”.

Só para deixar claro o que é que foi determinante na tomada de posição por parte do PS.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 62 e 65!

A Oradora: Queria aproveitar também para esclarecer nesta Assembleia, porque a questão foi aqui colocada, a questão das gravações feitas na CAPAT.

As gravações feitas na CAPAT não são de todas as reuniões, são daquelas que se antevêm mais longas, mais complexas, mais técnicas. São feitas com um gravador que é propriedade da relatora da Comissão, com a anuência de todos os Srs. Deputados da Comissão, para facilitar o trabalho da elaboração do relatório e garantir maior fidelidade daquilo que é relatado.

Até hoje, de facto, não foi nunca preciso proceder a quaisquer audições das gravações porque aquilo que os partidos têm solicitado de correcções, tem sido sempre pertinente, tem correspondido ao que se passou e as correcções têm sido efectuadas.

Devo dizer que esse gravador não tem qualquer sistema que se possa gravar o som, noutra suporte.

Portanto, quando enche a sua capacidade as audições têm que ser apagadas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, assim está bem!

A Oradora: É apenas um recurso da relatora e quando algum Sr. Deputado ou Sra. Deputada, entender que elas devem ser gravadas, a Assembleia dispõe de um serviço para esse fim e apenas é necessário que no requerimento se faça esse pedido e os serviços da Assembleia fazem-no e fazem-no muito bem, fazem até melhor que a relatora da CAPAT, que sou eu própria.

Quanto à questão dos compostos que a Praia analisa ou não analisa.

O Presidente do Conselho de Administração, na sua audição, disse o seguinte: “o LNEC propõe a monitorização da água com mais frequência e com outros tipos de análises, que acrescerão às que fazem normalmente e que são obrigatórias pela legislação portuguesa.

Informou que pediram ao LNEC informação sobre quais as análises, a periodicidade e os locais onde deverão ser feitas e informou que as mesmas serão realizadas por precaução”.

Portanto, não tenho nada que me permita pôr em causa esta afirmação e o que eu disse foi que estão a ser implementadas e foi isso que o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Praia Ambiente disse.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Afinal, disse mais!

A Oradora: Quanto à nossa resolução, defender ou não os interesses da região eu não me vou alongar muito mais, penso que já expliquei o suficiente.

Há aqui divergências, pelos vistos insanáveis, mas nós não vamos abdicar da confiança que depositámos e que depositamos no Governo Regional dos Açores, para acompanhar os senhores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Neste caso não deviam depositar!

A Oradora: Devo dizer ainda que relativamente ao Projecto de Resolução apresentado pelo BE, esse projecto deu entrada já depois de ter entrado nesta Assembleia, o requerimento do PS para que se procedessem às audições em sede da Comissão Permanente especializada, em matéria de ambiente.

Aquilo que o PS entende, esse era o primeiro passo a dar e os senhores anteciparam, como aliás, já antecipam incumprimentos, por parte das entidades americanas.

O processo está a iniciar-se, estamos neste momento com um *deadline* que vai até Setembro e os senhores já estão a antecipar.

Deputado João Costa (PSD): Antes prevenir do que remediar!

A Oradora: Nós partimos do princípio de que todas as entidades estão de boa fé neste processo e até que nos demonstrem o contrário é assim que iremos continuar.

Muito obrigada.

Deputados Benilde Oliveira e Carlos Mendonça (PS): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Era para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Com certeza, é regimental.

Eu pedia aos líderes que se aproximassem da Mesa e aos restantes Srs. Deputados que esperassem um pouco.

(Pausa)

Retomamos os nossos trabalhos amanhã, pelas dez horas da manhã com PTAP. Muito boa noite e até amanhã.

(Eram 19 horas e 11 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

Hernâni Hélio Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio José Gomes Lopes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

1 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 17/2011 - Reestrutura o sector empresarial regional na área da gestão do ambiente](#)

Autor: Governo

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – JUNHO – 17.

2 - PROJECTO DE RESOLUÇÃO:

Assunto: [Projecto de Resolução nº. 37/2011 - “Promoção do Voluntariado”](#)

Autor: PSD

Data de entrada: 2011 – MAIO – 17.

As redactoras: *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa e Maria da Conceição Fraga Branco*